

ATA DEGRAVADA DA 159ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2 Aos vinte quatro dias do mês de maio de 2011, às nove horas, no plenário do Conselho
3 Estadual da Criança e Adolescente – CEDCA realizou-se a centésima quinquagésima nona
4 Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo seu presidente Sr. Geraldo Gonçalves de
5 Oliveira Filho, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Adenor Martins da
6 Silva – CMAS/Rib. Das Neves, Cristiane Nazareth da Silva – ISJB, Silvestre Dias - SEF,
7 Fernando Henrique Rezende – SEPLAG, Maria Juanita G. Pimenta – SEDESE, José Ismar da
8 Costa – SINTIBREF, Edir Petruceli Carayon Xavier – SEE, conselheiros suplentes: Geraldo
9 Gonçalves Oliveira – SINTIBREF, Volney Lopes de Araújo – PSIND, Maria de Fátima
10 Mayrinck – CMAS/Machuaçu, João Ademar Specht - AJEAS, Edma Aparecida Marinho –
11 SEDESE, José Fernando Antunes Millane – COGEMAS, Eliane Silva Gonçalves –
12 CMAS/Cel. Fabriciano; membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição,
13 Rosalice Tassar, Maria Inês Veloso Corrêa, Maria Luisa Carvalho, Elizabeth Chalita e Erika
14 Ribeiro da Cruz. O Presidente Geraldo inicia a Centésima Quinquagésima Nona Plenária
15 Ordinária do CEAS... “Ah. Nós estamos com o quorum meio baixo ainda, por enquanto. Mas
16 vamos lá. É, José Ismar e Juanita. Pessoal, vamos aproveitar o embalo aqui e fazer uma
17 discussão, na ultima plenária nossa, nós fizemos uma deliberação aqui sobre a questão da
18 degravação das nossas atas. E aí foi deliberado que a ata seria degravada na sua totalidade, na
19 sua integra e em função disto a ata dessa plenária não ficou pronta. Então, o tempo que estava
20 sendo gasto era dois três dias mais ou menos nela, agora com uma semana não deu conta não,
21 então nos temos algumas alternativas: uma delas é fazer uma contratação de degravação. Há
22 exceção não... o CNAS tem um serviço contratado para isso, se foi vontade da plenária ter a
23 degravação por completo, não dá para fazer com a mão de obra que a gente tem aqui de
24 dentro. Então de repente, a gente precisa estar fazendo esta degravação em contratação de
25 serviço. Essa é uma alternativa, isso aí ratifica a posição da plenária em querer por completo.
26 A outra é se a plenária quiser rever a sua posição, se achar que de repente volta ao modelo
27 anterior. Mas assim, é uma alternativa? É. Mas eu quero respeitar aqui o que foi deliberado.
28 Alguém quer comentar a respeito? Se não eu vou encaminhar, se a gente contrata o serviço ou
29 não. Pois não João Ademar. Agora está sendo. Eu gostaria de lembrar só mais uma vez que
30 como foi deliberado, e as pessoas precisam se identificar primeiro para fazer a fala para
31 facilitar a degravação. **Conselheiro João Ademar:** Eu não estive na plenária de abril e quero
32 crer que a argumentação usada para voltar-se a gravar e aí a decorrente o número de serviço
33 que isto dá, tem suas razões, acho que a questão toda é essa, quais razões que objetivam isto?
34 Quero crer que seja para não nos 90%, naqueles 10% de questões onde possa haver dúvida?
35 Como é que você vai voltar no tempo e verificar (foi ou não foi é ou não é?), me parece que a
36 gravação justamente ela permite essa... onde a colocação não é não obstante ter a gravação
37 fidedigna da totalidade se não é possível fazer uma ata no sentido mais resumido, onde
38 constem a pauta e as deliberações efetivadas, para efeito de documentação como se costuma
39 fazer na maioria das associações e outros conselhos e tal. Que faz-se a ata, fidedigna porém
40 não detalhista, se você precisa de um detalhe, precisa de uma individualização, que ficou
41 mesmo dito e tal? Pra isso me parece que a gravação ajuda, porque se não o risco, como nós já
42 tivemos uma vez aqui, ou no Conselho Municipal, não me lembro mais, nos tivemos uma
43 situação de seis atas atrasadas, o que também gera um mal estar, e acho que isto gera até sobre
44 o ponto de vista de imprecisar as ações do conselho é importante que a ata..., Alias o correto
45 mesmo da ata é que ao final estar pronta e todos assinam. A ata no sentido próprio devia ser
46 isto. Até para evitar que a gente fale algo em outro sentido, e pegar ata em baixo do braço e
47 cercar o caboclo em baixo do pé de goiaba para pegar a assinatura, o que não é aqui, não vai
48 nesse sentido, o bom é se a gente pudesse trabalhar com prestação de contas. Esses vários
49 assuntos foram trazidos para discussão e aí a ata sendo degravada na sua totalidade, ela
50 independe, ela não precisa mais de aprovação, porque ela está na totalidade, esse resumo acho



51 que foi trazido também, seria também um re-trabalho e eu não me lembro Consolação, como é
52 que foi, você se lembra disso? Alguém foi me trazido a mesa também para se ter um resumo
53 para encaminhar. Posso? Por favor. Foi atentado sobre isso, e a gente falou para a Secretaria
54 Executiva fazer os dois, ali não teria como. Agora se houver um serviço de degravação, aí
55 com certeza nos poderemos fazer uma síntese de deliberações, isso aí não teríamos problemas
56 nenhum, faríamos sim. Agora como foi os dois documentos ao mesmo tempo, é que aí foi
57 votado, que a gente não teria como estar fazendo isto. OK. Então fica alguém contrario a
58 contratação do serviço? OK. Então por unanimidade a gente contrata o serviço de degravação,
59 isso que por um outro lado também é bom que a gente ganha a mão de obra de nossa querida
60 técnica que vai ficar a disposição para outros assuntos. Eu queria passar para vocês aqui as
61 justificativas que a gente tem de ausência: da Sônia Terezinha (que está de férias) do CMR de
62 Ouro Branco; Marcelo Armando do CRES está de férias; Maria Albanita Roberta - SEDESE,
63 está a trabalho; Mario Roberto Amaral do MDC está a trabalho; Marta Helena, do CMS de
64 Lagoa Santa, não temos informação; e o Marcio Caldeira da ASPROM está a trabalho.
65 Presidente, só mais uma justificativa? Pois não. **Conselheiro José Fernando:** Elizabeth
66 Leitão, ligou dizendo que foi convocada agora há pouco pelo Prefeito para uma reunião e não
67 vai poder estar presente nessa plenária. **Presidente:** OK. Ta Jóia. Então está justificado
68 Elizabete Leitão. Tem aparecido ainda sobre este tema, tem aparecido algumas situações, de
69 ordem de uma dedicação de tempo, eu penso que até pequena para o conselho, o conselho
70 demanda muita mão de obra, mas grande para... principalmente para os representantes da
71 sociedade civil organizada, porque fica muito tempo fora do seu trabalho nas suas empresas
72 empregadoras, isto tem gerado as vezes desgaste, as vezes não compreensão do papel que
73 tem, a essa representação no conselho, e aí eu já algum tempo atrás, tive conversando isto
74 com Consolação, socializando aqui, quero socializar com vocês, eu penso que a gente... pode
75 ser o momento de a gente pensar em uma alternativa qualquer, de tornar mais transparente
76 mais explicito a importância de participação deste Conselho, e a importância da contribuição
77 no que diz respeito a responsabilidade social não só da entidade que a gente representa, mas
78 também nossa enquanto pessoa física. E aí de repente dar esta transparência através de um
79 selo social, num evento de posse ou num evento de uma plenária para esta entidades, para
80 estas instituições, no sentido de haver uma compreensão melhor, porque realmente nos temos
81 conselheiros daqui da sociedade civil que faz a representação e as vezes fica parecendo, para
82 o nível hierárquico da instituição que ele representa, que a pessoa ou quer... porque a idéia de
83 quem não tem compreensão dessa nossa caminhada é de que a pessoa quer matar tempo, ou
84 de que a pessoa quer passear, ou de que a pessoa quer ir viajar. E aí para esses, eu gostaria
85 muito que assumisse meu lugar e viajasse para mim, eu já ando meio cansado. E alguns que
86 ainda não tem essa compreensão gostaria que participasse pelo menos umas duas ou três
87 plenárias para entender a importância que é para nosso estado e isso forma uma história de
88 construção de uma caminhada social desse país. E aí eu queria socializar com vocês, gostaria
89 muito que vocês pensassem nessas alternativas várias que a gente tem, e que a gente pudesse
90 na próxima plenária trazer sugestões e a gente deliberar a respeito. Porque eu acho que é de
91 muito bom tamanho. De repente até, também já falei com a Consolação, colocar o corpo
92 diretivo, publicizar mais, isto vai ter um ponto aqui que a gente vai estar colocando mais a
93 respeito. Eu queria... eu acho que todos já leram a pauta, e eu gostaria de saber se existe
94 alguma necessidade de solicitação de inclusão de pontos, e eu já como estou com a palavra,
95 eu gostaria de fazer a inclusão, da gente fazer uma pequena apresentação rápida aqui, por uma
96 nova companheira que esta no corpo da secretaria executiva, a respeito de plano de
97 comunicação que ela já bolou, e a gente trazer isto aqui a tona, então ao longo do tempo aí ela
98 fazer esta apresentação para a gente. Eu gostaria ainda de aproveitar esta plenária, alias até
99 antes de a gente abrir os pontos de inclusão de pauta e dar posse ao nosso novo Companheiro
100 que chega representando a Secretaria de Estado da Fazenda, o Conselheiro Silvestre,



101 considere-se empossado, portanto, passa a fazer parte agora de... eu não sei se já o é, se for vai
102 ficar duplamente ou triplamente, uma autoridade pública do Estado que tem uma lei que
103 reconhece na pessoa do conselheiro, uma autoridade pública nos três âmbitos federados
104 municipal, estadual ou federal, por prestar serviços de relevância pública. Seja bem vindo ao
105 meio, tomara que a gente troque bastante figurinha aqui, no sentido de contribuir para o
106 crescimento nosso, como pessoa física e na responsabilidade social para o nosso Estado. Só
107 um minutinho por favor. Passe para ele o microfone. Por favor, Silvestre. Honra e um prazer
108 estar trabalhando aqui, representando a Secretaria da Fazenda, e eu espero realmente, que esse
109 período em que aqui estiver, poder contribuir com a melhor capacidade possível com todo
110 empenho e toda a vontade. Muito obrigado. Presidente: Seja bem-vindo e obrigado pela
111 compreensão. A gente tem Silvestre às vezes algumas situações de... em vários Conselhos,
112 nos vários entes federados. Situações de conselheiros que passam a fazer parte do conselho,
113 mas por diretrizes ou por uma determinação, e é bom que o Colegiado faça conquista do
114 conselheiro para que ele esteja Conselheiro, mas por vontade própria, por conhecer a causa,
115 por poder contribuir e estar compromissado com a causa. E aí ele sai desta determinação
116 porque as vezes a pessoa não tem perfil e não tem nem vontade, mas se adquire com o tempo
117 e é bom que ele esteja somando conosco, então tomara que, com certeza este perfil esteja
118 dentro da sua característica. Quero realmente cumprir com isso, até porque entender da
119 melhor forma possível, apesar de já enxergar a relevância do trabalho de assistência social o
120 quanto ela é importante no contexto de qualquer estado e qualquer município ou qualquer
121 entidade, o aspecto social é de nome e relevância, e eu espero estar aprendendo e estar
122 contribuindo conforme já disse. Muito obrigado. Obrigado a você Silvestre seja bem vindo
123 mais uma vez. Eu gostaria de promover então a inclusão na pauta no ponto um que é a
124 conferência estadual, logo depois da apresentação. Gostaria de apresentar o item sobre
125 resolução para aprovação, aí vou fazer a leitura para vocês, e o ponto dois que é PAS
126 barragem, depois da letra A nos temos um pontinho, acrescentar um outro ponto que é o HE
127 de Candonga, vou dar um relato para vocês, e a gente precisa deliberar, e na letra B do
128 processo a ser distribuído nos temos aqui a apresentação de Cesarina não é isso? OK. Tem
129 alguém mais que queira fazer algum ponto de pauta ou inversão? Por favor, então Conselheira
130 Cristiane, logo em seguida, o Conselheiro José Fernando. Logo em seguida a gente vai para
131 os informes. É ponto de pauta? Informes? OK. Então vamos aos informes com Conselheira
132 Cristiane, logo em seguida Conselheiro José Fernando. OK, Juanita, Conselheira Juanita.
133 Conselheiro Adenor, pois não. **Conselheira Cristiane:** Bom dia a todos e a todas, o meu
134 informe é a respeito do plano básico de mobilidade social, de que alguns conselheiros aqui até
135 participaram, do seminário de apresentação do plano básico que aconteceu na Cidade
136 Administrativa, eu fui no dia 17, em que foi apresentado essa nova modalidade de plano, que
137 está no decreto 45550 de 15/02/2011, e também no decreto 45594 de 03/05/2011, que
138 estabelece a contrapartida social para transferência voluntária de recursos do estado aos
139 municípios, mediante convenio, acordo ou instrumento congênere, que tenha por objeto a
140 execução de obras de infra-estrutura e dá outras providências. Enfim, o plano básico de
141 mobilidade social, na verdade é um plano que o município apresenta ao Estado, ele tem que
142 apresentar agora até junho. Não lembro mais a data. Até 30 de junho, ele tem que apresentar
143 ao Estado para poder receber recursos para obras de infra-estrutura, o plano básico ele só não
144 necessário na transferência fundo a fundo, e no caso de calamidades públicas, e em outros
145 investimentos no município ele é necessário. O que é essa contrapartida social? O município
146 que apresenta então, concorre a esses recursos, ele tem que apresentar um plano que vá
147 estabelecer metas nos indicadores sociais que ele tem, então ele tem que apresentar alterações na
148 área de saúde, educação e assistência social, as metas já são pré-definidas, elas já estão dadas,
149 inclusive o município já recebe o formulário com as metas que ele tem nessas três áreas, tanto
150 na área de saúde, quanto na área de educação, quanto na área de assistência social, e ele



151 estabelece a partir dessas metas o que ele vai avançar positivamente, nestes indicadores. Então
152 na área de saúde, só para os senhores terem uma idéia, os indicadores são: Índice de
153 infestação vetorial da dengue, então ele tem um dado, e ele tem que apresentar avanços em
154 relação a este dado, Taxa de Mortalidade Infantil. Na área de Educação os indicadores são: A
155 taxa de aprovação, taxa de abandono, taxa de distorção, idade e série, e o IDEBE. Na área de
156 assistência social os indicadores são: Índice de Gestão Descentralizada, Nível de Gestão da
157 Assistência Social, percentual de acompanhamento das famílias em situação de
158 descumprimento de condicionalidade do Programa Bolsa Família, na educação e na saúde,
159 numero de crianças e adolescente beneficiados pelo programa de erradicação do trabalho
160 infantil que é o PETI. O plano tem validade de 12 meses e para cada indicador estabelecido,
161 ele vai apresentar então seus avanços e ele apresenta avanços em 12 e 24 meses. Na área de
162 assistência social o destaque, que eu faço é que nesses indicadores está previsto o CPF do
163 SUAS (que é o Conselho, Plano e Fundo). Então a assistência social manteve essa
164 obrigatoriedade, do município manter o conselho funcionando o plano e o fundo, isto foi
165 bastante interessante, o que não aconteceu nas outras áreas, a única área que apresenta o papel
166 do conselho é a Assistência Social. Então foram criadas a comissão de acompanhamento e
167 avaliação da contra-partida social, e tem aí um plenário que é formado pelo staf do Estado,
168 pelas Secretarias do Estado. Em suma é isso. OK. Obrigada Conselheira Cristiane.
169 **Conselheiro José Fernando:** José Fernando. Só complementando acho que agora é mais uma
170 tentativa dos gestores municipais com esse plano de mobilidade social, realmente
171 conversarem e achei assim muito prudente essa iniciativa do governo, porque por mais que a
172 gente visualize as vezes uma dificuldade, uma deficiência de gestores e até mesmo de
173 executivo ao longo do estado, eu vejo que esse programa ele vai automaticamente fazer com
174 que, o prefeito venha conhecer, os secretários possam realmente conversar e buscar o
175 entendimento porque o que o executivo realmente busca e que é de suma importância para
176 eles, são obras. E eu achei assim, muito prudente o governo amarrar, de que o executivo para
177 obter esse investimento na infra-estrutura, também a competência as ações, da saúde, da
178 educação, da assistência, da habitação, e das outras políticas, possam realmente fazer o dever
179 de casa, ainda que a gente saiba que no Estado de Minas Gerais tem essa dificuldade enorme,
180 eles vão ter que afinar. Porque dessa forma ao chegar ao governo e buscar realmente este
181 investimento, eu acho assim que é mais uma medida que vai fortalecer e que vai realmente
182 somar junto ao que a gente sonha dentro deste Conselho, ao que a gente busca dentro desse
183 Conselho. Também com o executivo, também com o desafio, que é maior o que a gente vê aí
184 em muitos municípios ocorrendo, então, só somando e complementando o que a Conselheira
185 disse. O outro informe é que nós também já discutimos isto, tivemos ate um seminário aqui o
186 ano passado, com as SEDES sobre a questão das medidas sócio educativas, e eu quero dividir
187 aqui e informar a este Conselho que iniciou a capacitação com medidas sócio educativas no
188 Estado de Minas Gerais, com o pólo inicial Cataguases, e eu quero externar aqui que
189 realmente valeu pela demora, mas pela escolha e as profissionais que realmente foram
190 encaminhadas com propriedade com competência, com esclarecimento realmente às técnicas,
191 eu disponibilizei realmente não só a proteção especial, mas a básica, e assim com propriedade
192 realmente esse curso foi colocado. Diferente assim de muitas das vezes que a gente fica as
193 vezes frustrado, a gente vê que as pessoas as vezes não domina, não foi isso, realmente são
194 pessoas que estão in-loco dentro de unidades que trabalham diretamente com estas medidas e
195 que puderam realmente contribuir muito para não somente com Cataguases, mas mais nove
196 municípios que pertencem a regional de Muriaé, e que também, tem o CREAS sendo
197 implantado ou já em execução. Então eu queria externar e colocar a esse conselho dessa
198 iniciativa que foi realmente e será nas outras regionais. Isso vai realmente ocorrer, muito boa.
199 Presidente: Obrigada Conselheiro José Fernando, inclusive por deixar aqui pelo menos para
200 nós transparente que está irradiando coisas boas lá na regional, que você tão bem representa.



201 Conselheira Juanita: Bom dia a todos. Bom, o informe... primeiro eu gostaria de... em cima da
202 fala da Cristiane. Falar que hoje a gente tem muito orgulho dessas metas do Plano Básico de
203 Mobilidade Social porque nos participamos dessa construção do Decreto e para nós foi um
204 dos maiores avanços - o Governo do Estado entender, que estas três políticas é pré condição,
205 para que o município receba recursos de investimento. Então isso foi uma luta que agente
206 estava galgando desde o ano passado, mas nos não conseguimos por causa do período
207 eleitoral, juntamente com o piso, e esse ano, nos conseguimos materializar isto, não é nada
208 que o município já não o faça, só que agora ele vai ter estas metas como norte na
209 administração dele, na gestão das pastas: educação, saúde e assistência. Ele vai já estabelecer
210 o percentual que ele chegou até agora, e qual, e ele não pode oferecer pro Estado, uma meta
211 simplória ou tímida, tendo em vista a evolução que ele já teve em 2008. Então é uma forma de
212 orientar e apoiar o município na gestão destas três pastas. Segundo: é avisar este Conselho –
213 eu até deixei com o presidente mas não tive tempo de falar – como já foi colocado aqui
214 também, uma parceria que nos estamos com Associação Mineira de Municípios, Este mês nos
215 vamos estar em Patos de Minas, dia 02, e dia 10 em Governador Valadares, os dois vão ser eu
216 que vou estar. Nesse encontro com os municípios da Regional, as micro-região da AMM, a
217 gente tem dois momentos: um que é conversa com o Prefeito, e na parte da tarde com os
218 técnicos e gestores. Com o prefeito a gente faz uma fala mais política, e com gestores em
219 cima das demandas que eles nos apresentam. Também vou estar este mês, em junho,
220 desculpa, nas conferencias de Sabará e Contagem. E ainda com relação a este encontro que o
221 José Fernando colocou, isso foi uma demanda apresentada para ele, pra SEDESE, já tem
222 aproximadamente uns seis meses, mas nos amadurecemos a idéia e recebemos também da
223 Dra. Andréia, lá do CAO da Infância e da Juventude, um relatório das 207 Comarcas, que
224 identificaram que os municípios não estavam executando medidas sócio educativas mesmo
225 recebendo recursos do governo federal. Frente a isto, nos puxamos para nós esta
226 responsabilidade, sentamos com a defesa e criamos um modelo de capacitação, é claro, em
227 parceria com a CEPES, que é ela que executa no estado, e pilotamos ela em Cataguases,
228 pegando todos os municípios que possuem CREAS na região, independente de ter ou não
229 medidas sócio-educativas. O próximo vai ser em Belo Horizonte, já foi encaminhado para este
230 Conselho, não sei se chegou, a relação dos 214 municípios que serão capacitados. São
231 convidados cinco técnicos de cada município sendo a equipe toda do CREAS, são dois dias de
232 capacitação, onde a gente capacita no SUSI e no SINASE, e na implantação da medida sócio-
233 educativa, e também está sendo convidado o sistema de justiça, para esta capacitação - e aqui
234 em Belo Horizonte, vai ser a próxima em junho, e nos vamos capacitar 60 municípios da
235 Região Metropolitana que tem CREAS, independente se municipal ou regional. Presidente:
236 OK. Tão logo chegar - a data - a Consolação, por favor, podia socializar com os Conselheiros,
237 acho que é de primordial importância a gente estar participando. Mas aí eu quero ressaltar
238 aqui, mais uma vez, sem nenhum sentido de barrismo, embora eu seja barrista. Mas o nosso
239 Estado tem feito, tem tido iniciativas muito bacanas, muito louváveis, porque quando essa
240 aproximação com a AMM, eu penso que é um ponto que atende as nossas angústias, as
241 minhas manifestações, às vezes até com uma dose de adrenalina maior que o normal. Porque
242 você vê alguns prefeitos que não tem a compreensão dessa caminhada nossa social, você vê
243 gestores que se sentem donos do poder público, sentem donos do dinheiro, como se ele
244 tivesse uma fábrica para fabricar um móvel e pudesse fazer dele o que quer. Que ele esquece
245 que aquela contribuição é de cada um de nós. Então o dinheiro público no meu entendimento
246 tem que ser sagrado por isso, porque os mais ricos do país que pagam e os mais pobres pagam
247 igual, e não é diferente, os 16% do ICM no pãozinho paga o Eike Batista e paga o andarilho
248 da rua, então precisa respeitar o andarilho, não o outro que pega uma oportunidade de repente
249 melhor, materialmente falando. E essa incompreensão existe nos prefeitos, a medida que a
250 SEDESE acompanha e com muita competência, todos nos já conhecemos bem a caminhada



251 histórica e de competência de Juanita, a medida que ela leva isso a gente tem certeza de que
252 os gestores de repente podem estar mudando a sua visão para com a nossa caminhada social.
253 E aí Juanita, a gente, eu particularmente, me sinto muito orgulhoso de ver a SEDESE fazendo
254 este trabalho, de ver, estar imbuído nesse plano que é... a Cristiane acabou de relatar para a
255 gente, de ter sido a iniciativa nossa. **O Conselheiro Adenor:** Por favor, Bom dia a todos e a
256 todas. Eu queria me felicitar por estar ouvindo tal notícia agradável, que é em relação as
257 capacitações que terá com esses agentes dos CREAS. Porque por bom tempo lá na minha
258 cidade, nosso querido Ribeirão das Neves, eu trabalhei com medidas sócio-educativas, tanto
259 pelo Tribunal de Justiça, depois pela Prefeitura, quando iniciamos as medidas sócio-educativa
260 em meio aberto, daquela cidade, DLA e DSC, foi no ano de 2007, aí iniciou em 2005, em
261 2007 eu peguei, e fiquei até o ano passado, finalzinho do ano passado, como Coordenador
262 Geral do Núcleo. E quando o CREAS chegou, e nós pegamos a equipe do CREAS e
263 empoderou daquele espaço e daquele trabalho, aí sim eu vi na luz no final do túnel, que as
264 medidas sócio-educativas começavam de fato, Dr. Fernandes, a ter uma visão, de que a gente
265 estaria falando a mesma língua. Seja, técnico, poder judiciário, ministério publico, conselho
266 tutelar, o que era muito comum você ver as inversões em relação a medidas sócio-educativas,
267 adolescente em conflito com lei, adolescente em risco social, sendo tratado da mesma forma.
268 Isso me preocupa presidente, e muito. E Juanita sabe do que eu estou falando e acho que todos
269 aqui sabem, que é complicado quando você mistura estes papéis. Então eu fico muito feliz,
270 nessa manhã, ouvir isto. E já falei anteriormente aqui nesse Conselho, dessa vinda dos
271 CREAS, que foi no primeiro momento um alvoroço, muitos municípios não aceitavam, que as
272 medidas sócio-educativas fossem de dentro CREAS, que aquilo era uma utopia, que aquilo
273 não dava certo, que não estava correto. E hoje a gente esta vendo aí a capacitação, e isso que a
274 gente precisa, seja o técnico, seja quem está lá na coordenação, seja quem está no
275 administrativamente falando, então isso é muito importante, fico muito feliz. Quero
276 parabenizar de fato, que os pensadores dessa capacitação e o próprio Estado, por isso. E fazer
277 um convite presidente, a todos e todas, que amanhã às 14 horas nos vamos estar na Cidade de
278 Esmeraldas, mais uma vez, com a União Regional de Conselho da Região Metropolitana.
279 Quem puder estar conosco, será um prazer. Às 14 horas na Câmara Municipal de Esmeraldas,
280 e nos vamos estar falando sobre os sub-temas das conferências, que vem das diretrizes da
281 nacional e estadual e é claro, nos vamos estar trabalhando aí com os municípios nesse sentido.
282 É só, muito obrigado. Presidente: Continua aberto para informes. Mais alguém? OK. Eu tenho
283 uns informes para dar. E aí, primeiro, socializar, embora muitos já saibam, a nova composição
284 da mesa diretora do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Eliane
285 Quaresma, assumiu agora a presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e
286 Adolescente, e aí Conselheiro José Ismar, que faz parte deste Conselho e do CEDCA, eu
287 gostaria muito que você fosse nosso porta voz, na tentativa de com essa gestão nova, com essa
288 mesa diretora nova, que a gente pudesse convence-los a gente estar mais próximos. Não foi
289 uma, nem duas só iniciativas, desse Conselho nosso de assistência, junto ao CEDCA na
290 tentativa de aproximar. Eu acho que a relação interconselhos, principalmente nestes dois
291 conselhos de direito, de assistência e da criança, ela é de primordial importância, a gente sabe
292 que, a maioria dos nossos beneficiários de assistência passa por uma situação pregressa
293 degradante, no que diz respeito a vulnerabilidade social e degradação do vínculo familiar, de
294 criança adolescente, e a gente sabe que o maior aporte de recursos do tesouro para a política
295 pública de criança e adolescente, está na assistência social. Então não vejo muito sentido
296 nesse não querer essa aproximação, e aí eu quero manifestar dessa forma, porque foram várias
297 as tentativas nossas, inclusive inter-comissões. E aquele Conselho não nos atendeu. E para
298 minha tristeza, aí eu deixo manifestado mesmo, que era uma Presidência da Sociedade Civil,
299 então é lamentável que isso aconteça. Eu gostaria muito que você fizesse essa intervenção,
300 para o Conselho hoje, aquele colegiado, entenda essa importância de agente estar mais



301 próximo. Mas eu penso que, pode ser que a gente estreite essa relação, com a vinda de Eliane
302 Quaresma, que a Eliane agora assume, ela tem caminhado, ela já foi do corpo da SEDESE,
303 está no corpo municipal, e a gente precisa, a gente precisa. É isto que estou dizendo, foi para o
304 corpo municipal, e est agora esta no corpo da SEDESE, novamente de volta. Então eu penso,
305 que a gente pode ter de repente uma compreensão melhor para essa situação, o que não dá é
306 para conviver com essa distância, e não é só do CEDCA, nós já tivemos tentativa com a OAB,
307 a importância da OAB ter um acento, ter uma representação aqui dentro, e também a OAB,
308 através da presidência, através da comissão não se manifestou. Tribunal de Justiça, sabe é de
309 primordial importância. Nos tivemos aqui no início, tivemos com a Promotoria Pública,
310 pedimos acompanhamento. Dr.Celso esteve conosco alguns dias, depois adoeceu, não
311 mandaram substituto, também não nos deram satisfação de forma oficial. Então para a gente
312 isto é ruim, mas nos não vamos nos desanimar, nos vamos continuar cobrando dessas
313 instituições, a participação efetiva nesse conselho. Você pediu questão de ordem, quer
314 manifestar a respeito do CEDCA. Por Favor. **Conselheiro José Ismar:** Eu creio que as
315 palavras do Presidente, externiza também, a preocupação desse Conselheiro. E eu passei
316 ainda a pouco, às mãos da nossa secretaria executiva Consolação, o Plano de Ação do
317 Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, e que este Conselho insistiu em varias vezes,
318 na necessidade desse plano, desse planejamento. E na necessidade de estarmos junto ao estado
319 articulando, os recursos, os financiamentos devidos para a execução desse plano, e que não
320 basta fazer o plano, a que se falar que o plano tem que ser executado, o plano tem que ser
321 monitorado, o plano tem que ser avaliado, o plano tem que ser revisto. E que seja uma prática
322 do conselho, assim como é do conselho de assistência social, essa preocupação de estar
323 planejando com antecedência, ou seja, no ano anterior, as atividades do conselho. Então foi
324 aprovado agora na última plenária no dia 20, um plano, e está em mãos da nossa secretaria
325 executiva, e eu creio que essa interface, essa articulação, é de fundamental importância. Não
326 só como disse o Presidente, no conceito da criança e do adolescente, mas também nas
327 políticas que fazem interface com o Conselho de Assistência Social. Saúde e Educação, são os
328 maiores, como se diz, aliados nossos. E nesse sentido, também de estarmos sempre atento, a
329 essa proposta da construção, da aproximação, não da discórdia, não da, não aproximação.
330 Creio que essa incumbência que o Presidente me coloca, e me solicita neste momento, pode
331 ficar tranqüilo, que tudo farei para atender. Consolação (Secretária Executiva): Em relação a
332 este documento, que é um Plano de Ação do Conselho Estadual de Direito, foi publicado hoje,
333 só que, quando a gente pega nas ações, e quando eles determinam responsáveis, eles colocam
334 em varia ações aqui o Conselho Estadual, que não discutiu sobre isso em plenário e nem
335 deliberou, para que um documento saísse o nome do Conselho como um responsável, quer
336 dizer, pressupõe-se aqui já existe uma articulação que não existiu. Até essa resolução foi
337 assinada pelo antigo presidente, o Ananias, e eu acho que o Conselho tem que, não sei se é
338 nessa plenária, mas palpar esta discussão, porque mesmo que ele vá se comprometer, em
339 trabalhar junto às questões aqui levantadas, acredito que existe até outras, a Juanita bateu o
340 olho aqui e já viu uma outra, que poderia inclusive inserir talvez, o Conselho Estadual, nessa
341 ação conjunta, mas não poderia ser publicado, com a responsabilidade também do Conselho
342 Estadual. **Conselheira Cristiane:** Só queria fazer uma observação presidente, porque
343 realmente acho que temos sim que aproximar do CEDCA, o José Ismar já se colocou, mas eu
344 só queria fazer um alerta, porque até, a falta de se apresentar na plenária os informes da
345 comissão, às vezes deixa despercebidos alguns encaminhamentos que estão em andamento, e
346 que pode parecer que não há uma ação conjunta. Só alertar que a comissão de política está
347 discutindo com a comissão de medidas sócio-educativas do CEDCA a elaboração de uma
348 resolução conjunta de regulamentação das medidas sócio-educativas em meio aberto no
349 Estado. Então ontem, não foi possível tratar, dessa resolução, uma vez que nos precisamos da
350 comissão de normas, para poder dar encaminhamento. Mas já marcamos uma reunião com a

351 comissão de normas para o dia 10, para poder analisar, passamos também para a SEDESE, na
352 pessoa da Juanita para começar a verificar essa resolução, a Edma esta na comissão de
353 política também está conosco, o Volney, a Eliana, o Jose Ismar e o Márcio vão participar
354 também. Enfim, é só para apontar que tem uma ação sendo desenvolvida em conjunto com o
355 CEDCA, que é a elaboração da resolução conjunta de regulamentação das medidas sócio-
356 educativas no Estado, as medidas sócio-educativas em meio aberto. Além disso a comissão de
357 políticas do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, nos chamou para uma
358 reunião, eu não tive disponibilidade no dia, então eu não participei, e agora eu estou
359 aguardando uma nova reunião. Então tem duas ações aí que a comissão de política deste
360 conselho esta em andamento com a comissão do CEDCA. Ta. Presidente: OK. Obrigado
361 Cristiane. Só ressaltar que a Resolução está assinada apenas pelo CEDCA, não é. Aí mais
362 uma vez eu não estou colocando isto aqui, absolutamente por sentido de vaidade desse
363 conselho em relação ao outro, mas não tem nenhum sentido de subordinação. Então o que se a
364 resolução não é em conjunto dá a entender que nos somos subordinados a outro Conselho
365 Estadual, não é isso. E falo com muita propriedade, com muita tranquilidade porque já presidi
366 aquele Conselho, por dois mandatos. Então, só que na minha época lá, a gente conseguiu fazer
367 algumas reuniões interconselhos, foi a primeira vez que vi juntar 6/7 conselhos para a gente
368 fazer reuniões interconselhos, e fracassou? Fracassou. Porque não existia compreensão dos
369 colegiados, vários que a gente tem. A SEDESE, nos temos quantos conselhos ligados a
370 SEDESE hoje? 12? 15. Quinze conselhos estaduais. Então quer dizer, podia estar acontecendo
371 isto. Eu espero que a gente consiga fazer. E aí, Conselheira Cristiane? Acha que é legal, essa
372 participação conjunta, isso aí é importantíssimo, é importantíssimo. Então não tem nenhum
373 sentido de vaidade, de querer falar de um órgão publico ou de outro, dos dois colegiados, não,
374 é de aproximação mesmo. A outra situação que eu queria trazer para vocês, ainda no meu
375 informes, é a questão da casa de conselhos, o nosso governo - todos nós temos acompanhado
376 as ações do poder executivo - e com muita propriedade e competência tem... esta na tentativa
377 de fazer a utilização de gastos, redução de tempo e de custo, com o Centro Administrativo, e
378 mesmo modelo está adotando com a Casa de Conselhos nosso que vai para a Avenida
379 Amazonas, ali naquele prédio esquina com São Paulo, que é o prédio, para quem é do meu
380 tempo, aquele da Perfumaria Lourdes. Você não ri não, que isso não é do seu tempo,
381 Cristiane. Agora Silvestre, é o seguinte Conselheiro, este Conselho agora esta admitindo, até
382 Conselheira adolescente, não é Fernando. Então como foi uma empreitada grande desse
383 colegiado para que a gente tivesse uma situação de uma adequação melhor no que diz respeito
384 ao desenvolvimento do trabalho, principalmente no quesito de recursos humanos, porque nos
385 estamos aqui instalados numa maneira precária e vulnerável até sem acessibilidade. Assim
386 com esta sala do plenário aqui, isso aqui ainda é coisa da moda da ditadura, no meu
387 entendimento, que não faz o menor sentido, esta estrutura, e muito menos degraus aqui, para a
388 gente estar subindo. Então eu penso que a Casa de Conselho vem a calhar. Mas só que nos
389 cobramos esta alternativa, chegamos a dizer que nós tínhamos orçamento para isso, para fazer
390 adequação no espaço, não foi possível porque veio a Casa de Conselho. É bem bem-vinda, a
391 compreensão nossa aqui é essa também, no entanto eu tive que ressaltar que quando nos
392 fomos visitar, a Casa de Conselho, não é aquilo que foi negociado, não é aquilo que foi
393 compartilhado com este Colegiado, não é aquilo que a gente esperava que fosse. E
394 principalmente no quesito de espaço, então o espaço que está sendo nos dado lá, é o espaço
395 que não atende nem os empregados que a gente tem hoje, nem os servidores que tem hoje na
396 Secretaria Executiva. E esse conselho ele é crescente no que diz respeito ao seu potencial de
397 atendimento aos municípios. Ele é crescente, esta aí agora a situação da própria degravação,
398 mostrando esta situação. Outra coisa, ele precisa ter alguma adequação necessária para o
399 desenvolvimento de algumas tarefas, por exemplo, nesse próprio trabalho de degravação.
400 Você não pode fazer isso numa sala que é conjunta, que alguém passa e você perde a



401 concentração, e etc. etc. Então é isto que nos colocamos, recebemos aqui uma carta, eu faço
402 questão de lê-las, porque a resposta que eu recebi, esta assinada pelo nosso Secretário de
403 Estado, mas não traduz, aqui a compreensão que nos gostaríamos que ele tivesse, porque o
404 que não falamos da Casa de Conselho, nos achamos que otimiza sim, os gastos, otimiza
405 custos, e isto nos queremos também, otimizar os gastos do dinheiro público, mas não traduz a
406 compreensão que diz respeito a espaço, o nosso objetivo é este, e aqui, como isso, eu já levei
407 em plenário inclusive a título de manifestar nossa insatisfação e agora faço questão também
408 de lê-la para os senhores entender: Encaminho ao presidente em atenção referida ao físico
409 vindo informa a V.Sa.o que segue: A Casa de Direitos Humanos acompanha o novo modelo
410 de gestão utilizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, trata-se de reduzir custos, gasto
411 menos, mas com maior qualidade, reordenar o espaço do trabalhador e o trabalho do servidor,
412 adequá-los para uma maior eficiência de trabalho, alcançar excelência no atendimento a
413 população e uma gestão desolamento cidadã. Ressaltamos que tal concepção acompanha o
414 mesmo modelo da Cidade Administrativa de Minas Gerais, busca-se reduzir as barreiras entre
415 os servidores, políticas, ações, programas de setores, alcançando a gestão pautada pelo
416 Conselho do Estado em rede. Neste universo cabe a Casa de Direitos Humanos oferecer uma
417 nova concepção para os conselheiros de direito, conselhos de políticas públicas e serviços de
418 direitos humanos. Busca unificar os determinados setores, tais como suportes técnicos de
419 informática, reprografia, almoxarifado, copia e refeitório. Ademais, foram previstos diversos
420 espaços de uso em comum, como salas para reunião, e para atendimento individualizado,
421 auditório, biblioteca e arquivo. A centralização desses serviços oferecerá uma maior eficiência
422 no imprescindível trabalho desenvolvido pelo Conselho de Assistência Social. Quanto ao
423 necessário espaço para biblioteca, informamos que foi prevista uma área de 32 m², com
424 capacidade para 18 estantes, uma estação para o técnico bibliotecário responsável e quatro
425 estações de trabalho para pesquisa de população mineira. Quanto ao arquivo, ressaltamos o
426 recente posicionamento do Governo do Estado, em solicitar que os documentos que não sejam
427 de consulta diária fossem transferidos para arquivo permanente. Com relação aos documentos
428 de mera consulta, tais como altos de procedimento, processos, convênios e outros. Foi
429 previstos um espaço de 25 metros com capacidade equidistante para os órgãos, ressaltamos
430 que o CEAS, Conselho Modelo na fiscalização, proposição, deliberação e amortização das
431 políticas públicas, conta com três estações de trabalho nas salas dos técnicos, dentre os quais,
432 este possui maior espaço físico. Não só preocupados com os servidores e conselheiros, foi
433 prevista a utilização de ar condicionado central, possibilitando o local de trabalho silencioso e
434 agradável, igual concepção adotada na Cidade Administrativa de Minas Gerais. Por fim, foi
435 indicada a área responsável da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, que entrasse
436 imediatamente em contato com o Conselho Estadual de Assistência Social, recebendo as
437 demandas propostas por V.Sa. discutindo a melhor forma para resolução do caso. Certos da
438 compreensão. Colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos reiterando os votos de
439 eleva estima e distinta consideração. Muito bem. Aqui o Wander Borges, agente – quem já o
440 conhece – a gente sabe da caminhada dele – o Wander é muito atento às estas questões para o
441 nosso seguimento. Só que agora nós vamos esperar quem vai fazer o contato, que eu não sei
442 ainda - da SEDESE, que nos precisamos ter estas adequações. Então assim, eu falo, é porque
443 no discorrer dele, da impressão que a gente queria mais do que ta, não é isso. Nos
444 concordamos com tudo que está colocado na carta, e mesmo porque nos já conhece a
445 caminhada dele também. Só que os espaços não atendem, e algumas adequações precisam ser
446 feita. Então é isso que eu queria colocar para vocês, se alguém quiser fazer algum comentário
447 está aberto, se não eu passo para um novo informe que eu tenho para dar. Cristiane quer falar.
448 Pois não. Conselheira Cristiane: Não Geraldo é só uma questão assim, talvez sugerir, uma vez
449 que no final da carta é... coloca que haverá um contato, ou parece que há uma abertura para
450 continuar as discussões, que a gente não fique aguardando este contato, acho que talvez



451 responder esta correspondência dizendo que concordamos com tudo que está estabelecido,
452 mas que queremos discutir a questão do espaço, então só reafirmar isto. Por que também ficar
453 esperando, a gente não sabe quando nem onde e daqui a pouquinho começa a conferência, o
454 espaço está pronto e a gente não faz esta discussão. Ta, só esta sugestão de encaminhamento.
455 Presidente: OK, Conselheira Cristiane, obrigado. Nos vamos procurar com certeza, é porque
456 só chegou agora, mas eu queria já socializar com os senhores. Um outro informe que eu
457 queria dar, é o seguinte, na Resolução 16, foi solicitado, não sei se os senhores se lembram? O
458 CNAS pediu que fizesse uma enquête a respeito da Resolução 16 implementação. Nos
459 recebemos um retorno, e o total de municípios pesquisados tem uma síntese que mostra o
460 seguinte: tomar o conhecimento da resolução. Num universo de 102 municípios dos nossos
461 853. Tomarão conhecimento da resolução: 100; Reuniram com as entidades e instruídas: 54;
462 Se capacitaram sobre a resolução: 68; Implementaram a resolução CNAS através de resolução
463 própria do município: 51; tiveram dificuldade na implementação desta resolução: 76;
464 finalização nas inscrições das entidades até 19/05: 86; adotando novo numero de inscrição:
465 52; experiência foi êxitosa: 61; não avaliou sua experiência: 26. Aqui, eu tive o cuidado dar
466 uma analisada nisto aqui, você vê o seguinte que, no que diz respeito a reunir com as
467 entidades para falar do processo de inscrição: 54 – portanto a metade deles. No que diz
468 respeito a capacitação sobre a resolução: 68 – então fizeram discussão, 68 municípios – 70%,
469 no universo de 102 e implementaram a resolução através de resolução do município o que
470 quer dizer que eles não só estudaram, como discutiram, como criaram as suas: 51 (a metade).
471 No entanto assim, que tiveram dificuldade 76. Então notadamente a gente vê que essa
472 resolução se pegou e se foi aceita ou implementada, foi em metade de 100 municípios, a
473 amostra representativa, uma amostra de 15% em todos os nossos municípios, mas o retorno é
474 esse. Então isso mostra que, a gente precisa ainda continuar a caminhada. A resolução está no
475 sentido hierarquizado do CNAS, a gente precisa cumprir para inclusive fortalecer a própria
476 caminhada social, o que não quer dizer, que nos não vamos avançar, porque nem resolução,
477 nem as nossas próprias leis são inflexíveis. Más era só para dar ciência aos senhores. E a outra
478 situação é só também de informe que o PLSUAS foi aprovado na Comissão de Assuntos
479 Econômicos e agora vai para a Comissão de Assuntos Sociais. Então fizemos uma empreitada
480 grande no sentido de fazer a aprovação dele, e parece que agora, começou a colher os frutos e
481 a gente continua a nossa caminhada. Como mais nenhum Conselheiro se inscreveu para
482 informes, a gente encerra... tem mais alguém inscrito? Não né. Eu queria dizer o seguinte, que
483 tem, só dar o informe ainda final, que é a publicação da Resolução 360 que é do regulamento,
484 já foi encaminhada. E só lembrando que dia 27/05 às 14 horas, vai acontecer uma nova
485 reunião da Comissão Organizadora. OK. Dia 27, sexta-feira, 14 horas. Dando seqüência
486 então, nos vamos para o ponto B de nossa pauta – pontos a serem deliberados. Aí eu queria
487 trazer para os senhores aqui também, a situação de que o curso que nos estamos fazendo de
488 mediação de conflitos, diga-se de passagem – muito competente – embora eu tenha estado de
489 corpo presente à medida do possível da minha agenda. Mas eu fiz questão que a Consolação
490 fizesse a gravação, pedi a ela, e ela com a competência que lhe é peculiar, tem feito a
491 gravação todo tempo e eu tenho visto em casa, para não perder os momentos que falto, acho
492 que todos deveriam fazer a mesma coisa, porque o curso realmente vale a pena. É muito bom.
493 Só que nos ficamos com duas vagas em aberto, em função de desistência, ou por outra
494 questão, que não vem ao caso. E essas duas vagas – o Curso foi feito para Conselheiros e
495 Técnicos da Secretaria Executiva e do SEDESE. E aí eu pergunto se tem algum Conselheiro
496 que queira se manifestar ainda, para ocupar, em substituição, as duas vagas que continuam em
497 aberto. Os cursos tem um cronograma, são feitos, sextas-feiras o dia inteiro, sábado até 1 hora
498 da tarde. E nos temos um prazer muito grande de estar compartilhando com os Conselheiros
499 sábado de manhã, depois de sexta feira. Pois não **Conselheira Eliane**: Eliane. É porque eu
500 tenho visto assim, uma manifestação dos colegas, dos companheiros conselheiros, na minha



501 participação, sabe? Que não deram tempo nem de eu perceber que você tinha pedido para
502 manifestar se quer ou não participar, eu já estava assim... a euforia foi tanta que eu tive que
503 levantar minhas mãos... É porque seu olhar compromete. Eu já tinha visto que você queria
504 falar. ... então é isso, eu gostaria de me disponibilizar a participar do curso. Presidente: OK.
505 Seja bem-vinda ao meio, vai ser ótimo, a Consolação depois pode socializar para você essas
506 gravações que ela fez, e inclusive o material. Mais algum outro conselheiro? Bom. Na
507 ausência de manifestação de frequentar o curso ou de participar do mesmo, eu penso que é
508 uma crueldade, a gente não substituir uma vaga que está em aberto. Porque o curso é muito
509 bom, e além de ser muito bom, a gente respeita a agenda de cada um, mas tem um dinheiro
510 público envolvido ali, mas para além do dinheiro público, acho que a maior importância é
511 realmente a gente estar, adquirindo saber, que não ocupa espaço. O que a gente faz com esta
512 outra vaga, hein? Socializamos SEDESE? Já socializou isto lá? Já? Não tem, também? Bom
513 eu ... Sou do tempo do fio de bigode. Falou ta valendo. Ele aqui já me fez propaganda várias
514 vezes, mas é que estou com minha agenda meio tumultuada mas acho que, pelo seu ultimo
515 argumento, não só por ele, mas acho que também dá pra gente, um esforço extra sempre é
516 possível. Então me habilito, mas depois por favor me passa a agenda direitinho pra... Depois
517 eu negocio com minha mulher e meus meninos lá em casa, que tenho que negociar com a
518 mulher. É mineira brava, mas dá para negociar. Conselheira Eliane: Presidente. Por favor.
519 Media esse conflito agora. Ninguém me aplaudiu. É menos importante a minha vaga? Muito
520 obrigada. Presidente: Os primeiros serão os últimos. Agora palmas para nossa Conselheira
521 Eliane. Sejam muito bem vindos, acho que é bacana isto. Para além do conteúdo programático
522 que o curso nos traz e a experiência, a expertise que os preletores tem demonstrado, existe
523 uma convivência do corpo técnico com os conselheiros, e isto tem sido muito bom. Primeiro.
524 É... o item 1 agora que fala da Conferencia Estadual, que é apresentação para as Conferencias
525 Municipais, e aí que nos as fizemos ontem, durante o nosso encontro, e eu solicitei, e agora
526 que solicitar a esta plenária, se o que a gente demandou, se o que a gente discutiu, se o que a
527 gente concordou, como encaminhamento para as conferencias, se nos podemos socializar com
528 o FUNACEAS que é o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social, uma
529 vez que este Conselho Estadual é vice-presidente, está vice-presidente deste Fórum Nacional.
530 OK. Há alguém contrário? Acha algum inconveniente? Não. Posso entender que é
531 unanimidade? OK. Bom Consolação, por favor, com a sua competência que lhe é peculiar, e
532 como você vai estar me acompanhando na próxima reunião do Fórum em Brasília, por favor
533 vamos socializar com eles, e tentando deixar bem claro nosso posicionamento aqui, que é no
534 sentido de contribuir e de divergir de forma construtiva, e não de contrapor pela simples
535 contraposição. Consolação. Só esclarecimento. Socializar, eu vou mandar o e-mail, ou será
536 levado no dia da reunião? Por favor. Eu gostaria que a gente manifestasse de forma escrita e
537 no dia a gente dar algum esclarecimento se houver necessidade, e com certeza seremos
538 argüidos. Eu pedi a inclusão que seria a resolução para aprovação, está no ponto 1. E aí, por
539 favor eu gostaria de ler a resolução de ... (que ainda está sem número) de 2011, para
540 deliberação: - Dispõe sobre a composição da Comissão Organizadora na Nona Conferencia
541 Estadual de Assistência Social. O Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, no uso
542 das atribuições conferidas pela Lei Estadual 12262/96, considerando: a deliberação da sua
543 plenária ordinária que delegou competências a Comissão Organizadora da Nona Conferencia
544 Estadual de Assistência Social, a decisão da Comissão Organizadora reunida em 29 de março
545 de 2011, a resolução conjunta CEAS/SEDESE número 01/2011, resolve: Art. 1º – a comissão
546 organizadora sob a coordenação do presidente do CEAS, Geraldo Gonçalves de Oliveira
547 Filho, e da Sub-secretária de Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
548 Social, SUBAS-SEDESE, Maria Albanita Roberta de Lima, tem a seguinte composição: 1 –
549 dois conselheiros governamentais do CEAS, Conselheira Edma Aparecida Marinho,
550 Conselheira Maria de Lourdes Damasceno. 2 – dois conselheiros não governamentais do

551 Conselho Estadual de Assistência Social: Conselheiro João Ademar Spech, Conselheira Maria
552 de Fátima Mayrink Brito. 3 – um representante do setor de finanças da Secretaria de Estado
553 de Desenvolvimento Social: Sayonara Telma Alves. 4 – um representante do setor de eventos
554 da SEDESE: Liziane de Araújo Soares. 5 – dois representantes da Secretaria Executiva do
555 Conselho Estadual de Assistência Social, Consolação Estefânia da Conceição e Nilce Heloisa
556 Campos de Araújo. Parágrafo um: para a Comissão organizadora se dividirá em subcomissões
557 e estas terão outros integrantes. Art. 2º – esta resolução entra em vigor na data de sua
558 publicação. Belo Horizonte, maio de 2011. Algum. Complementação? Retificação?
559 Ratificação? Perguntas? OK. Consolação: Nos vamos ter as subcomissões mesmo? Porque
560 isso que a gente está colocando aí é que na Conferencia passada a gente não teve
561 subcomissões e o Conselho é que trabalho a temática, tudo... estou colocando isto porque se
562 for a gente tem que providenciar. Na conferencia passada a gente conseguiu resolver dentro
563 das condições temáticas, mas então elas teriam que assumir isto, para tratar, por exemplo,
564 político teria que tratar a questão de painel, como que seria discutido isto, então poderia ser
565 absorvido pelas comissões do Conselho. Presidente: É... eu pedi a Consolação que desse esse
566 esclarecimento porque a praticidade tem mostrado que as comissões fazem este papel. É uma
567 absorção maior de outras tarefas? Sim, mas penso que é melhor do que criar novas
568 subcomissões, que com certeza demandaria novas agendas nas nossas apertadas agendas.
569 Conselheira Cristiane: Não só... Uma ressalva, que assim nesse caso, como você já
570 mencionou a comissão de política, a gente precisa de saber e ser demandado. Uma vez que
571 este ano, houve esta situação, da conferencia também ter o grupo de eleição, de processo de
572 escolha, a gente se manteve distante, da Comissão de Conferencia, por uma questão ética.
573 Então, às vezes a gente até evita ficar muito, discutindo estas questões, para ter este
574 distanciamento mesmo, uma vez que vai ser discutido o processo de escolha. Então eu só
575 peço, no caso se houver essa necessidade, que seja demandado, porque aí a comissão de
576 política sem dúvida nenhuma pode contribuir. Presidente: OK. Então essa comissão criada
577 que vai ser coordenada, assim, na prática operacional, para além do que está escrito, é a
578 Consolação. Gostaria Consolação, que a gente observasse com bastante detalhe, e demanda-se
579 às diversas comissões do conselho. E aí eu pergunto a vocês, se assim sendo as nossas
580 comissões do Conselho trabalha como subcomissões, e aí com apenas algumas palavras, a
581 gente para uma única Comissão Organizadora se subdividira em subcomissões e estas terão
582 outros integrantes, e aí a gente poderia só colocar que serão as comissões do Conselho
583 Estadual. Pode ser assim? OK. Alguma outra manifestação. Então a resolução, Consolação
584 por favor pode fazer em forma final, para que a gente possa publicar. O item 2 dois da pauta é
585 o PAS-BARRAGEM – e aí o Conselheiro Silvestre a gente tem um plano de Assistência
586 Social, depois você vai ter mais de perto esta situação, que é necessário que este Conselho
587 estabeleça uma resolução aprovando este plano, antes até, para que o Órgão Ambiental dê a
588 licença operacional de instalação para o empreendimentos de geração de energia no nosso
589 Estado. Nos sabemos que são mais de 300 hoje no estado, nos temos uma conformação
590 geográfica que favorece este tipo de geração de energia sustentável, no entanto tem alguns
591 reparos, principalmente no que diz respeito a proteção social, cabe o papel a este Conselho
592 estar dando esta proteção aos atingidos. Este é o nosso objetivo, e talvez seja um dos itens que
593 mais nos demandem hoje, uma compreensão para além da política pública, uma compreensão
594 que envolve um aspecto político grande, e que agora começou a demandar inclusive
595 politicagem. Então a gente precisa ficar muito atento e ter a serenidade e a responsabilidade
596 suficiente, para não inviabilizar os empreendimentos que chegam no Estado, que a gente sabe
597 o progresso que o acompanha, mas também não deixar de observar as mazelas que esse
598 empreendimento traz quando vem. E a violação de direitos que por consequência natural já
599 existe, esta inserido no contexto. O item A então, retornou da relatoria de processo, e a gente
600 que ser PCH: Cleiton Ferreira, que está aos cuidados da Conselheira Edma, que está hoje,



601 suplente da Conselheira Roberta, e não estando a Conselheira Edma faz o relato, por favor.
602 Conselheira Edma: Bom. O Conselheiro relator foi a Maria Albenita Roberta de Lima. O
603 nome do empreendimento: PCH Cleiton Ferreira, Nome do Empreendedor: Caldas Energética
604 Ltda, município envolvido é o município de Caldas em Minas Gerais. Tipo do processo:
605 apreciação do PAS BARRAGEM, comprovação de implementação/denúncia. Aprovação do
606 plano de assistência social de PAS da PCH Cleiton Ferreira; licença de implantação. Não foi
607 solicitado diligência. O contexto do PAS BARRAGEM, parecer. Embasamento legal, lei de
608 barragem 12812 de 28/04/98, Lei de Barragem 15012 de 15 de janeiro de 2004; resoluções do
609 CEAS 317 e 318/2010; a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) que é a Lei 8742 de
610 07/12/93, Lei 12262 de 23/07/96; política nacional de assistência social 2004 e decálogo dos
611 direitos sócio assistenciais. O PAS da PCH Cleiton Ferreira, foi protocolado no CEAS, no dia
612 29/12/2010. O documento foi analisado pela técnica da Secretaria Executiva do CEAS, a
613 Leila, Leila Mara. Cujo parecer social foi favorável à aprovação do mesmo. Pessoas famílias,
614 diretamente afetadas: para a construção de referido empreendimento, serão afetadas seis
615 propriedades rurais, que perfaz um montante de 10 famílias diretamente atingidas.
616 Considerando categoria de proprietários, trabalhadores e familiares. Mão de obra prevista:
617 consta no PAS a previsão para contratação de aproximadamente 85 pessoas. Cabe salientar
618 que o tempo de obra previsto é de 16 meses, e que após a fase de construção da usina, está
619 prevista que 7 trabalhadores permanecerão trabalhando. Serão trabalhadores permanentes da
620 PCH, em toda a sua fase de operação. A gestão do SUS no município de Caldas – MG, lá
621 existe um CRAS que está funcionando; o município recebeu R\$50.000,00 do Governo
622 Estadual, para expansão do CRAS, estes cinquenta mil é custeio. E também recebe
623 mensalmente co-financiamento do governo federal, no valor de R\$ 4.500,00 para custeio.
624 Quer dizer, estes 50.000 foi investimento. E ele recebe 4.500,00 do Governo Federal para
625 custeio – PAIF CRAS. Previsão de inauguração da obra de expansão do CRAS: em junho de
626 2011. Programas, projetos, e ações previstos no PAS da PCH Cleiton Ferreira: projeto de
627 comunicação, dentre outras ações, custou no PAS, a implantação de um posto de informação
628 que ficará localizado próximo ao canteiro de obras. Tal equipamento terá como foco,
629 atendimento, orientação à comunidade, sobre as obras e ações realizadas pelo
630 empreendimento. O outro item é um programa de negociação de terras. Todo o processo
631 referente à negociação, ele já foi finalizado. A licença prévia e a licença de instalação, foi
632 emitida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, em 08/01/2008, com
633 validade até 10/08/2011. Após a emissão da licença de instalação, a Agência Nacional de
634 Energia Elétrica – ANEEL verificou que o potencial hidrelétrico do rio era de 6 Mwa e não 4.
635 Tem sim, do uso ótimo energético. Com estes novos dados, o empreendedor iniciou a revisão
636 do processo, licenciamento ambiental, com vistas à obtenção de uma licença de instalação
637 corretiva, por isso as propostas já foram negociadas. Todos os processos de negociação
638 realizados, entre empreendimento e proprietários, a modalidade de negociação foi venda em
639 dinheiro, pela parte afetada. Salienta-se que em nenhum caso, houve inviabilidade, nem
640 econômica, nem social, da propriedade. Das seis propriedades afetadas, houve negociação
641 somente, em quatro propriedades. Isto porque duas propriedades estão no trecho de vazão
642 reduzida, após a barragem. E segundo informações constante no PAS, tais propriedades não
643 sofrerão impactos diretos, devidos as características fisiográficas da área, e também devido ao
644 fato do leito do rio neste local, continuar normal. Todas as propriedades afetadas já se
645 encontram com a situação jurídica regularizada, ou seja, escritura pública com registro em
646 cartório. Em relação ao posto de atendimento social, houve alteração na implantação deste
647 equipamento, sendo considerado a priori, melhor potencialização da política de assistência
648 social existente no município. A proposta foi de não implantar o posto, e em contra-partida
649 haver repasse de recurso financeiro, por parte do empreendedor, para a Secretaria Municipal
650 de Assistência Social via Fundo Municipal de Assistência Social, que objetivará a



651 implementação das ações sócio-assistenciais, já realizadas no município. Observações: a
652 distância do empreendimento, local da obra (usina) ao centro da cidade é de 22 km. O local
653 onde será implantada a usina, é um distrito rural do município, e as pessoas, famílias da
654 região, tem como referência o Centro Municipal, especificamente a Secretaria de Assistência
655 Social, instalada na Prefeitura. Nenhuma das famílias diretamente afetadas, proprietários,
656 trabalhadores, são usuários da política de assistência social local. Foi constatado pela técnica
657 do CEAS, que analisou o processo, que no período de elaboração do PAS da PCH Cleiton
658 Ferreira. O empreendimento procurou a gestora de assistência social, e o Conselho Municipal
659 de Assistência Social, para propor a alteração referente a implantação do posto de
660 atendimento social Ou seja, o referido PAS, é fruto de um diálogo entre as partes,
661 empreendimento versus gestão e controle social local. A proposta constante no PAS foi de
662 apoio para estruturação do CRAS Municipal, por meio da assinatura de convênio, entre
663 empreendimento e prefeitura, via Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$
664 30.000,00. Ressaltando, caberá ao empreendimento o repasse desse recurso, trinta dias após
665 publicação da resolução do CEAS, de aprovação do PAS da PCH Cleiton Ferreira. A equipe
666 técnica do CRAS atenderá possíveis demandas de pessoas atingidas, com implantação da
667 usina e encaminhará ao responsável pelo empreendimento, para imediata solução do
668 problema. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social de Caldas, acompanhar e
669 fiscalizar a aplicação do recurso financeiro, bem como monitorar sobre as demandas sociais
670 que forem causadas, em função da construção da usina, denunciando ao CEAS irregularidades
671 no processo. A proposta contida no PAS da PCH Cleiton Ferreira, foi pautada em plenária
672 ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Caldas – MG. Consta na ata da
673 plenária, a votação entre conselheiros municipais, que avaliaram se seria melhor para o
674 município, e especificamente para a comunidade rural, diretamente afetada, a implantação de
675 um posto de atendimento social ou o repasse de recursos financeiros para o Fundo Municipal
676 de Assistência Social, com vistas, a implementar as ações do CRAS. O Conselho Municipal
677 de Assistência Social de Caldas, aprovou, por unanimidade, pelo repasse de recursos. No
678 processo consta a ata da reunião do Conselho. Os conselheiros municipais após votação
679 fizeram os seguintes condicionamentos: que o recurso deverá ser depositado no Fundo
680 Municipal de Assistência Social, especificamente para proteção social básica. Que a gestora
681 de Assistência Social, deverá elaborar uma proposta sobre como executar o recurso, e ainda,
682 explicitar se tal recurso entrará com rubrica de custeio ou de investimento. Que caberá ao
683 Conselho Municipal de Assistência Social de Caldas aprovar a proposta. Que deverá ser
684 elaborado pela equipe técnica do CRAS juntamente com a PCH Cleiton Ferreira, um plano de
685 trabalho. Diante de todo o exposto, concluo: no que tange ao controle social, ficou muito
686 claro, que o Município de Caldas, possui um Conselho atuante. Tal clareza é expressa pelos
687 seguintes fatos verificados pela técnica que esteve in-loco. Presença de 90% dos membros do
688 Conselho, na reunião técnica, ocorrida no dia 06/04/2011. Conhecimento prévio que todos os
689 Conselheiros já tinham sobre o assunto, o Conselho Municipal possuía cópia impressa do
690 PAS, e a secretaria executiva do Conselho havia repassado, via e-mail, para todos os
691 conselheiros, o documento. Plena ciência do momento da votação referente ao posto de
692 atendimento social, do assunto. E por fim, segundo o relatório técnico, a qualidade do debate
693 realizado, que foi totalmente saudável e positivo. O PAS da PCH Cleiton Ferreira, foi
694 elaborado, em conformidade com a legislação do CEAS. Nenhum dos direitos sócio-
695 assistenciais, a priori, foi violado. O Conselho Municipal de Caldas, em instancia de controle
696 social local, e tal órgão emitiu parecer favorável ao PAS. E o PAS não é um documento
697 engessado e inflexível, e ainda, que ações podem ser incluídas a qualquer momento. Desde
698 que seja para garantia dos direitos sócios assistenciais. Que técnica do CEAS, responsável
699 pela análise do processo, foi favorável a aprovação do documento. Assim, enquanto
700 Conselheira Estadual e relatora do processo, sou favorável pela aprovação do PAS da PCH



701 Cleiton Ferreira. Parecer conclusivo: cumprido os pressupostos legais, e embasadas nas
702 normativas desse CEAS, o relator emite parecer favorável à aprovação do referido PAS.
703 Presidente: Em discussão. Cristiane inscrita. Adenor. Conselheira Cristiane: Só uma dúvida?
704 Durante a apresentação. Coloca lá em cima por favor. A licença prévia e a licença de
705 instalação foram emitidas pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, em
706 08/01/2008. Me veio uma questão que, a gente aprova o PAS, para licença de instalação,
707 então eles tiveram aprovação de licença de instalação sem o PAS? Então eles descumpriram a
708 normativa. O COPAM né. Pela terceira vez. Tá. Então está comprovado que o COPAM
709 descumpriu um procedimento. De acordo com o relato aí, sim. Da relatora. Então eu acredito
710 que a gente tem tirar um encaminhamento em relação a esse aspecto também, apesar de já
711 termos, estabelecido vários diálogos com o COPAM, mas mais uma vez, está colocado uma
712 irregularidade daquele Conselho em relação a licença de instalação. Essa é a primeira
713 observação. A segunda Edma, você que relatou, e eu sei que a técnica foi a Leila, mas talvez
714 Rosa possa colaborar. Eu vi aí, que tem uma comunidade rural, que vai ser diretamente
715 afetada. Está previsto, ou vai ter algum tipo de cuidado, de que esse plano de trabalho, ele seja
716 direcionado a esta comunidade? Eu vou dizer porque tenho esta preocupação. Sem dúvida
717 nenhuma, a gente tem que reforçar, reafirmar, a política pública de assistência social local.
718 Mas a gente não pode desconsiderar que essa política ela tem que ser voltada para os
719 atingidos. Então, eu fico me perguntando, quem foi que estabeleceu trinta mil reais, e como
720 estes trinta mil reais foi estabelecido. Quem ofertou? (Vou fazer igual ao curso de mediação:
721 Foi uma escolha? Ou foi uma proposta?) do próprio Conselho Municipal ou do próprio gestor,
722 entendendo que esse valor seria suficiente para cobrir algum tipo de situação, que pudesse
723 ocorrer, desse empreendimento, então são questões, assim, que eu acho precisa ter um
724 cuidado, por que quanto a gente aprova, que não vai ter o posto de atendimento e que o
725 investimento será no CRAS, entendemos ser importante, porque reforça a política local. No
726 entanto, se este recurso ficar diluído nas ações sócio assistenciais, sem foco, na comunidade
727 rural que vai ser atingida, a gente, fragiliza o nosso papel enquanto Conselho Estadual, na
728 perspectiva de, aprovar planos que vão aspas “minimizar os impactos sociais”. Então são
729 essas as questões que eu gostaria de chamar a reflexão. Bom. Se eu estiver enganada. no
730 relato da Conselheira, no meu entendimento, ficou claro que as técnicas do CRAS, vão fazer
731 uma proposta de plano de trabalho com a comunidade atingida, e que será encaminhada para
732 este Conselho, para análise e contribuições, não é isso Edma? Aqui fala que aqui vai ser
733 elaborado pela equipe técnica do CRAS, juntamente com a PCH Cleiton Ferreira, um plano
734 de trabalho. Mas para a comunidade atingida. É se... Eu entendo que se a PCH está envolvida
735 nesse plano, é por causa da comunidade atingida, senão não faria sentido ela está envolvida
736 aqui. É Rosa. Bom. Cristiane. Sobre a primeira questão da LI, o Conselho Estadual já... final
737 do ano passado, nos fizemos um levantamento de uma relação de empreendimentos que estão
738 no COPAM, de acordo com cada SUPRAM, e vimos alguns empreendimentos que receberam
739 licença de instalação - normalmente é de pequeno porte, antes da aprovação do CEAS,
740 encaminhamos uma correspondência para o COPAM, no final do ano, que não foi respondida,
741 e agora com o novo Secretário, nos encaminhamos a mesma correspondência, e essa Cleiton
742 Ferreira, estava nesta relação. E agora, com essa LI corretiva, acredito que eles estão, - o
743 nome já diz, é a correção realmente dos rumos desse empreendimento. Acredito eu, porque,
744 nos já tínhamos encaminhado ao novo Secretário, essa manifestação do CEAS de vários
745 empreendimentos que receberam LI e LO sem a comprovação do CEAS. Sobre a questão da
746 comunidade. Deixando claro - pelo que eu li aqui da análise da Leila – são seis propriedades.
747 Dessas seis, quatro seriam atingidas, mas são grandes propriedades, por isso que ela ressalta
748 que não é público da assistência social, porque são grandes propriedades, sendo que duas
749 dessas seis, uma é de uma empresa, duas é só área de trecho de vazão reduzida, então não teve
750 nem negociação, e as outras já foram negociadas. E são assim, propriedades de 400 hectares,

751 foi 4 hectares atingidos, enfim. E segundo ela consta aqui, vou ler do próprio parecer dela, a
752 distancia da área atingida à sede do município. Ela fala o seguinte: que a Cleiton Ferreira será
753 construída numa área rural de Caldas, a distancia da obra, para a sede é de 22 km e essa
754 comunidade rural, ela é distante ainda, da obra. Então esse é o motivo que eles não
755 consideram importante a instalação de um posto lá, porque não vai ter impacto direto nesta
756 comunidade e além disso, a referencia dessa comunidade, não é a própria comunidade, é a
757 sede do município, essa é a referencia de Caldas. Alguns anos atrás, eu já estive em Caldas,
758 conheci o Conselho Municipal, realmente, é um Conselho extremamente atuante, tem
759 secretaria executiva realmente formada por técnicos que, fazem análise, tanto que não sei se
760 vocês perceberam que o PAS chegou aqui, no final de 2010, só agora está sendo trazido para
761 avaliação, a pedido mesmo do Conselho Municipal. Porque eles queriam um tempo, para
762 avaliar o PAS, fazer a visita a área e ter todos os conselheiros, confortáveis para estar
763 discutindo sobre este empreendimento. Tanto que nos tentamos por umas duas ou três vezes
764 marcar visita lá e não conseguimos, por causa disso, porque eles queriam mais tempo para
765 avaliar. Presidente: Conselheiro Adenor. Por favor. Logo depois vem João Ademar e o José
766 Fernando. **Conselheiro Adenor:** Quería aqui neste momento, acrescentar e parabenizar você.
767 Porque você foi assim, incisivo naqueles pontos que a gente tem que colocar. Mas também
768 quer registrado aqui, parabenizar esse Conselho de Caldas, que me parece que está fazendo a
769 sua função de controle social e de fiscalizador, do qual nos somos eternos. E dizer que, os
770 pontos levantados por você, também me preocupa, mas ficou mais claro com a leitura da Rosa
771 e quero deixar registrado também, a minha preocupação mais uma vez, com essa prática de
772 passar dinheiro para o CMAS, ou para Prefeitura, seja para quem for, em relação aos PAS.
773 Nesse caso, dá para perceber que, é plausível que faça isso. Mas isto está sendo recorrente,
774 isto está sendo, uma pratica e a minha preocupação, é analisar um processo desse, ou votar um
775 parecer desse, porque numa dessa você não sabe quem é o Secretário, quem é o Prefeito, você
776 não sabe qual é... quando fala que vai passar pelo Fundo, aí sim me tranquilizo um pouco.
777 Porque o que vai no Fundo, vai ter que prestar conta e vai ter que falar o que fazer. Mas um
778 outro ponto, a Edma colocou ali e leu ali que, por um pedido do Conselho que seja aplicado a
779 proteção básica! Menos mau, mas será? Não sei, se o dinheiro está no Fundo! Então aí me
780 vem estas dúvidas, viu Presidente. Fico aqui a pensar que a gente precisa de fato, ver. Se este
781 Conselho está atuante como está parecendo, e é atuante como a Rosa coloque aqui, eu fico
782 muito feliz. Mas com as preocupações que a Cris colocou assim com muita propriedade.
783 Conselheiro João Ademar: É de fato é mais uma cabeça de economista de gestor, portanto
784 saiu 30.000 que se vai fazer plano de trabalho, ou então 30.000 em relação ao volume do atual
785 Fundo, é a metade, é o dobro, é o triplo, é um terço, é dez. Não se isso é importante na
786 decisão, mas a curiosidade é que saiu 30.000, isso mais ou menos dividido por 16 dá uma
787 bagatela de 2000 por mês. Em relação a questão do público atingido, pelo relatado aqui de
788 fato, e pela própria caracterização das pessoas proprietárias ou trabalhadoras da área a ser
789 inundada, parece que não serão afetadas, não haverá geração de pessoas em situação... vamos
790 assim – pior em função do empreendimento. Talvez ali acenda a luzinha, é complicado ser
791 profeta? É, mas nos já tivemos algumas situações, por exemplo, a previsão é de 85
792 trabalhadores, que serão mobilizado em função da obra, uma parte quero crer, deve ser
793 contratada ao próprio município da região. Isto que nos já vimos em outras situações, talvez
794 poderá gerar um impacto. Não sei qual é o tamanho da cidade, mas dependendo da maioria
795 dos municípios 85 pessoas em cima de uma população de 4 5 ou 6000 pessoas, tem lá seu
796 impacto. Talvez por ali tem alguma... é querer caçar piolho em cabeça de rinoceronte? Pode
797 ser. Mas acho que o sentido é preventivo, talvez a gente perguntar isso? Não de jogar água no
798 negócio, mas como é que isso vai ser trabalhado. E ficou aberto de fato, sobre o ponto de vista
799 se vai fazer o plano, no fundo estamos em cheque em branco. Vamos fazer o trabalho, quer
800 dizer, ressaltando isso que já foi dito, um conselho que me aparece... apareço por que não fui



801 ver. Estou confiando no relatado, que por sua vez confia no relatado, tem uma parte da técnica
802 e tal... É, e torço com boa fé. De fato que, que se vai fazer? Qual é a necessidade hoje do
803 CRAS? Não sei. Se a gente quer trabalhar nesse sentido de as coisas terem uma certa lógica e
804 não ficarem à mercê, mesmo que seja da boa vontade. O que é a necessidade do CRAS hoje?
805 Não sei, não foi falado ali. Precisa de custeio, ou é investimento, ou seja, precisa de infra-
806 estrutura: mesa, cadeira, computador, ou precisa pessoas, precisa coisas assim mais
807 ordinárias, ordinárias no sentido de cotidianas para o uso. Então de fato fica umas perguntas
808 no ar sobre este ponto de vista. Conselheiro José Fernando: Só contribuindo aqui, em relação
809 à questão de 22 km de distância da cidade, eu acho que tem que ser assim, uma pratica nossa,
810 não sei se foi colocado no momento lá, mas de perguntar se estar a 22 km realmente, livra o
811 município de enchentes, ou de alagamentos, porque, acho que é uma pergunta que tem ser
812 feita, porque, o município por exemplo de Cataguases, está a mais de 50 de algumas, de
813 algumas ... abaixo. Então assim, é uma pratica que a gente tem que colocar, porque esta
814 distancia não livra o município de alagamentos ou de enchentes, então assim, eu acho que o
815 Conselho está dando todo o referencial, segundo a colocação da técnica e da relatora, foi
816 consultada a Resolução, realmente foi em conjunto, acho que isso mostra realmente, uma
817 certa seriedade. Agora, que façamos estas perguntas, porque distancias colocadas assim: 22,
818 10, 15 km ou até 50, não livra o município de situações calamidades que alguns municípios,
819 inclusive vivenciam, muito antes desta discussão estar neste Conselho, inúmeros outros
820 empreendimentos ocorreram, sem esta linha, de preocupação, de ter técnicos até o local, mas
821 hoje que a gente tem essa prerrogativa e tem essa possibilidade, de fazer esta discussão, é
822 imprescindível que a gente tenha este questionamento. Só queria contribuir neste ponto.
823 **Presidente:** Conselheira Juanita. Por favor. Você estão se inscrevendo Edma? **Conselheira**
824 **Juanita:** Bom. Pela análise que a Rosa... pelas leituras que a Rosa fez da técnica Leila e pela
825 exposição da relatora substituta Edma. Aa gente percebe que é um município, que é uma
826 hidrelétrica que vai trazer pouco impacto, a não ser esse que foi relatado pelo João Admar, da
827 entrada de 85 trabalhadores, que não deixa de ser um impacto. Porém a gente já consumou
828 aqui também, já fez esta discussão e optou por pequenos empreendimentos, a gente fortalecer
829 e apoiar o sistema municipal local de assistência social. Então eu gostaria de, não aceitar a
830 colocação do Conselheiro Adenor, considerando que, eu penso, que a gente tem maturidade já
831 suficiente, na evolução de análise de usina que o recurso não pode entrar se não for via Fundo.
832 A gente tem um indicativo referendado pela técnica, que o Conselho é um Conselho atuante e
833 organizado. Tanto que ele tem nas atas de discussão, inclusive o conselho pediu que este
834 Conselho demorasse a análise para os acordos que estavam sendo construídos com o gestor.
835 Então, a gente tem uma colocação aí que é atípica, que não existe inclusive... são
836 pouquíssimos os municípios que dão conta desta discussão, e desse consenso. A outra
837 questão, é que, eu penso que a equipe do CRAS também, isto aí já é para nossas futuras
838 análises, até direcionadas pela equipe técnica que vai fazer esse acordo, essas reuniões lá no
839 município. Para gente já colocar isso como uma sugestão para discussão entre conselho e
840 gestor, que seja reforçada a equipe técnica do CRAS, para que essa equipe seja vinculada,
841 mais com foco no empreendimento, considerando que, o CRAS trabalha com território,
842 Caldas deve ser um município pequeno, então, portanto ele só tem um CRAS, essa equipe, já
843 tem um trabalho que já é o público alvo dela, as famílias em situação de vulnerabilidade,
844 BPC, benefícios eventuais, PET, Programa Bolsa Família. Então que seja reforçado, seja
845 acordado com o gestor e o conselho, que seja reforçada a equipe, para a gente vai ser melhor.
846 Primeiro que esta equipe vai estar conversando com esta equipe vai ser mais multidisciplinar
847 e intersetorial. Segundo, que nos vamos ter uma equipe que é contratada pelo
848 empreendimento, mas está com uma equipe de referencia do CRAS. Então vai ficar menos
849 suscetível a ações pontuais com aquele grupo, então isso para nossas ações futuras. Agora eu
850 não me recordo na leitura da relatora aí, se esse plano de trabalho vai ser apresentado só ao



851 Conselho Municipal ou se o CEAS vai conhecer e referendar este plano? É só o Conselho.
852 Pois é, aí tem que ver a técnica, tem que nos dar o subsidio, se o conselho é maduro o
853 suficiente, para perceber nesse plano de trabalho, essas peculiaridades para trabalhar com este
854 público que está vindo de fora, esse trabalhador. Se vai ter ações específicas da equipe do
855 CRAS, para trabalhar com esse trabalhador, a gente está vendo que não vai ter outra situação
856 que não seja esse. Tem que ser aprovado onde? Por nós? Ah. Ta. Vai ter que ser aprovado por
857 nós. Então estou completamente tranqüila. Presidente: Conselheira Cristiane, por favor
858 questão de ordem. Conselheira Cristiane: Não é só... É só uma questão Juanita. Eu percebi
859 pela relatoria, que o plano de trabalho, pelo menos não está posto lá, que ele será apresentado
860 ao Conselho Estadual. Então eu acho que a gente deve colocar isto como ... o
861 encaminhamento desse plano, que ele deve sim... Porque este conselho ... Confiamos sim no
862 Conselho Municipal de Assistência Social de Caldas, temos esse entendimento que ele é
863 suficientemente maduro, para poder analisar este plano, e colocar ele em favor daquela
864 comunidade que será atingida, afetada ou a comunidade em situação de vulnerabilidade do
865 município, mas temos um papel enquanto conselho também em relação a esse monitoramento
866 Talvez como sugestão – de encaminhamento – é que conste que o plano de trabalho, que será
867 elaborado pelo CRAS e pela PCH, seja apresentado também ao Conselho Estadual de
868 Assistência e também monitorado por este Conselho. Ete é um aspecto que acho que... ainda
869 fica essa questão que o João Ademar colocou da questão financeira, econômico-financeira.
870 Talvez a gente pudesse também como encaminhamento para os empreendimentos futuros... eu
871 fiquei aqui conversando com a Rosa – nos termos por baixo uma base de quanto fica, um
872 posto de atendimento funcionando durante um ano, com os três profissionais que são
873 previstos: psicólogo, assistente social e advogado. Posto de atendimento durante 1 ano de
874 funcionamento. Entendendo que: nos não estamos falando só do pagamento de funcionários,
875 nos estamos falando também de trabalho que devem ser realizados por este posto. Projetos.
876 Por que se não fica parecendo que basta ter o psicólogo lá dentro que tudo será resolvido.
877 Não! Que projetos vão ser desenvolvidos? Vai ter qualificação profissional desses futuros
878 funcionários da usina? Qual vai ser o processo de desmobilização desses funcionários? Que
879 outros projetos serão desenvolvidos? Quer dizer, o custo do posto não está só nos
880 profissionais. Talvez a gente precisasse ter uma referencia João, acho que foi isso que você,
881 um pouco, induziu aí, para que a gente saiba se 30000 é muito ou se é pouco, em relação o
882 que de fato, o empreendimento iria investir se caso ele tivesse que implantar seu posto de
883 atendimento. Presidente: Eu quero só lembrar e compartilhar - ratificar o que a Conselheira
884 Cristiane nos traz. A experiência até então adquirida neste Conselho, pelo menos desse
885 Conselheiro que vos fala, não nos permite, por maior, por mais competência que tenha o
886 Conselho Municipal expedir uma resolução sem o conhecimento nosso do PAS, nos temos
887 que conhecer sim, e as razões eu vou dar logo em seguida num outro item de pauta. Uma
888 delas, porque as várias outras vocês já conhecem. O Conselheiro Adenor foi citado imagina o
889 que é também... por questão de ordem está colocando... Logo em seguida a fala vai ser sua, a
890 questão do Adenor é de ordem, você vê com o Adenor, e logo em seguida você fala.
891 **Conselheiro Adenor:** Presidente. Eu fui contemplado com uma nova exploração da crise,
892 mas eu só queria dizer a nossa companheira Juanita que eu não estou discordando, e sei
893 perfeitamente que passa, e que tem que estar no Fundo, tem que passar pelo Fundo. Só que da
894 mesma forma que o João Ademar trouxe, a preocupação, talvez seja a minha, talvez com
895 outras palavras, que aqui o valor vai acrescentar, se ele é suficiente ou não, e eu vou votar
896 assim, sempre com a minha convicção, que é o seguinte: para mim se tem que criar o ... se no
897 PAS tem criar e tem que ter a equipe técnica, eu vejo que esta equipe técnica nem sempre vai
898 ser a equipe que vai referenciar o CRAS, ou que vai ser referenciada pelo CRAS, ou que está
899 dentro do CRAS. A minha preocupação é que: falou em 85 trabalhadores, será que o CRAS
900 tem conhecimento desses 85 trabalhadores que vai ser contratado por esta empresa, e que elas



901 terão que dar vamos dizer assim, uma assistência a eles, só estou colocando que eu não
902 concordo, portanto é uma visão minha, é um voto meu, que eu acho que não é correto, eu não
903 acho. Conselheiro José Ismar, por favor: Presidente da plenária. É uma situação complicada.
904 Eu ainda não me sinto convencido de tomar uma decisão. Eu vou até fazer uma pergunta a
905 companheira Edma, se ela chegou a visitar lá in-loco, o empreendimento? Você sabe informar
906 se a Roberta visitou? Não. Então não visitou. A preocupação porque, nos temos lá pessoas de
907 poder aquisitivo, não usuário da assistência social no momento. Agora se resolveu a questão
908 aí de negociação, tudo bem, um ponto. Mas não é pacífico para mim, no meu entendimento, a
909 questão da comunidade, ainda não ficou claro para mim, essa comunidade que foi atingida, o
910 quê que esse empreendimento vai causar de impacto a essa comunidade. Face aos relatos
911 inclusive do quantitativo de pessoas, de empregados. Face também ao conhecimento
912 posterior, da desmobilização, face ao tamanho do município, o que traria preventivamente,
913 algumas ações que deveriam esta sendo feitas, e no meu entendimento, aqui não foram
914 colocadas, preventivamente e também na desmobilização dessa mão de obra. Que a
915 comunidade esta sendo atingida, isto existe, de fato, há a comunidade a ser atingida, em
916 relação a esta comunidade, que comunidade é esta? Como que ela é constituída? O tamanho
917 desta comunidade? As conseqüências que podem advir do empreendimento nesta
918 comunidade? Por outro lado também, acho pertinente, a colocação do Adenor quando ele
919 coloca que, esse recurso não deveria ser destinado para a Secretaria. A não ser que me
920 respondesse a altura, ao convencimento, que, esta comunidade, dentro da sua realidade, não
921 teria nenhum risco, as necessidades ali estão completas, satisfeitas. Tudo bem, se tiver, tudo
922 bem, que se manifeste e me convença. E outra questão também que, o fato de fazer um plano
923 – este Conselho deveria ter conhecimento deste plano – quais as ações desse plano a serem
924 feitas? E, a prestação de contas desse plano. Vai ter prestação de contas, ou não? Vai prestar
925 conta? Mas isso é uma ação futura. Uma ação futura que, tudo bem que... mas pelo menos tem
926 que ficar claro que ações é essas, que vão feitas com estes recursos. Então eu pediria estes
927 esclarecimentos a Edma, para que esse Conselheiro se sentisse mais tranquilo na sua
928 manifestação de deliberar. Consolação: O gente, tudo que é proposto no PAS, a gente tem que
929 pegar nossa Resolução, ta. Os relatórios que vão ter: semestrais, trimestrais, conforme for
930 acordado. Lógico que tudo, quando a gente faz a resolução, estas coisas inclusive são
931 amarradas, se vocês observarem, toda a resolução que sai do Conselho vai ter: quando que
932 você tem que apresentar o relatório, o Conselho ele é Municipal, ele é parceiro, a gente nunca
933 vai poder falar assim: o Conselho vai deliberar sobre isso e apresentar, ele contribui para com
934 o processo. Então a deliberação, sempre é do Conselho Estadual. Então talvez, a forma como
935 foi relatada, acredito que possa ter levado a estas dúvidas. Mas, lógico que vai passar aqui
936 pelo Conselho, vai ter que ter um relatório sobre esse Plano, aplicação, tudo isso. Porque essa
937 é a rotina, e é o que está disposto nas duas Resoluções deste Conselho. Presidente: Bom. Eu
938 não sei então, se foi um equívoco ou um entendimento equivocado, mas pela leitura da Edma,
939 da relatoria da Roberta, a gente percebe claramente, que tanto a técnica, a análise técnica e a
940 análise da Conselheira Roberta, nos dá uma tranquilidade com relação, a questão da opção do
941 município em não implantar o PAS na comunidade, em acordar com o gestor para que o
942 CRAS assuma essa responsabilidade. Então aqui nos temos que pensar uma coisa: a gente não
943 quer que a própria comunidade faça essa opção entendendo comunidade – gestor e conselho.
944 A gente percebeu no relato da técnica Rosa, que relatou o parecer da Leila, e da Edma, que
945 relatou o parecer da Roberta, que isso ficou claro, inclusive com 90% do percentual dos
946 Conselheiros presentes na reunião. **O Conselheiro Luz**, o conselheiro municipal de Caldas,
947 **Luz**. Pediu um prazo para negociar com o município, então quando o município toma a
948 decisão, porque ele acha, que é o melhor para a comunidade, a gente não aceita o que foi
949 acordado no município, isto é uma questão. O que eu coloquei aqui anteriormente, e concordo
950 com tudo que foi falado aqui, o que eu coloquei anteriormente, igual vocês falaram, isso é um



951 amadurecimento, e cada caso a gente vai percebendo as nossas fragilidades e onde a gente
952 pode melhorar. Quando vem falando de um plano de trabalho feito pela equipe do CRAS, e
953 apresentado para o Conselho Municipal, é claro que ele está lá in-loco, mas este Conselho é
954 que tem a deliberação de aprovar ou não esse plano de trabalho. E quando eu penso em plano
955 de trabalho feito pela equipe do CRAS, é um plano de trabalho que quais as ações que vão ser
956 feitas por aquela equipe, com a comunidade que vai ser atingida, esse é o plano, não é nem
957 plano de trabalho, é um plano de intenções, um plano de ação que vai ser feito. Como a
958 equipe do CRAS faz um plano de ação, com as atividades que vão ser desenvolvidas e
959 apresenta para o Conselho Municipal, com relação com as famílias que estão em
960 vulnerabilidade do município, isso é uma atividade cotidiana e corriqueira das equipes do
961 CRAS. Então, a prestação de contas deste plano de ação, que não é um plano de trabalho, é a
962 equipe do CRAS que vai ter que ir no Conselho e falar como é que está se dando a execução
963 daquele plano de ação. X famílias que iam ser atendidas, quais atividades que iam ser
964 atendidas, a família da Dona Maria que não tem BPC, que vai ser providenciado o BPC, aqui
965 é um caso que estou citando. E outras atividades que vão ser feitas com aquelas famílias
966 indiretamente afetadas pelo empreendimento. Quando eu falei para a gente amadurecer a
967 questão de fortalecer a equipe do CRAS, para as PCHs futuras. Porque eu penso que a equipe
968 do CRAS, ela já tem um trabalho, que é preventivo e pró-ativo, indiferente da PCH, que vai
969 instaurar um problema naquela comunidade, e outra coisa também que eu penso, que é o que
970 a gente pode para as próximas, futuras, que não foi acordado, ou, independente se a equipe do
971 CRAS, ou foi a equipe do Posto de Atendimento Social, que a equipe vai ter que apresentar a
972 este Conselho a proposta de intervenção com as famílias, e aí gente ficar menos preocupada
973 no sentido da gente conhecer. E aí a gente, monitorar o que esta equipe está fazendo, e
974 encaminhado os relatórios para a gente, na verdade não era nem preciso fazer, porque a gente
975 já tem um plano de ação de assistência social, porém a gente está percebendo que as equipes,
976 elas estão sendo pouco propositivas, com relação a atividades que são da sua competência,
977 então a gente pode estabelecer de agora para frente, que esta equipe, ou do CRAS, ou do
978 Posto de Atendimento Social, apresente para este Conselho, um plano de ação, quais são as
979 ações que vão ser desenvolvidas em âmbito do plano de assistência social com aquelas
980 famílias, aí é outra questão. Agora eu peço a Rosa que se tenha os esclarecimentos que o José
981 Ismar solicitou, porque no meu entendimento a Edma fez a relatoria, agora se tiver mais
982 alguma coisa para contribuir? _ As questões que o José Ismar apresentou é sobre essa
983 comunidade rural. Pelo o que eu já tinha lido, eu fui conferir ver se tinha mais dados que eu
984 podia estar recordando. Só consta isto mesmo que eu já tinha esclarecido para a Cristiane, que
985 este usina estará sendo instalada próximo a um distrito rural que, segundo a visita que a
986 técnica realizou, e pela entrevista que ela fez com os moradores. Este distrito está longe da
987 área onde realmente vai ser instalada esta usina realmente o impacto nas famílias que não
988 residem na área, que não seriam diretamente atingidas, não vai ter um impacto direto de re-
989 locação, ou demissão de pessoas, porque é uma área muito pequena. E esse distrito, a
990 referência das pessoas que residem neste distrito, é realmente a sede de Caldas. É isto que
991 consta aqui, sobre este distrito, só este local, só como referência de local onde vai ser
992 construída a usina, e que a referência deles, e de quem reside neste distrito e das pessoas que
993 residem nas áreas que vão ser diretamente atingidas, é o município de Caldas. _ Só queria
994 retomar. É Consolação. Quando você apresenta... é que na verdade como a Juanita mesmo
995 colocou, eu estou reforçando, que eu estou também considerando, e considerando muito, o
996 papel do Conselho Municipal local, e não tenho na verdade reservas em relação a este plano.
997 Só estou problematizando, porque a gente tem que tomar um certo, diversos cuidados por
998 estes caminhos que a gente está escolhendo. Uma questão que me veio, uma dúvida que me
999 veio, que eu gostaria de colocar para os Conselheiros para a gente discutir: Uma vez que, a
1000 responsabilidade, pelos impactos sociais, está sendo repassado ao CRAS, uma vez que, o



1001 empreendedor está repassando R\$ 30.000,00 para o gestor municipal, então ele está dizendo:
1002 Gestor municipal eu estou repassando para sua responsabilidade os impactos. Caso, olha só,
1003 caso a gente faça o monitoramento, e perceba que o plano de trabalho não minimizou as
1004 questões dos impactos, vamos supor aqui que não apresentou dentro destas questões que
1005 chamou atenção, Juanita, a questão da... inclusive o olhar para a comunidade rural, porque a
1006 grande dificuldade dos CRAS é atender a comunidade rural, porque o CRAS está lá na sede
1007 do município, e a comunidade rural está a 70, 22, 30 km e não tem nenhum tipo de
1008 atendimento. E eu sempre vejo nos PAS/BARRAGEM, uma oportunidade de ter um olhar
1009 maior para estas comunidades rurais que estão afastadas da sede do município, que estão lá
1010 isoladas. Bom enfim. E aí como é que fica, como é que gente vai dizer para essa PCH, que
1011 nos não vamos autorizar a licença de operação, uma vez que o plano não atendeu, ela vai
1012 dizer: não ué, a responsabilidade não é minha mais, eu passei R\$ 30.000,00 para o CRAS. Eu
1013 estou entendendo o que você está falando, mas você sabe que isto pode acontecer. Então é
1014 assim, a gente tem que ter um cuidado, a gente está com duas bandeiras na mão, a bandeira da
1015 política pública de assistência social, que é a nossa bandeira, e a gente não abre mão dela em
1016 nenhum momento. Mas por outro lado, a gente tem também uma responsabilidade, como
1017 conselho a gente está sofrendo isto, em todos os PAS/BARRAGENS, de garantir que o plano
1018 de assistência social de fato, minimizem os impactos sociais, da barragem, do barramento, do
1019 empreendimento. Então assim, estas questões é que a gente precisa estar muito atentos. Acho
1020 que é mais refletir sobre isto, e saber como amarrar, talvez... você até me deu uma idéia, como
1021 amarrar ainda mais esta questão, a Juanita começou a me dar umas pistas... pistas não,
1022 encaminhamentos, de como fazer isso, o que a gente tem que observar neste plano, ajudar o
1023 município, e aí eu estou lembrando uma outra situação, caros conselheiros. Nos tivemos aqui a
1024 bem pouco tempo atrás, não me lembro qual o município, uma situação de que o município
1025 aceitou um recurso financeiro, e quando nós fomos lá, acho que foi até o Volney que foi,
1026 discutir com o município e tudo, eles voltaram atrás, Oh, a gente não sabia que a gente
1027 podia... eu não estou dizendo que este é o caso de Caldas. Mas eu estou dizendo que a gente
1028 tem que o tempo está atento a estas situações, porque pode ser exatamente como aconteceu
1029 com este outro município, eles encheram os olhos com os R\$ 30.000,00, Oh... bacana...
1030 vamos poder investir. Mas ainda não tem nenhuma noção do que isso vai representar para o
1031 município depois de sua implantação. Não conheço o empreendimento, não tenho todos os
1032 dados, mas estou aqui só reflexões, para a gente amadurecer estes encaminhamentos, e fechar
1033 um encaminhamento de maneira mais, propositiva. **Conselheira Fátima:** Bom dia a todos. O
1034 Cris, a gente também tem que levar em consideração o seguinte: a técnica esteve lá. Viu. O
1035 conselho pediu um prazo maior para analisar. Os conselheiros receberam todo o projeto para
1036 analisar. Quando eles a reunião, todos eles estavam cientes do que eles estavam votando, ou
1037 seja, se tornaram responsável, pelo monitoramento todinho desse procedimento, seja 30.000,
1038 seja 3, seja o que for, o conselho vai acompanhar isto tudo. Pelas resoluções aqui passadas
1039 também, já que se falou nas resoluções, vai ter este acompanhamento todo, do conselho
1040 estadual também, ou seja, somos todos responsáveis, município e estado. Então eu como
1041 moro no interior, eu acho assim, se um conselho municipal estava ciente, leu o projeto, e
1042 tomou essa decisão e tornou-se uma resolução, eu acho que a gente tem que respeitar o
1043 conselho, porque ele é que conhece a realidade lá, nós estamos aqui, conversando um projeto
1044 que foi analisado in-loco pela Leila, e os conselheiros que moram lá, que conhecem essa
1045 comunidade, que sabem até o tanto que vai ser atingido ou não, acho que a gente tem que
1046 respeitar também, essa posição do conselho, quando ele enquanto, controle local, vai
1047 fiscalizar, vai acompanhar, e se tornou responsável por esta fiscalização e esse controle, e com
1048 a supervisão e o controle do Conselho Estadual. Consolação: É só, achei bem pertinente a sua
1049 colocação Cristiane, no sentido de alertar algumas coisas sim, e aí eu vou fazer tecnicamente.
1050 A Lei responsabiliza o Conselho Estadual, viu Fátima. Então, por mais que se delegue lá,



1051 quem vai responder é o Conselho, na figura de um presidente, então ele vai ser o primeiro e
1052 depois passa para todo mundo sim, isso é a lei. A lei, quem responde é o Conselho Estadual.
1053 Então, o conselho municipal é o parceiro, ele deliberou, a gente pode considerar isso como
1054 um avanço, uma coisa a mais para a gente. Mas se o conselho aqui delibera que é o CRAS que
1055 vai substituir, qualquer problema que tiver com este atingido, dessa ordem, que seria de
1056 atendimento do PAS, o empreendedor não tem responsabilidade mais. Então nossa fala é com
1057 o gestor no que se refere a este tipo de atendimento que esta sendo substituído pelo CRAS,
1058 isso é lógico, não podemos... na hora em que ele for entregar aquele... pedir os relatórios,
1059 licença, isso não vai entrar. A gente pode sim, outros problemas que ocorrerem, que não
1060 esbarrem neste tipo de atendimento, ele vai ser responsabilizado, e a gente pode acionar, não
1061 impede de tentar fazer um acordo e alguma coisa a mais. Agora, se for aceitar isso, também
1062 estrategicamente, podemos aceitar por um período, fazer uma avaliação, mas tem que deixar
1063 isso claro, ou na resolução ou mesmo num termo, se não estiver atendendo, se não tiver uma
1064 busca ativa, se esse acompanhamento não estiver sendo feito da forma que a gente espera, que
1065 retome então a instalação do posto. É uma alternativa, tentando respeitar uma deliberação
1066 inclusive do Conselho. Sabendo sempre isso, gente: não adianta, a gente pode ter, motivos
1067 que quando acionados na lei, não é José Ismar? A gente pode chegar, nós também
1068 deliberamos, o conselho... Quer dizer, nos tivemos porque deliberar daquela forma, mas não
1069 justifica que a deliberação foi aqui, poderia, sempre tem mais uma opção. Presidente: Cris,
1070 você pediu questão de ordem. Por favor. Eu estou inscrito e logo em seguida nos vamos
1071 encaminhar. _ É só porque assim. Que a deliberação foi aqui, poderia sempre ter mais uma
1072 opção. Apesar da impaciência de alguns conselheiros, eu queria deixar aqui claro, que eu não
1073 estou questionando este processo, eu estou levantando questões, porque a gente está adotando
1074 um caminho como conselho, que é levantar a bandeira da política pública municipal, e adotar
1075 essa postura de fazer a escolha de passar estas questões para o CRAS. Mas que a gente tem
1076 que amarrar essas questões exatamente Consolidação foi brilhante ali, porque a
1077 responsabilidade é do Conselho Estadual de Assistência, e aí Fátima eu pedi questão de
1078 ordem, porque em nenhum momento eu estou dizendo que o Conselho de Caldas não tem
1079 estas possibilidades, estou reafirmando, ele, está fantástico o trabalho que ele fez. A
1080 preocupação é, qual que vai ser, que encaminhamentos nos temos que adotar enquanto
1081 Conselho Estadual para evitar essas questões futuras... é isso gente. Eu não vou pedir vistas ao
1082 processo José Fernando, porque eu não estou questionando o processo, eu estou levantando
1083 uma reflexão sobre questões que podem ocorrer, aproveitando este processo, que não é o
1084 primeiro processo que a gente discute aqui, em que há destinação de recursos para o CRAS,
1085 isto está sendo uma permanente, a gente acaba sendo levantando a bandeira – é isso mesmo,
1086 nos temos que – mas eu vivi uma situação, por exemplo em Curvelo, em que, o tempo todo o
1087 pessoal falava que o empreendimento lá em nenhum momento teve projetos destinados aos
1088 atingidos, ouve projeto na cidade, teve não sei o que de cidadania, mobilização de cidadania,
1089 mas os atingidos mesmo que estavam na área rural, nem foram envolvidos. Então são essas as
1090 questões. Peço desculpas aos conselheiros por estar insistindo nesta discussão, mas o meu
1091 papel aqui é este. _Conselheiro Volney. Conselheiro Volney se sente contemplado. _É
1092 obviamente eu levo uma vantagem grande, por falar no final. Mas independente disto eu que
1093 fazer algumas colocações. O CRAS, com muito mais propriedade, ele tem, e com muito mais
1094 competência, ele tem de fazer este trabalho, ou deveria ter, onde ele esta mais fragmentado.
1095 No entanto, ele tem que ter alguns cuidados de tratar com prioridade esta situação, o que ela
1096 não faz parte na mesma média, do outro conjunto de atuações que tem que ter. Este
1097 entendimento de que a responsabilidade passa para o CRAS é meramente um entendimento,
1098 inclusive mais até por questão de maldade, eu diria, do próprio empreendedor. Mas,
1099 literalmente falando, não é. Eu aprendi em administração que você delega tarefa, você não
1100 delega responsabilidade. Então o CRAS não pode assumir, a responsabilidade por um impacto



1101 gerado, pelo fato de ele assumir um trabalho que seria de uma equipe. O que eu quero colocar
1102 para vocês com isso, e aí Fátima serve para você em paralelo, não é desacreditar ou não...
1103 acreditar no sistema, o sistema é para que os conselhos funcionem, nos não estamos
1104 desrespeitando, nos os respeitamos. Nos precisamos é empodera-los para que eles tenham a
1105 competência requerida, para assumir. Coisa que a gente vê muito pouco. E aí, o que eu queria
1106 colocar é o seguinte: no momento em que a gente tem equipes, e eu já tenho dito isto aqui
1107 para a comissão, e para vários dos senhores. Nos temos uma equipe multidisciplinar que é
1108 contratada para o PAS, e que não fazem, não cumprem as tarefas que deveriam cumprir, para
1109 o exercício da função requerida para o PAS. Você pega um advogado que não atua, se sente
1110 no direito de sentar numa cadeira, e esperar as demandas chegarem a ele, se chegar. Você tem
1111 um assistente social que se quer, faz um trabalho de planejamento, não tira a bundinha –
1112 desculpa a expressão – da cadeira, e vai até os atingidos para fazer o trabalho que deveria
1113 fazer. Você tem uma psicóloga, que sequer conhece o trabalho que deveria fazer, porque
1114 senão ela saberia que o trabalho... que o problema de ordem emocional e psicologia, já está na
1115 cabeça de qualquer atingido, quando o empreendimento já diz que vai para aquele local, que é
1116 a violação do direito sentimental, e esse não tem dinheiro que pague. Então essa é a
1117 compreensão que a gente tem que fazer dessa equipe, e quando essa equipe ainda tem um
1118 patrão que é um patrão que meramente os paga e que não tem nenhuma expertise e nem
1119 vontade, de estabelecer a proteção social, pior é para nós. E a gente fica neste conflito aqui.
1120 Que é natural, e é normal, nos temos que ter responsabilidade de entender os dois lados, mas
1121 no entanto gente, essa equipe, eu sempre disse: o patrão, e alguns conselheiros aqui e técnicos
1122 já me acompanharam, eu sempre disse isso. O patrão é você, porque você o remunera e assina
1123 a carteira, mas a diretriz que ele vai ter tem que ser nossa. E eles não sabem, e o que se vê são
1124 profissionais em nível de carreira, portanto aprendizes da prática, porque a escola nos ensina a
1125 aprender, a escola não ensina a praticidade, e a gente vê é isso. Então quer dizer, nos temos
1126 que ter esse cuidado, ai mesmo reconhecendo isso que a Juanita colocou do CRAS, não tenho
1127 dúvida nenhuma, mas reconheço que é um risco grande para nós assumi-los. Sem tirar a
1128 competência dos conselhos, eles são nossos parceiros no controle social e nos devemos
1129 respeitar e tê-los como parceiros nesta empreitada, mas isso não tira a nossa responsabilidade
1130 de assinar uma resolução. Aí, só para terminar minha fala sobre esse projeto. Eu queria pedir a
1131 vocês, que a gente delibera-se sobre ele. Assim que eu fizer a apresentação de um caso, que
1132 eu acho que enquanto isto a gente reflete um pouco, vocês viram que as divergências foram
1133 várias, em um único projeto. Enquanto a gente reflete um pouquinho mais, isso me faz
1134 lembrar muito de uma filósofa aqui, doutora, mestranda, inclusive tem um livro que fala da
1135 filosofia simples, que é exatamente isso, o ato de você pensar, penso logo existo, então vou
1136 pensar, então eu quero compartilhar, traduzir esse meu pensamento em palavras, e aí nos
1137 vamos compartilhar, e esse compartilhamento vai fazer a gente ter um entendimento melhor,
1138 ouvir, mas escutar, sobretudo escutar, não só ouvir. E aí, porque, eu penso que, se eu colocar
1139 este item logo em seguida e quero fazer para vocês entenderem, e logo depois a gente retoma
1140 para a votação. Se vocês permitirem a gente faz, se não a gente pode dar o encaminhamento
1141 agora. E eu quero falar exatamente sobre o CANDONGA, nos tivermos duas situações... Pode
1142 ser assim? ou prefere encaminhar? Nos temos uma situação aqui, eu acho que é próprio, eu
1143 acho que é pertinente para a gente repensar e fazer uma reflexão. É... eu tenho uma carta aqui
1144 que chegou para o Conselho, assinado pelo Prefeito Municipal Gilmar de Paula Lima, da
1145 Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado. Endereço ao Conselho na pessoa do
1146 Presidente, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado, neste ato representado pelo
1147 Prefeito Municipal, vem informar e requerer o que se segue: O CEAS MG, cancelou
1148 aprovação da implantação do PAS na UHE CANDONGA, através da publicação da resolução
1149 CEAS 355/2011, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais, no dia 26 de março de 2011, o
1150 COPAM UC Zona da Mata e a SUPRAM zona da mata, foram cientificados deste fato e

1151 apesar disto, não cancelaram, suspenderam a licença de operação, conforme determina a Lei
1152 12812/98 e o artigo 19 da Resolução CONAMA 237/97. Neste sentido requer a intervenção
1153 deste Conselho, junto ao Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de
1154 Minas Gerais, para rever esta decisão que, a meu ver, desrespeita a decisão tomada pelo
1155 CEAS MG, tornando frágil a proteção institucional dos direitos sociais das populações
1156 atingidas por barragens em Minas Gerais. Lembro que até hoje, nada de concreto e efetivo foi
1157 feito pelo empreendedor, para fazer e implementar um de reativação econômica
1158 condicionando da UHE de Candonga. Requer ainda que este oficie o Ministério Público de
1159 Minas Gerais, para apurar se a conduta dos órgãos ambientais do caso estão amparada por lei.
1160 Nestes termos pede deferimento. Santa Cruz do Escalvado – Prefeito. Concomitantemente nos
1161 recebemos um parecer do Governo do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de
1162 Desenvolvimento e a SEDESE, que diz procedência ao CEAS, através do interessado que é o
1163 presidente do conselho, numero 325 data de 10 de maio e emenda, UHR Risoleta Neves,
1164 revogação da resolução do CEAS, implantação do PAS, recurso administrativo. Muito bem,
1165 nos solicitamos a SEDESE, enquanto órgão gestor deste Conselho, um parecer jurídico a
1166 respeito da situação de Candonga. Recebemos agora esta carta – tem várias laudas aqui – são,
1167 eu não... Deixa eu só colocar para vocês, são 25 laudas, nos vamos deixar disponível para os
1168 conselheiros, que quiserem tomar conhecimento do trabalho. Depois das entrelinhas das
1169 várias reflexões, e aí eu quero me permitir ler para vocês a conclusão – gostaria que vocês
1170 ouvissem e escutassem, por favor. A conclusão é a seguinte: Diante do exposto, entendemos
1171 que a revogação, da resolução CEAS 39/2003 é possível de ser efetivada, porém diante do
1172 quadro fático-jurídico que se apresenta, não se revela oportuna e conveniente, sobretudo
1173 diante do principio da proporcionalidade. Assim: 1 – considerando a postura adotada pelo
1174 recorrente, durante todo o procedimento licenciatório, de rever suas ações a partir de
1175 manifestações do CEAS. 2 – considerando as dificuldades enfrentadas, durante o processo de
1176 licenciamento, com invasão de fazendas e resistência imposta, pela própria comunidade, para
1177 implantação do plano de reativação econômica. 3 – considerando que o empreendedor, inseriu
1178 novos projetos para reativação econômica da população atingida no final de 2010, cujos
1179 resultados ainda não puderam ser avaliados. 4 – considerando a apresentação de escrituras, e
1180 informações pelo empreendedor, quanto à transferência de imóveis ainda pendentes de
1181 esclarecimentos. 5- considerando as constantes investimentos, do empreendedor no sentido de
1182 auxiliar a população, nas atividades econômicas desenvolvidas nos lotes. 6 – considerando
1183 baixo índice da população economicamente ativa na comunidade de Nova Soberba.
1184 Considerando os prejuízos que a paralisação da hidrelétrica acarretaria a própria comunidade
1185 local, e só pesando o interesse publico. Opinamos pelo provimento do recurso administrativo
1186 afastando os efeitos do ato objurgado, tendo em vista que as medidas determinadas pelo
1187 CEAS, na resolução discutida, vêm sendo atendidas pelo Consórcio AHE CANDONGA, e
1188 que a continuidade da operação do empreendimento integra qualquer plano de reativação
1189 econômica da região. Sugerimos que o Conselho Estadual de Assistência Social, que quando
1190 da análise do recurso administrativo, pondere as conseqüências da paralisação da hidrelétrica,
1191 e se assim entender, aplique o princípio da razoabilidade, consignando prazos e ações, e
1192 reavaliação da PRE, para o cumprimento das condicionantes pendentes, juntamente com o
1193 empreendedor, SEDESE, FIAM, Ministério Público, Agentes Municipais, e instancia de
1194 Controle e Gestão Social local, e especialmente a comunidade reassentada. À superior
1195 consideração, Belo Horizonte, 10 de maio de 2011. Carolina Borges Monteiro. Procuradora
1196 do Estado em exercício na SEDESE. Dá o MASP e a OAB. Eu assim, pude apreciar isto aqui
1197 com mais tempo, que vocês óbvio, vocês conhecer a medida que puderem. Mas este ato, esta
1198 assessoria, que este nosso Conselho pediu para o nosso órgão gestor, ele não traduz, a
1199 experiência prática que nos vivemos aqui, especificamente em Candongas. Por isso eu acho
1200 que nos não podemos desacreditar nos sistemas, nos vivemos num estado de direito, e como



1201 tal nosso dever é cumprir as leis, o que não quer dizer que estas leis são estáticas, elas são
1202 flexíveis. E nos precisamos contribuir no processo para mudar o sistema, porque o sistema
1203 não traduz a justiça e muito menos o direito. Então a gente vê, processos e pareceres e
1204 encaminhamentos de pessoas, como é aqui no caso, uma procuradora em exercício, que não
1205 traduz a realidade. E eu estou acostumado no mundo jurídico, a ver em cada momento, juiz
1206 despachar e dar encaminhamento, e decidir vida de várias pessoas, de vários envolvimento,
1207 sem sequer ler o processo. A mim parece muito mais esta situação, e não tenho nenhuma
1208 preocupação em emitir minha opinião a respeito. Se ela tivesse participado do processo, talvez
1209 não teria esse parecer. Então é um parecer que contraria as ações de boas intenções desse
1210 Conselho, nos não estamos aqui para contrapor o empreendimento, nos não estamos aqui para
1211 contrapor o progresso do Estado. Estamos aqui para proteção social dos atingidos, isso é o
1212 nosso dever, isso é de ordem legal também. Então, no parecer que dá nos vários quesitos,
1213 parece que desmerece esse Conselho em todas as ações que nos tivemos. O meu entendimento
1214 é esse. Então se é para ter uma assessoria jurídica de um órgão gestor do Conselho, que dá um
1215 parecer sem um conhecimento de causa e traduzindo, na fragmentação, fragilização e
1216 desmerecimento do trabalho feito por este Conselho. Eu acho que nos precisamos pegar uma
1217 Consultoria Externa. E posso até estar equivocado, no meu encaminhamento, posso até
1218 disponibilizar para todos os senhores tomarem conhecimento, Candonga já é conhecido por
1219 todos os conselheiros, e a gente possa tomar uma decisão a posteriori, se assim quiserem.
1220 Mas eu quero encaminhar a esta plenária, que a gente use o dinheiro deste Conselho, em
1221 função de arrecadar através de taxa de empreendimento, que é o dinheiro do orçamento deste
1222 Conselho, para que a gente possa contratar uma consultoria, e preferencialmente, que seja
1223 então, a Fundação Nacional de Mediação de Conflito, que esta dando um curso para a gente,
1224 que aí terá isenção. Porque o que eu vejo neste parecer aqui, infelizmente não traduz a isenção
1225 que deveria traduzir. E, falo isto com absoluta tranquilidade, sem medo de ser feliz, sabe.
1226 Quando a gente pensa na filosofia, aí é por isso que citei a filosofia assim, que isso é de
1227 Marcia Tibum, muito dos senhores conhecem, é isso. Parece que nos estamos vivendo um
1228 momento que a gente descamba para um mundo que fragmenta as boas relações humanas,
1229 parece que a gente está vivendo um momento de violência generalizada, em que a gente
1230 banaliza a relação humana, então eu penso que não é este o entendimento, não pode ser este o
1231 entendimento. Que se dignasse pelo menos a nos ouvir, a pelo menos debruçar sobre os
1232 processos que aqui tem de acompanhamento Candoga, com toda certeza o parecer não seria
1233 este. Por que aí emitir outras opiniões, que eu prefiro não emitir agora. Então eu penso que.
1234 Por isso que eu pedi para falar, para dar conhecimento aos senhores dessa situação. Então a
1235 fica na situação que é igual a recheio de sanduíche, vem um prefeito, que assumiu a violação
1236 de direitos dos atingidos da sua cidade, e manifesta cobrando, e cobrando uma atuação nossa
1237 já em cima de uma resolução de revogação que nos editamos, que nos a publicamos. E por
1238 desmerecer, e por desconsiderar uma lei federal. Que a LOAS é federal, e uma lei estadual
1239 que nos dá competência de aprovar ou não o PAS, o meio ambiente, o órgão do meio
1240 ambiente, desrespeita este Conselho, desrespeitam uma lei estadual, e continua num processo
1241 que agora tem uma conivência, no mínimo uma aceitação, dessa procuradora, do nosso órgão
1242 gestor. Mas eu quero em não concordar, em definitivo com esta posição, não concordar em
1243 definitivo com esta posição. E nos temos que ter a serenidade e responsabilidade suficiente
1244 para fazermos as nossas reflexões, praticar nossa proteção social, sem que existem
1245 entendimentos dúbios, ou sem que existem entendimentos, nos estamos aqui, contra o
1246 empreendedor, contra o progresso do nosso Estado, não é isso não. Nos queremos mais
1247 empregabilidade e queremos progresso, mas sem o sentido nefasto, que este capitalismo
1248 selvagem tem trazido. E ele a medida que o empreendimento chega, para que eles procuram
1249 os empreendedores, através das assessorias que estão aí nessas empresas, se traduz num lucro
1250 fácil através de obtenção e burla, da lei, usando a politicagem. Isso eu sei fazer a leitura muito



1251 bem, no alto da minha calvície, eu aprendi a fazer a leitura, da política e da politicagem.
1252 Agora eu vou deixar a mercê dos senhores, para que a gente possa fazer a reflexão. E aí,
1253 porque eu pedi estes parênteses, para mostrar uma situação que de fato está acontecendo com
1254 Candonga, os senhores podem tomar conhecimento das 46 laudas que aqui estão, para depois
1255 terem a interpretação de cada um dos senhores e manifestar. Mas eu penso que é muito
1256 temerário, com os vários levantes que houveram aqui do entendimento, do empreendimento,
1257 por vários conselheiros, a gente sair agora estabelecendo resolução, e acreditar em
1258 perspectivas e possibilidades que vai contar com alguma situação, que na verdade, vai dar
1259 numa situação muito pior para nós e mais embaraçosa, porque depois da resolução revogada,
1260 dá este tipo de barulho. E eu quero dizer para vocês, que mais do que o meu sofrimento, em
1261 ver, este tipo de retorno. É o sofrimento de nosso Secretário de Estado, que está sofrendo
1262 pressão de um outro Secretário de Estado que é voltado para a prioridade do desenvolvimento
1263 econômico do Estado. E do órgão gestor que tem pessoas que tem a formação do nosso
1264 segmento, tem a compreensão, da necessidade da proteção dos atingidos, e da compreensão e
1265 leitura da lei estadual, e ainda assim tem que sofrer pressão dessa natureza. Não é um
1266 desabafo, é uma leitura completa, de alguém que pode não ter competência, mas experiência
1267 tem. Era só isso que eu queria comunicar aos senhores, a Consolação deixa o parecer a
1268 disposição dos conselheiros. Obviamente nos pensar nesta situação, eu particularmente trago a
1269 plenário que eu não compartilho deste parecer, eu posso aceitar por força de uma decisão do
1270 colegiado, mas concordar jamais. Eu respeito o colegiado, mas concordar jamais. E eu penso
1271 assim, não é desacreditar no sistema, muito bem fugir a luta. A nossa luta, no bom sentido, é
1272 essa, a nossa luta é no sentido de fazer aquilo esta legal, aquilo que é de ordem legal, nos não
1273 podemos buscar o lucro fácil e qualquer preço, nos não podemos compartilhar, com a
1274 obtenção de lucro e com dinheiro subsidiado do poder público, porque a maioria dos
1275 empreendimentos com o capital do BNDES, está sendo feito com o poder público, e com
1276 juros subsidiado, porque o juros que cobra para nós aqui na praça é 12, 13, 8 ou 5. Você não
1277 vê juro que o Banco BNDES dá não, e depois querem auferir lucro em detrimento de alguns, e
1278 que tem 1 dos itens que a Procuradora diz, que são poucas as pessoas, são poucas porque não
1279 são parentes dela, e são poucas porque não tem a pobreza dela, que é uma Procuradora, e tem
1280 um alto salário, e não um salário mínimo. A leitura que eu faço é essa. Sem medo de ser feliz.
1281 Por favor, **Conselheiro José Ismar:** Penso eu, Presidente, a plenária aqui. **Wue** é uma
1282 questão muito temerária, porque? Porque tem um parecer, que tem que ser dado, ao
1283 conhecimento aos demais conselheiros. Mas, preliminarmente, eu concordo até com suas
1284 colocações, quando se coloca até no ideário constitucional, da nossa Constituição Federal,
1285 quando estipula no artigo 37, no capítulo que fala da administração pública, quando elenca os
1286 cinco princípios da administração pública. Quer seja, o princípio da legalidade, da
1287 impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. E o nosso constituinte,
1288 estadual, ele achou por bem, e aqui eu elogio até o constituinte mineiro na época, quando
1289 colocou o princípio da razoabilidade. Essa razoabilidade, quando o nosso constituinte
1290 colocou, ele voltou muito para a questão do bom senso, aliado logicamente ao consenso.
1291 Então antes de se aplicar o princípio da razoabilidade, você tem que estar, ciente e consciente,
1292 do conhecimento do fato, do estudo do entendimento do fato, para que se chegue ao consenso,
1293 e daí vem o bom senso. Creio que para uma pessoa, um operador do direito, para estar, dando
1294 um parecer, tem todos os procedimentos normais, que deveria, se não o fez, para mim não
1295 seguiu os procedimentos. Aí fica lógico, a decisão final prejudicada, a qual deveria ter todo o
1296 conhecimento do processo, da entrevista com o técnico que foi lá, do conhecimento de uma
1297 plenária, que nós praticamente, nos tivemos quase uma plenária por conta deste
1298 empreendimento, dar normativas destes conselhos, enfim é um trabalho que eu me proponho a
1299 lê-lo. Mas, para se aplicar, ou invocar o princípio da razoabilidade, há uma distância muito
1300 grande, entre o princípio e o fim, que não foi percorrido, creio eu que não foi percorrido. Não



1301 sendo feito o percurso, vejo a necessidade previamente desse conselheiro tomar
1302 conhecimento, de todo o termo, do parecer para estar tranqüilo, mais serenamente, dando a
1303 minha contribuição. Mas acho pertinente as suas colocações, e este conselho como bem já
1304 falado, ele tem responsabilidades, nos somos responsáveis pelos nossos atos, e aqui não há
1305 que se falar da questão política, ou da politicagem, aqui nos temos que agir conforme a nossa
1306 consciência, conforme os nossos princípios, conforme bem falado pelo presidente, dentro do
1307 estado democrático de direito, que há que se falar o respeito a legislação, as normas aí
1308 colocadas. Presidente: Podemos retornar então. Pois não. Conselheira Cristiane: Só me veio
1309 uma dúvida aqui, Geraldo, até para ver... você traz uma questão muito séria, e a gente não
1310 sabe se a gente precisa aprofundar aqui, ou se a gente pode esperar até a próxima plenária. Eu
1311 tenho uma informação assim... que eu estou aqui pela memória, parece que Candonga entrou
1312 com um processo contra este Conselho. Não é isso? Então nós conselheiros estaduais,
1313 estamos sofrendo um processo. A gente tem prazo até próxima plenária de buscar essa outra
1314 assessoria jurídica, uma vez que essa, pelo que você falou, e o CESMA não manifestou, não
1315 nos atende. A gente pode aguardar? A gente tem esse prazo até a próxima plenária, ou a gente
1316 teria que buscar isso agora, é só essa questão, para ver se a gente aprofunda essa discussão, ou
1317 se realmente a gente deixa para o próxima plenária? Fiquei na dúvida. Consolação vai
1318 manifestar: Este parecer, ele vem respondendo uma solicitação do Conselho encima de um
1319 recurso que o empreendedor protocolou no CEAS, para responder tal recurso na mesa
1320 diretora, nos solicitarmos esse parecer. Está aqui. Nos ficamos sabendo, não fomos acionados
1321 ainda, a se manifestar na justiça, pelo próprio empreendedor, que ele recorreu à justiça, em
1322 relação a posição que o Conselho Estadual tomou. _ OK. Tem um recurso para nós, acho que
1323 guarda muita mais uma isenção, até em sinal de respeito ao próprio sistema, aqui defendido
1324 pela procuradora, a gente buscar uma outra alternativa. Já que nós estamos fazendo um curso
1325 de mediação de conflito, com a Fundação Nacional nos dando o curso, então, de repente,
1326 podemos encaminhar pra ele, uma contratação, com absoluta isenção, o que não dá... é para...
1327 e o senhores todos conhecem, a maioria conhece bastante os detalhes de Candonga, é
1328 bobagem falar, repetir aqui o caso de Candonga, então você vê um... se você falar que é
1329 reativação econômica, fazer um curso de Biscui, para gente do interior do meio rural, fazer
1330 uma criação de pintinho, de 5 pintinhos para cada família, pegar uma extensão de terreno que
1331 devia ser uma para cada um dos e hoje só um apenas usar 10 ou 12, se tivesse que dar para
1332 todos, não teria os terrenos, num alto de um morro que sobe de... de repente eles vão trazer o
1333 bondinho do Pão de Açúcar para cá, porque para subir no morro tem que ser dessa forma.
1334 Então as várias situações de violação de direito, e esta caracterizado, e eu não falei em função
1335 de ouvir o relato, eu fui pessoalmente com mais dois conselheiros e técnica. Eu jamais me
1336 predisporia nesta altura do campeonato da minha vida, a estar mentindo ou fazer defesa
1337 baseado na injustiça, então eu já disse isto muito antes, não acredito no direito como justo,
1338 não é justiça. Então a justiça é outra. Então penso que realmente a gente tem sim – o recurso é
1339 deles aqui, mas eu acho até que... em respeito a ... na casa do senhor, o senhor devia realmente
1340 debruçar, fazer a leitura... quem quiser... no processo, e se houver necessidade de
1341 manifestação, a gente pode fazer por meio eletrônico, ou convocando um extraordinária. O
1342 que não dá é para promover uma medida operacional do Conselho, ainda que na Presidência,
1343 com base num parecer deste. Ok? Mas é só para voltar e mostrar o seguinte: não o fato em si,
1344 que pode ser ruim ou pode ser bom, que pode ser justo, ou não, eu posso estar interpretando
1345 mal, dentro da minha, de repente desacerbada condição de ainda me indignar, com alguma
1346 situação, o que eu queria mostrar, é um exemplo, de quando a gente emite uma resolução, sem
1347 o conhecimento de causa, na profundidade, ou na necessidade requerida. Então a gente
1348 precisa ter cuidado de nesse Conselho ao dar a aprovação do PAS, a gente saber das
1349 conseqüências que nos mesmos podemos assumir, e vocês vão observar que a gente esta
1350 assumindo, um papel cartorial, que eu diria, na questão de empreendimentos para o nosso



1351 Estado muito grande, e isso é detrimento da discussão da política, e do avanço da qualificação
1352 que deve ser permanente para o nosso meio. OK. Então aqui retornar a situação do
1353 empreendimento relatado, para que a gente possa dar encaminhamento. _Só uma questão de
1354 ordem presidente. Já ouviu por parte do empreendedor... ele chegou a ajuizar a ação contra este
1355 Conselho? Ação judicial que estou falando. Porque nos estamos falando de duas coisas aqui.
1356 _Ele informalmente, em reunião, ele falou assim eu ajuizei, eu entrei na justiça contra o
1357 conselho – usou este termo: eu entrei na justiça contra esta decisão que o Conselho tomou.
1358 Então acredito né... mas não recebemos nada. Não ainda não. _Porque eu proponho
1359 Presidente. No caso da notificação aí, fazer uma convocatória extraordinária a este Conselho.
1360 _OK. Nos vamos observar o prazo, todos tem acesso ao processo, para que vocês possam
1361 emitir os seus pareceres, com absoluta isenção na consciência, isenção inclusive da minha
1362 fala, acho que todos são autônomos e independentes, eu acho o colegiado que a vontade do
1363 colegiado tem que prevalecer, e eu aprendi isto também, que a vontade da maioria é a vontade
1364 do povo, democracia não é unanimidade. Podemos retornar então ao relato que a Edma fez, e
1365 aí já foi plenamente discutido, esses casos aqui, acho que pode contribuir o processo, e a gente
1366 começaria pela votação, com a Conselheira Juanita. **Conselheira Juanita:** Com a relatora.
1367 Fátima, com a relatora. Volney, Eu me abstenho. Por esta assumindo aqui agora, entrando
1368 aqui, também vou me abster. Porque não estou por dentro ainda de... apesar de ter escutado
1369 uma discussão acalorada e dar razão a alguns, a outros, mas não estou por dentro ainda para
1370 dar um voto isento, uma opinião isenta, um parecer isento. Silvestre – Secretária de Fazenda.
1371 José Ismar, eu ainda não me dou como convencido, eu vou seguir os votos do companheiro
1372 Volney e do companheiro Silvestre. Abstenho. José Fernando com a relatora. Edma, um voto
1373 pela aprovação. Você pode votar. Você quer fazer a retificação, pois não. Voto com a relatora
1374 e com a observação de que a resolução de aprovação, uma vez aprovada, que ela tenha todas
1375 essas considerações que foram trazidas aqui da plenária, em relação ao monitoramento, a
1376 apresentação do PAS ao CEAS, que a resolução então conste todas essas considerações. Edir
1377 – com a relatora. Adenor – com a relatora. Fernando – com a relatora. Geraldo – com a
1378 relatora e quero qualificar meu voto. Peço que a resolução traga todo o detalhamento
1379 discutido, para que faça valer nosso princípio inclusivo de cassação da resolução, se for o
1380 caso. Senhores eu agradeço a discussão, a contribuição que tivemos nesta manhã, são meio
1381 dia e dez, nos agora temos como ponto de pauta, a apresentação das quatro comissões, e eu
1382 pergunto aos senhores, retornamos as 13 e 10 literalmente, uma hora de almoço é o
1383 suficiente? Pode ser? Uma e meia. 13 e 30. Ok. Treze e trinta nós retornamos e iniciamos.
1384 Muito obrigado, tenham todos um bom apetite. _... vai fazer a apresentação para nós. E eu
1385 quero agradecer de forma antecipada, agradecer a Juanita, que participou junto com o
1386 Fernando na comissão ontem, por outras não presenças. Inclusive a minha, por questão de
1387 agenda. **Presidente:** _ Muito bem. Muito bem, vamos começar então, primeiro o ponto de
1388 pauta, são os critérios de partilha de recursos federais, exercício de 2011. Foi apresentado
1389 ontem pela Andréia, e um quadro aqui para nós com quais são os recursos para serem
1390 aprovados pelo Conselho. Seriam então: Cordisburgo, cujo público é o idoso, previsão de
1391 atendimento de até 43, e o valor de referencia por mês, são R\$ 1.460,00. E o município de
1392 Cataguases, cujo público são crianças e adolescentes, previsão de atendimento de até 40
1393 crianças, recurso mensal, valor de referencia, R\$ 3.400,00, dando um total de R\$ 4.860,00, do
1394 recurso de fonte 56 do Governo Federal. Colocamos isto, para aprovação da plenária. _Está
1395 aberto. Discussão, alguém quer fazer alguma pergunta? Não. Ok. Então o ponto é submetido a
1396 aprovação, alguém tem alguma coisa contra? OK. Então aprovado por unanimidade. _Temos
1397 também alguns informes, que... também apresentado pela Andréia ontem, sobre a lei
1398 orçamentária, que foi submetida ao Conselho, e depois disso teve a aprovação pela
1399 Assembléia Legislativa, e tivemos algumas emendas parlamentares, e a criação também do
1400 piso mineiro de assistência social, que também, através do legislativo. E também, como



1401 informe, vemos que foi acrescido R\$ 100.000,00 – a proteção básica de emenda parlamentar,
1402 e R\$ 500.000,00 a proteção especial, também de emenda, e também o piso mineiro no valor
1403 de R\$ 14.951,159,00, também como emenda parlamentar. _Isto foi ontem durante a
1404 discussão, foi feito uma solicitação, para que houvesse a apuração dos municípios, e este
1405 trabalho feito pelo Fernando, Conselheiro Fernando e a Conselheira Juanita. Algum
1406 questionamento? Alguma outra dúvida? Algum esclarecimento? OK. Cris. _Eu havia
1407 solicitado à comissão de orçamento, não sei se isso ainda será feito... essa comparação entre o
1408 orçamento... eu não se é isso? Se for, eu não estou conseguindo entender Fernando. Se é isso
1409 que está colocado.... É. Isso, isso... uma análise assim, desse orçamento, aquele que nós
1410 analisamos, o que tramitou, o que ficou, o quê que realmente representa de alteração. É uma
1411 consideração também em relação, é porque... veio esta questão do piso mineiro, quanto que
1412 isso representa de fato, de aumento no orçamento estadual, ou não representa. São análises,
1413 assim, que eu gostaria que a comissão contribuísse. _OK. Podemos fazer isso, na próxima
1414 reunião de comissão. E quanto ao piso neste primeiro momento não significou um acréscimo
1415 de orçamento, significou uma readequação dentro do orçamento proposto. E nos próximos 4
1416 anos, de 2012 para frente, até 2015, terão acréscimos de 40 milhões ao orçamento total do
1417 piso, que vai dá 54. 14.900 já estão, a partir de 2011. Nós podemos sim, fazer isto na
1418 comissão de orçamento. Apresentar na próxima plenária. _OK. Então a comissão de
1419 orçamento foi “The Flash”. Na otimização do nosso gasto de tempo. Parabéns Fernando,
1420 obrigado. Fernando e Juanita, pela contribuição. Podemos passar a Comissão de Normas?
1421 Norma, por favor, microfone para o José Ismar. _O primeiro ponto já foi inclusive já colocado
1422 pela Conselheira aí, Cristiane, quando ela teve oportunidade de manifestar sobre esta relação
1423 do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, e o assistencial, quando ela disse sobre a
1424 discussão que hoje existe entre o CEDCA e o CEAS. Em relação a discussão conjunta, com a
1425 comissão de política de normas sobre as duas resoluções. Quer seja, a resolução de benefícios
1426 eventuais, e a resolução, também que dispõe sobre os parâmetros de execução da medidas,
1427 sócio educativas em meio aberto, no Estado de Minas Gerais. O que bem ela já disse, que no
1428 dia 10 de junho, às 15 horas, as comissões de política e a comissão de norma, estarão
1429 reunindo, para tratar sobre o assunto. Em relação aos outros pontos, eu creio que vai dar uma
1430 discussão aí, até muito pertinente e positiva, para este Conselho, para o andamento dele, e da
1431 política de assistente social, que são pontos aí que geram alguns conflitos, face até a
1432 normativa, ou as normativas atuais, quer seja, Federal, quer seja Estadual e Municipal,
1433 referente às matérias a seguir: primeiro, a questão sobre inscrições de entidades. O 2.1, ele
1434 traz a exigência de órgão públicos, para as entidades receber, algum tipo de recurso, que
1435 condiciona a: inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social. E coloca mesmo, não
1436 podendo mais ser caracterizada, dentro das normativas atuais, como entidade de assistência
1437 social. Então algumas entidades face a estas políticas, a essas normativas atuais, elas têm
1438 encontrado dificuldades, para ter acesso a esses recursos, quer seja recurso de subvenção, que
1439 seja recurso de isenção, até mesmo doação. Então, vai precisar de nós aqui, conselheiros, uma
1440 certa preocupação, um certo exercício mesmo, de comprometimento, à causa aqui exposta.
1441 Isto surgiu de uma correspondência, vinda de Montes Claros, no dia 28/04 quando o Conselho
1442 Municipal de Assistência Social de Montes Claros, solicita orientações deste Conselho, sobre
1443 procedimentos, a serem adotados em relação as entidades que necessitam desta inscrição no
1444 Conselho Municipal de Assistência Social Para obter convênios com o SERVAS, para receber
1445 alimentação, e também inclui isenção de taxas, junto a COPASA, que seria aqui, a gente
1446 coloca como subvenção, da COPASA. E a taxa de incêndio estadual, que a questão colocada
1447 na lei estadual, que tem algumas exigências face, a esta isenção da taxa de incêndio. A partir
1448 de uma pesquisa feita pela nossa técnica Rosa, para constatar a solicitação da inscrição, tem-
1449 se que: para receber os referidos benefícios de isenção, doação, subvenção, públicas, as
1450 entidades devem ser necessariamente, entidade de Assistência Social, e como já falado,

1451 inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social. Primeiro as entidades interessadas em
1452 receber o VITAVIDA. Devem encaminhar ao SERVAS, entre outros documentos, cópias do
1453 certificado de inscrição emitido no Conselho Municipal de Assistência Social. Segundo,
1454 conforme consulta feita ao site da receita municipal, alias estadual. Estão isentas do
1455 pagamento da taxa de incêndio, dentre outras edificações, a aqui a taxa trata: síndico de
1456 construção, de edificação. As utilizadas por entidades de assistência social sem fins lucrativas,
1457 e reconhecida pelo poder público, então, ela tem que ser, para estar no gozo da isenção, da
1458 taxa de incêndio. A entidade tem que ser de assistência social, sem fins lucrativos, e
1459 reconhecida pelo poder público. Então este reconhecimento aí, a interpretação seria que, para
1460 ser reconhecida junto, a Secretaria Estadual de Fazenda, necessariamente ela teria que ser de
1461 assistência social e com inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social. Ou... nasceu
1462 uma dúvida, muito bem lembrada pelo companheiro aqui ao lado. Ou ainda cobra-se o título
1463 de utilidade pública, estadual. Aqui nós estamos falando da taxa de incêndio, então é isenção
1464 estadual. Em relação a subvenção, da COPASA, sobre a taxa da COPASA. As entidades são
1465 beneficiadas pelo programa do governo, que nós tivemos conhecimento, nesse conselho
1466 chamado Programa Conta com a Gente. Que foi uma articulação que nós sabemos, foi feita aí
1467 entre a SEDESE entre o Governo a CEMIG, e este Conselho tomou conhecimento, que para o
1468 gozo da taxa, da participação desse programa Conta com a Gente, que se torna uma ação
1469 integrada, como já falado, entre Governo de Minas, Copasa e o SERVAS – Teve intervenção
1470 do SERVAS também, nessa questão? Só para esclarecimento, porque surgiu uma dúvida aqui.
1471 O SERVAS teve também. Então houve participação do SERVAS como já falado pela nossa
1472 companheira Juanita. Com o apoio do Ministério Público, as entidades que podem ser
1473 beneficiadas, são entidades de assistência social, que estejam localizadas em municípios
1474 mineiros na área da concessão da COPASA, estejam devidamente cadastradas na ação “Conta
1475 com a Gente”, possuem ligação de água, que atendem exclusivamente a unidade de
1476 assistência social e ofereçam atendimentos, ou atendimento nas modalidades, aí inclui creche,
1477 há que se falar que creche não é assistente social, mas, para efeito deste programa, foi incluído
1478 creche. Então entre creche, abrigos, e instituições de longa permanência, associação... as
1479 APAES, Casa Lar, Albergues, Casa de Passagem, e o Centro de Recuperação para
1480 Dependentes Químicos. Pois é. Então, considerando o artigo primeiro, aqui a gente faz uma
1481 reflexão, e traz a luz do entendimento desses conselheiros, o artigo primeiro da lei 12101, que
1482 trata sobre a questão da certificação, do CEBAS, ou seja: do Certificado de Entidades
1483 Beneficentes de Assistência Social, para o gozo, da isenção das contribuições para a
1484 Previdência Social. E dispõe, este artigo primeiro, que a Certificação das Entidades
1485 Beneficentes de Assistência Social, e a isenção de contribuição para a seguridade social, serão
1486 concedidas às pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como
1487 entidades beneficentes de assistência social. Com finalidade de prestação de serviços, na área
1488 de: assistência social, saúde, e educação. Eu tiraria aí: e educação. E que atendam, ao disposto
1489 desta lei. Então como bem já conceitua aí, o artigo primeiro da Lei 12101. Este entendimento
1490 para certificação é de reconhecimento a todas as entidades beneficentes de assistência social.
1491 Então cuja natureza jurídica, aí com enfoque nas entidades beneficentes de assistência social,
1492 de caráter assistencial, de caráter saúde, de caráter educacional. Então o que deve se entender
1493 aí, quando o legislador colocou este artigo primeiro, na Lei 12101, o que ele quis dizer? Ele
1494 quis dizer que... Nessa política de assistência social, há sim, que contemplar o termo gênero,
1495 ou seja, entidade beneficente de assistência social. Compreendendo de caráter de assistência
1496 social, compreendendo de caráter saúde, compreendendo ainda, de caráter educacional. Eu
1497 estou colocando esta reflexão, que é uma reflexão assim... eu já tive oportunidade, inclusive
1498 de já estar falando para este Conselho, a questão do gênero encontrado no artigo 204 da
1499 Constituição Federal. E agora o artigo primeiro da Lei 12101, nos traz, ou nos remete a este
1500 reflexão, ampla, é uma reflexão gênero, para que, nós apercebamos dessas contradições que



1501 tenham ocorrido aí, nas nossas normativas, federal, ou quer seja estadual. Que não abre a este
1502 entendimento, que não tem em si, a sensibilidade para este entendimento, haja visto que é
1503 uma política transversal, e que necessariamente há que se entender aí, o gênero, a
1504 preocupação nossa tem que ser o gênero. Então, sugere-se encaminhar a correspondência, aos
1505 referidos órgãos, para que, sejam incluídas nestes benefícios de isenção, doação, subvenção
1506 pública, as estas entidades que compreendem esse artigo primeiro da Lei 12101. Que seja
1507 estendido também, as essas... com a sua generalidade, e de caráter beneficente de assistente
1508 social, alias de natureza de assistente social e estendendo-se ao caráter da: entidades
1509 beneficentes de assistência social, de caráter saúde e de educação. Fundamentando a
1510 solicitação da revisão, nos critérios normativos, em obediência tanto, a compreensão e
1511 entendimento do artigo 203 e 204, o artigo primeiro da Lei 12101. Ainda informar ao
1512 Conselho de Montes Claros, sobre o encaminhamento do CEAS. Quer dizer, é uma questão
1513 muito polêmica, que acho que nós não podemos fugir ao debate, e que deste debate aqui, a luz
1514 do debate, que seja feito o encaminhamento, que a gente realmente possa ter esse
1515 comprometimento com a política. Esse comprometimento, ao contrário de uma visão de
1516 exclusão, mas sim, uma visão de inclusão, uma visão de construção, não uma visão que venha
1517 trazer, uma distensão, ou que venha trazer uma situação de completamente de...
1518 desconhecimento, dos trabalhos, ou dos serviços que essas entidades até hoje vêm fazendo.
1519 Entidade de educação, que tenha sua natureza jurídica na assistência social, e que estão à luz
1520 das normativas atuais, penalizadas, duramente penalizadas. O que tem acontecido ao olhar
1521 triste deste Conselheiro, que muitas dessas entidades, estão se fechando. Por esta não
1522 compreensão da natureza jurídica, seguindo-se ao caráter, que não há essa ligação, mas sim,
1523 as normativas, tem trazido a ruptura a este entendimento, lastimavelmente, ao olhar desse
1524 Conselheiro, ele pede, que esta discussão seja feita sim neste Conselho. Seja feita neste
1525 Conselho, e que este Conselho como modelo, exemplo de construção, de trabalho, de serviços
1526 já prestados a este país, venham trazer a baila esta discussão e encaminhamentos, que
1527 certamente serão frutíferos, para a nossa assistência social. Então, foi um tema que, não sei
1528 se... Volto a afirmar, se é obra do além ou do Espírito Santo? Mas foi uma provocação
1529 recebida, que nós, talvez a tomamos como uma provocação positiva, e que venha trazer, à
1530 política da assistência social, um clareamento, uma contribuição por parte deste Conselho,
1531 dessa colocação bem gênero, feita por este Conselheiro. Presidente: Ok. Conselheiro João
1532 Ademar. Está abrindo para inscrição. Eu estou inscrito. Conselheiro João Ademar: É o que eu
1533 vejo, eu relato uma situação, particular em instituição, que outro dia eu mandei um advogado
1534 dar uma instrução para um juiz em São Paulo. E o que o Juiz falou assim: o que ele entende e
1535 ele sabe, é a certificação do CNAS, o que veio depois ele não sabe. Aí eu disse para o
1536 advogado mandar ele ler a Lei 12101, o decreto 76 alguma coisa. Por quanto... e aí eu acho
1537 que vem uma... não é... eu falei isso educadamente. São duas coisas distintas, me parece que
1538 aí começa uma grande confusão. Primeiro, quem certifica, certifica, é ao nível federal, na
1539 atual lei são os três ministérios. E acabou. A certificação é necessária para você gozar da
1540 imunidade da cota patronal, das contribuições federais, e por aí afora. Ponto. Nos conselhos
1541 estaduais, ou melhor nos municipais, e se não os houver, nos estaduais. Dar-se-á tão somente
1542 a inscrição. Das instituições de assistência social, ponto. E aí começa a confusão, porque?
1543 Que se a gente se colocar no lugar do agente público. E o Silvestre, me faz lembrar a
1544 Secretaria do Estado da Fazenda, de vez em quando eu tenho lá meus protocolos para gozo de
1545 isenção de IPVA, e taxa de incêndio, e por aí afora. A pessoa, o agente que tem deferir ou
1546 indeferir o processo ele vai dizer: o que é necessário? Pum... Pum... Pum, entre eles, a
1547 inscrição, e aí por exemplo, se a instituição, então ele não pode neste hora, por mesmo que ele
1548 estivesse eventualmente, à par de toda esta discussão, me parece trazer estes elementos para
1549 deferir, sob pena, do ato dele, estar sujeito a... a discussão, vamos dizer. Só que aí vem, como
1550 é que a instituição, no preto e branco, no concreto, diante do SERVAS, diante da COPASA,



1551 diante da Secretaria de Estado da Fazenda, e outros órgãos mais, como é que a instituição vai
1552 provar de que de fato... que no Brasil, tem um negócio, que me disseram, que eu não conheço
1553 lá, diferentemente de alguns países na Europa, algumas coisas será de direito? Morreu. Você...
1554 ela é auto aplicável, aqui nada é auto aplicável, você tem que provar que tua vó era piedosa, e
1555 que daí você nasceu, você tem provar isso o tempo todo. Então como é que a instituição vai
1556 provar isso, e aí me parece que está tendo a dificuldade toda. E os conselhos também ficam
1557 meio assim: se eu inscrever e não for muito caracterizada, fica uma situação, sujeita a
1558 questionamento. Misturando com isso, que os relógios deram uma cutucada aqui, a gente tem
1559 o Instituto da Utilidade Pública Municipal e Estadual, que para efeito do gozo de algumas
1560 coisas no Estado de Minas Gerais, é aceito, ele é aceito, outros estados eu não sei. Mas só que
1561 para o município, não se haver isso, então acho que aí de fato nós temos uma situação um
1562 pouco complicada. Pelo que me consta, por aí tem muita instituição pequena, me parece que
1563 ela não tem as certificações nacionais, então ela não consegue fazer prova da sua
1564 caracterização com alguma titulação federal. Aí a inscrição no município é aceita, mas se ele
1565 não consegue fazer. Como é que a gente vai trabalha isso? Porque o conselho de educação
1566 municipal me parece. Ele ainda não faz inscrição, porque não há normativa, tão pouco de
1567 saúde, não sei como é que vai ser para frente... porque a lei diz assim: que seja instituição de
1568 assistência social, mas não só as de assistência social, estão neste grande... como é que você
1569 chamou? É de gênero. Eu estudei esse trem aí, gênero e tal... mas eu fico meio confuso, acho
1570 que eu faltei na aula. O grande campo da assistência social, os puristas não concordam muito
1571 isso, mas ela ainda abarca aquilo que é específico à assistência social, aí os conselhos
1572 municipais... Mas também por conta da educação, por conta da saúde, dentro daqueles
1573 princípios todos. Quando de fato eu imagino a situação, eu conheço umas duas, três
1574 instituições que me perguntam aí, na prática como é que ela vai dar prova da sua condição.
1575 Esta que é a dificuldade. E os conselhos também, você viu que isso partiu do conselho, os
1576 conselhos ficam um pouco aí, para poder... se a gente inscrever muito largamente tem... pode
1577 criar problema, e é verdade. Se for também muito restritivo, vira só dos piedosos. Isso aqui
1578 para a fazenda com todo respeito, a tradição católica, tinha uma discussão em 1500 o
1579 seguinte: está na comunhão que podia comungar que não podia comungar. Que falava assim:
1580 você vai comungar para ficar mais santo, ou você tem que santo primeiro para depois
1581 comungar. É um pouco por aí também Zé, você tem que preencher todas as condições para aí
1582 você poder receber, ou ao receber você já faz jus e vai caminhando. Acho que nós estamos um
1583 pouco nisso... você falou isso outro dia, falou isso Ismar, esse período de transição. Ontem
1584 você falou. No momento da transição toda é complicada, e aí eu reconheço e acho que é
1585 importante no ponto de vista, às vezes só para situar, de um modo geral as instituições
1586 maiores, incluo a minha, e sua provavelmente, e outras. Como a gente tem estrutura, a gente
1587 tem condições de ter assessoria, e tudo isso, você consegue um entendimento da lei, você
1588 consegue correr atrás. Por eu vejo que as menores, em boa parte são conduzidas, por
1589 pessoas... como é que vamos dizer assim: abnegadas, dedicadas, muitas não tem esse
1590 conhecimento, não tem essa assessoria jurídica, não conhecem esse meandros para você poder
1591 discutir e poder brigar, mas conversar. Eu por exemplo... o senhor leu direitinho aqui, acho
1592 que tem esse... ah é mesmo é. Não é engambelar, mas é ajudar o entendimento. Então de fato
1593 é uma questão que merece o nosso olhar. Pensando sempre nos usuários que deixarão de ser
1594 atendidos, acho que este é o foco. Claro que a saúde, o como é que chama? A correta gestão
1595 das instituições está no meio, mas a preocupação está lá na ponta. Não sei se é na ponta ou no
1596 centro, depende por onde a gente olhe. Não é assim, de lá para cá ou daqui para lá. Mas é o
1597 usuário que deixa de ser atendido, porque de repente, toda uma dificuldade, vamos falar
1598 assim, talvez não proposital, mas decorrente deste período de passagem, ela pode ensejar a
1599 sensação de atendimento as pessoas, aos usuários, nos vários níveis, e aí tá então, está tudo
1600 certinho, estamos todos legais, mas estamos sendo injustos. Estamos todos certinhos, está



1601 cada um cumprindo a sua função, mas estamos aquém do que nós deveremos fazer. Só isso.
1602 **Conselheira Cristiane:** É... José Ismar, eu fique com algumas dúvidas. E eu queria contar
1603 com vocês para os esclarecimentos, o João até começou a abordar algumas coisas, eu entendi
1604 ali da solicitação de Montes Claros, que eles estão com uma dificuldade em relação a dar a
1605 inscrição em função de receber um recurso, a solicitação de Montes Claros, e ela abre esse
1606 precedente, para a gente discutir com os órgãos. A minha dúvida é exatamente essa,
1607 colocando que os órgãos então abram para entidades beneficentes de assistência social na área
1608 de educação e saúde, eu não sei vai atender todas a entidades, porque uma vez que nem todas
1609 as associações sem fins lucrativos, ela é beneficente. Então o João falou disso. Essa era
1610 exatamente a minha dúvida, toda associação, por exemplo uma creche ela... está posto, que
1611 ela esta na área de educação, ela pode ou não ser beneficente, ela pode não ter o certificado de
1612 beneficência, e aí ela fica sem o respaldo para... pelo entendimento que eu tive, de buscar esse
1613 serviço. A mesma coisa me chamou a atenção, dentro ali das possibilidades a instituição de
1614 recuperação de dependentes químicos, que hoje a gente tem uma discussão e precisamos
1615 aprofundá-la, se por um lado ela está no campo da saúde, por outro ela pode ter serviços na
1616 área de assistência social. Mas independente disso, pelo menos nesse início, pode ser que ela
1617 não tenha inscrição no Conselho. Então eu fiquei me perguntando, se além desse
1618 encaminhamento, que eu acho que é correto, não estou dizendo que não. Se também não
1619 deveria ter aí, uma explicação, uma forma de chamar a atenção para estes órgão, que no caso,
1620 exemplo, da creche e de outras instituições, que não seja exigido a inscrição no Conselho
1621 Municipal de Assistência, uma vez que essa inscrição não é para isso. É outra questão que a
1622 gente precisa discutir. É. É, porque a inscrição no Conselho Municipal de Assistência, e eu já
1623 iniciei uma conversa aqui sobre... eu pelo menos tenho esse entendimento, que a inscrição no
1624 Conselho, não é para se ter isenções, isso já foi colocado na resolução 16, a inscrição no
1625 Conselho ela serve para outros... é para mapear rede, para capacitar rede, mas não é para ter
1626 isenção, e fica usando o documento de forma equivocada. E aí, se a gente, não precisaria de
1627 fato ter uma discussão, acho que é no mesmo campo que a gente começou a discutir a questão
1628 do IDENE, ele exige a inscrição da associação para fazer... mas não é para... ele tem que
1629 pensar em outro documento, desvincular a destinação do recurso, ou a isenção ou o que seja,
1630 da inscrição no Conselho Municipal de Assistência, uma vez que a inscrição no Conselho
1631 Municipal de Assistência não é para isso, deixou de ser atestado de funcionamento, a partir da
1632 resolução 16, deixou de ser certificado, quer dizer não é mais isso, ela é uma inscrição, para
1633 compor a rede sócio assistencial do SUAS, para fortalecer a rede. Bom não sei se... fiz a
1634 dúvida e já coloquei mais algumas questões. _ Você não gostaria de esperar, porque tem
1635 outras inscrições. OK. _ Porque ela coloca uma questão, que pode ser dúvida dos outros
1636 também. Eu penso o seguinte, a questão do não... da entidade ser sem fins lucrativos, que hoje
1637 o código civil fala sem fins econômicos, mas é a mesma coisa. É o que dá para nós, este
1638 entendimento, quando se trata de entidade e gênero, quando você foca na questão também, de
1639 entidade beneficente e assistente social, pelos termo aí, já subentende-se que ela é sem fins
1640 lucrativos, correto. A outra colocação sua, que eu gostei muito, eu acho muito pertinente. É
1641 desvincular esta questão de isenção, subvenção, ou doação, ou não sei o que chamem aí, da
1642 questão porque, mesmo que juridicamente não justifica, se a isenção, ou imposto, ou a taxa lá
1643 é municipal, a entidade basta ter o título de utilidade pública municipal. Se o recurso vem do
1644 estado, no entendimento bastaria ter, o título de utilidade pública estadual, assim se o recurso
1645 é federal, o título de utilidade pública federal. Então não deveria... o meu entendimento
1646 também jurídico, em cima desta questão posta por você, é justamente essa, que não deveria
1647 vincular-se, pelo entendimento jurídico, o entendido, o que há que se falar, que o que
1648 predomina aí, é o título de utilidade pública. Não a inscrição no Conselho Municipal, então se
1649 nós, eu não sei se alguma normativa nossa trata dessa questão, mas se não trata, presidente, eu
1650 acho que é uma discussão muito pertinente, que este Conselho se manifeste dessa forma.



1651 **Conselheiro José Fernando:** A título de a gente estar, neste período de transição, não seria
1652 também o momento de fazer uma interlocução com todas essas instancias dos governos. Além
1653 claro, a médio e a longo prazo, a gente trabalhar para a adequação da legislação. Mas num
1654 consenso entre COPASA, Corpo de Bombeiros, SERVAS, a própria Secretaria de Fazenda,
1655 fazer uma discussão, mas breve, para que haja este entendimento, para que haja esta
1656 compreensão, porque tudo isto ocorre, com a, com a normatização das inscrições de
1657 entidades, inscrição... certificação de entidades e inscrições nos conselhos municipais, não
1658 seria o momento de abrir uma lacuna, pra... pra sensibilizar mesmo, porque imagina a
1659 distancia que esta discussão entre nós aqui, perpassa por estas instancias que não tem, na
1660 maioria das vezes, com propriedade, com maturidade, todas essas compreensões que a gente
1661 esta colocando aqui, todas essas necessidades. Então por exemplo, através obviamente, como
1662 a forma, talvez saísse um encaminhamento, de fazer esta solicitação, de produzir realmente
1663 esta discussão, mais próxima com estas entidades, que talvez não tenham, eu vou reiterar
1664 aqui, não tenham essa compreensão, não tenha realmente colocado talvez dessa forma que a
1665 gente discute aqui nesta instância, aqui neste Conselho, para a gente inclusive ver o que a
1666 curto prazo, e até se chegar na mudança da própria lei, da própria legislação, mas um
1667 entendimento, no que pode ser provocado, para que a gente possa avançar, não somente aqui
1668 internamente, na instância do Conselho, mas através, destas entidades, desses órgão
1669 representativos. Eu estou falando no caso do Estado, para gente provocar talvez aí um... uma
1670 instancia de discussão, de aprofundamento em relação a isso, porque talvez esse entendimento
1671 que a gente tem, eles... não sei, se eu estou, de repente falando... mas eu acho que caberia uma
1672 reunião realmente com estas entidades para gente poder colocar, a cunho e próximo deles,
1673 qual é o dificultador. Porque isso e porque não aquilo? Porque não ter uma diretriz unificada?
1674 No campo que realmente compete de se ser. Aonde não há, aí trabalhar numa legislação que
1675 possa também contemplar quem não é de assistência social, sem uma coisa não estar
1676 amarrando a outra. Mas eu penso o seguinte. Olha só, eu penso o seguinte: é uma construção
1677 porque a gente está evidenciando através de normativas que chegaram dentro do final de
1678 2009, eu estou falando mais precisamente com a tipificação, com a resolução nacional, com a
1679 própria lei estadual. E que com certeza terá que partir de nós, através deste Conselho para
1680 provocar, e para também chegar até estas instâncias, para que eles possam ter essa
1681 compreensão. Senão, a gente fica malhando em ferro frio, digamos assim, quem precisa, ter
1682 essa sensibilidade para adequar, não estou dizendo que a discussão não seja fecunda, com
1683 certeza é. Mas eu acho que a gente a partir daqui, gerenciar qual seria o encaminhamento,
1684 para que a gente provocasse isso. Nos devidos locos. Obrigado. Isso, porque... mas eu penso,
1685 eu penso que depois da discussão do entendimento é criar-se a provocação do legislativo, por
1686 isso eu disse a médio e a longo prazo, a lei. Mas se a gente não provocar a instâncias, para
1687 trazer para este Conselho, a gente for aumentar uma discussão mais calorosa, dentro da
1688 política realmente nos é pertinente de se fazer. Nós não teremos subsidio para provocar a
1689 assembléia. É isso, obrigado Presidente. **Conselheiro Adenor:** Eu vou, eu fazer aqui,
1690 Presidente, uma parte da minha fala. Eu fui contemplado com... fala da crise, quando o
1691 próprio José Ismar, com o José Fernandes, mas vou acrescer de dois pontos: ontem quando
1692 nós fazíamos a discussão, você lembra Juanita que eu questionei aqui em relação a resolução
1693 16. E aí você até fez uma defesa, e aí talvez seria este o momento, de poder de fato, a gente
1694 analisar como é que a gente vai tratar isso? Lembra que eu comentei ontem, sobre isso? E
1695 hoje eu tenho uma preocupação, mas assim, foram felizes na fala de vocês, que a gente tem
1696 que realmente ter essa preocupação. E eu vou contar uma história real para vocês, pegando o
1697 meu município como base. Nós tínhamos 156 entidades, registradas, ou seja, inscritas, como
1698 dizia o certificado no nosso Conselho Municipal, 156 apta. Noventa delas receberam... entrou
1699 para receber uma subvenção municipal de R\$ 2.500,00. Hoje, se nós fossemos refazer, nós
1700 teríamos 4 entidades, aptas a receber a subvenção, quatro. Isso significa que, o nosso



1701 Conselho Municipal de Assistência Social hoje, não teria entidade suficiente para compor o
1702 Conselho, como a lei preconiza hoje, e o nosso regimento interno. Então isto é muito grave, é
1703 muito sério. E se nós não puder passar por esse Conselho, pensando que nós somos, agentes
1704 públicos, formadores de opiniões, defensores da política de assistência social, tanto na
1705 sociedade civil, como governo, nós vamos dar para os juizes, aos municípios e principalmente
1706 aos usuários, da política de assistência. E aí quando a Cris traz que não é só para além disso, a
1707 questão da certificação, para receber benefício, disso ou daquilo outro, concordo plenamente
1708 com você. Mas eu acho que isso aí, tem que fomentar isso, e fazer esta discussão, porque a
1709 entidades estão pensando assim. E elas chegam lá e briga com a assistente social, que é a
1710 técnica lá de referencia do Conselho, que ela que não quer inscrever, que ela que não quer...
1711 mas ele se recusa a ler, ele se recusa a pegar a resolução para ler, ele se recusa a pegar a 109
1712 para ler, a Lei 12101 para ler, mas esta querendo se apegar exatamente naquilo que estava lá,
1713 que ele queria a certificação, que ele quer a certificação, para se beneficiar de alguma
1714 maneira. Em relação a saúde e a educação. Os Conselhos não tem nenhuma responsabilidade,
1715 não vai inscrever ninguém. Mas aí eu fico perguntando, e aquelas entidades que trabalhavam
1716 com assistência e saúde e a própria educação, como é que nós vamos fazer com elas, como é
1717 que nós vamos na qualidade de conselheiros e gestores, seja o que for, como é que vamos
1718 fazer para não deixar essas entidades além? Essa é a minha dúvida. Consolação: É do meu
1719 ponto de vista, eu acho que gente ainda mistura muito, a questão de inscrição e certificação.
1720 Eu acho que se a gente tem, o município atualmente federado, a gente tem como esta tratando
1721 a questão da inscrição, com mais propriedade, nós temos uma resolução de parâmetros, ou
1722 seja, referências, se o conselho estadual, ele considera inclusive que existem entidades que
1723 mereçam que elas tem... todo, como instancia até de recurso, que elas teriam condição de estar
1724 inscrita, eu acho então é a gente chegar e também fazer uma resolução de orientação,
1725 inscrevam-se entidades tais, tais, que podem ser entendidas como isso, ou como você vai
1726 identificar essas entidades. Porque senão a gente fica só do outro lado, falando que a norma...
1727 no que a gente pode fazer a nosso favor com a norma existente. Sabe, eu fico sempre
1728 pensando nisso, orientar então, a gente orienta aqui. Tem município que manda, e o Geraldo
1729 não, pode orientar, e depois eu passo e-mail para ele, a gente orienta, olha fulano, analise
1730 desta e dessa forma, e tem abertura nisso, nisso e nisso. Se a entidade é importante para o
1731 município. Então vou adequar assim... o problema dela é o que, é o estatuto, vamos adequar o
1732 estatuto. Ah não o problema dela é que ela não está sabendo externar o que ela faz num plano,
1733 ou no seu relatório, então vamos atuar nisso. Eu acho também, a gente procurar generalizar
1734 tudo, e querer agora, então querer ser, para todas as entidades, eu acho que também não é isso.
1735 Porque a gente sabe o porque que chegamos neste momento. Então vamos começar a buscar
1736 quais que são estas, de repente construir em cima delas junto com o município. É. Cada órgão
1737 do Estado tem uma normativa, e aí, diante de... a COPASA tal, ela está dando isenção, ela tem
1738 algumas diretrizes, mas ela tem autonomia de quem conceder também aquela isenção, e ela
1739 fez um corte – entidade de assistência social. Sim, mas é uma prerrogativa dela, de falar: não
1740 e aí vou colocar além da de assistência social, eu coloco essa, essa e essa. Se a gente quer
1741 alguma coisa além disso, aí, pedir para incluir entidades beneficentes, que eu acho que
1742 também, é imaturo, a gente vai ter que estar discutindo isso, mas não levar por exemplo, a
1743 discussão de atividade pública, a gente sabe que este instrumento, é um instrumento de
1744 ditadura, era uma moeda de troca parlamentar, a gente fez N críticas a respeito disto, eu estou
1745 falando é porque eu estive em movimento, no inicio da própria assistência social em relação a
1746 isso. Como que isso qualificava mais a entidade, do que quando você analisa o plano dela de
1747 trabalho. Porque isso é uma gestão de parlamentar, eu chego lá eu sou amigo, e não preciso
1748 nem apresentar direito o que é não, ele faz com que aquela entidade vire utilidade pública.
1749 Então também não é cair no extremo, senão que acho que a gente perde legitimidade. A gente
1750 não pode querer cair no outro extremo de querer incluir todo mundo, porque aí vai falar então



1751 o Conselho agora, ele está voltando a que? É o extremo, não é isso, eu acho que a gente vai ter
1752 que achar é esse razoável mesmo. Aonde que gente vai incluir, e aí a conferencia está aí, por
1753 isso que a gente fez aquela reunião ontem de reflexões, falou, ta na fala do Conselheiro. E saí,
1754 qual que é a proposta concreta deste Conselho, que a Cris ontem falou muito bem. Qual que
1755 vai ser o nosso papel que a gente quer levar tanto para municipal, nós vamos levar aí para o
1756 encontros regionalizados, e sair uma proposta do Conselho Estadual, aí sim, aí vale depois, a
1757 pena não é, acredito inclusive o legislativo, mas passar com que, com a legitimidade de uma
1758 conferencia de 1000 pessoas, a legitimidade de encontros regionalizados de 4000 pessoas.
1759 Então eu acho que seria mais ou menos este o encaminhamento. Presidente: Conselheira
1760 Juanita. Enquanto ela termina o deliberado, eu encerro as inscrições até o termino da fala dela.
1761 **Conselheira Juanita:** Bom. Eu também gostaria só de voltar aqui, a retrospectiva da nossa
1762 reunião conjunta das comissões ontem. A preocupação, com este Conselho frente a nossa
1763 conferência em outubro. Eu concordo com todas as falas que foram colocadas aqui, mas a
1764 gente tem que ter uma preocupação eminente este ano. A temática da conferência, nós vamos
1765 sair a campo a partir deste mês. Nós vamos estar representando a CEAS, falando para
1766 municípios, e esta questão ela é calorosa, ela aparece em todos os lugares que a gente vai, e
1767 pelo menos eu, não deixo nenhuma entidade sem reposta, até entidade de saúde e entidade de
1768 educação, quando este Conselho me pede para dar um parecer, eu faço escrito, mando para
1769 entidade com cópia para este Conselho e peço que eles encaminhem cópia para todos
1770 conselheiros. Porque estou falando isso? Porque o tema da conferência, é qualificação de
1771 serviço. Se a gente está falando em qualificação de serviço, no meu entendimento eu não
1772 participei desta discussão no CNAS junto ao MDS, mas pela interpretação que eu tenho,
1773 desses 20 anos meus de prática de assistência social, esse tema não foi colocado à toa. Foi
1774 fruto dessas discussões da resolução 16, foi fruto desta avaliação, dessa caminhada do SUAS,
1775 durante esses 6 anos. Portanto falar em qualificação de serviço, nós estamos falando em:
1776 unidade física de entidade entendendo entidade pública e privada, porque o SUAS quem
1777 oferta proteção, são as duas, público e sociedade civil. Então para ser uma entidade tanto de
1778 atendimento, quanto de defesa e assessoramento, ela tem que ter: unidade física, material
1779 recursos humanos, material sócio-educativo e trabalho social. No meu entendimento, no meu
1780 entendimento, mesmo se entidade for de defesa e assessoramento, ela não pode ser
1781 enquadrada de assistência, se não ofertar estas provisões para o usuário. Então a gente tem
1782 que pensar aqui, eu vou na conferencia municipal, como não defender isso? A gente esta
1783 defendendo qualidade do SUAS, qualidade do SUAS é isso. Concordo que vai ter um período
1784 de transição, que vai ser dificultoso, como teve na creche, como teve que colocar a assistência
1785 como política pública no tripé da seguridade, mas a gente vai ter que ser firme nesta decisão.
1786 Agora se a entidade quiser ser inscrita no Conselho de Assistência, é uma decisão dela. Se o
1787 Conselho identificar na documentação se ela não é de assistência, tem que orientar, o
1788 Presidente, a mesa diretora da entidade, ela não é de assistência. Para enquadrar na assistência
1789 tem que ser, dessa, dessa, dessa e dessa forma, se quiser adequar ou não é uma possibilidade
1790 que a ela compete, e não ao conselho e não ao gestor. É claro, que o município vai perder.
1791 Pode perder ou talvez não pode. A gente esta falando em qualificação, você não pode pensar
1792 mais em assistência ofertada só por voluntário, uma casa que abre, só para entregar cesta
1793 básica, nós já avançamos disso, então assim, eu até falei que eu não ia falar mais, mas aí
1794 quando vai muito assim... minha garganta coça e eu tenho que falar. Então eu penso assim, a
1795 gente tem que ser... a gente tem tomar decisão na hora de ir para a conferência, e colocar essa
1796 dúvida nos conselheiros lá do município, senão a gente não vai estar empoderando eles para
1797 fazer esta discussão no município. Obrigada. Presidente: Eu me inscrevi, disse no início. É,
1798 segundo as colocações feitas com os princípios teológicos do José Ismar e do João Ademar.
1799 <eu queria ... aí a força do mal e a maldade exercidas nas relações humanas estão aí
1800 colocadas.... não tem chifre e nem rabo, mas estão, eu acho que é questão de... não é questão



1801 de seguimento de atividade, é questão do ser humano, uns assumem o lado ruim, e outro
1802 assume o lado bom. Não é. Nós precisamos saber a defesas que a gente coloca, sabe José
1803 Ismar, e aí eu quero compartilhar em numero, gênero e grau, da compreensão jurídica que
1804 você faz. Eu quero compartilhar disso, porque uma coisa é... a 12101 que trata exclusivamente
1805 de certificação, e o João Ademar nisso foi feliz, deu a tradução literal, a correta compreensão,
1806 das duas situações, da resolução e da 12101, é a certificação, a resolução é inscrição. Muito
1807 embora Cristiane, a gente não pode esquecer que o fato de ser inscrição é condição “*sine qua*
1808 *non*”, para conseguir a certificação, nós não podemos esquecer, e aí, de repente, está o maior
1809 barulho. Sabe, José Ismar, uma coisa eu acho, que os órgãos públicos, nas três esferas de
1810 governo, estão confundindo sim, a interpretação literal, daquilo que está legislado. Por que
1811 você tratar da beneficência, vamos buscar o Aurélio lá, vamos ver a tradução literal. Uma
1812 coisa é você ter, e está na 6308, a beneficência como gênero e como espécie do gênero da
1813 filantropia, e a assistência social, e mais do que isso, tem autores que inclusive qualificam a
1814 assistência social como filantropia qualificada. Então esta compreensão não está havendo, o
1815 que está acontecendo, e é por isso que eu quero compartilhar, é que muitos órgãos públicos
1816 estão, por tabela, por tabela, pegando esta não aceitação como entidade de assistência social
1817 para se inscrever no Conselho, e negando o direito a isenção, tal qual a taxa de incêndio, e a
1818 taxa de COPASA. Então quer dizer: no meu entendimento, não pode por tabela, você fazer
1819 um paralelismo desse na interpretação jurídica, aí eu quero compartilhar com você. A
1820 discussão é bem vinda e ela precisa ser feita. Agora nós precisamos ter o cuidado, eu quero
1821 compartilhar, nós precisamos ter esse cuidado. Uma coisa é a gente sair e fazer cumprir aquilo
1822 que é a diretriz nacional para as nossas conferências. A outra em paralelo, ou
1823 concomitantemente, é a gente trabalhar, para mostrar os devaneios que estão tendo na
1824 interpretação de alguns, mas que tem o privilégio de ditar como diretrizes, alguns equívocos,
1825 principalmente com a rede conveniada, ao poder público nas três esferas de governo. Porque
1826 realmente o que o Conselheiro Adenor traz, é a pura realidade que está acontecendo nos
1827 municípios. Eu aqui, baixinho compartilhando com o Fernando, ora com Juanita, e é o
1828 compartilhamento que faço com todos vocês, a todo momento, porque essa aflição, essa
1829 angústia, tem sido trazido para nós quando estamos nos municípios... você pega Montes
1830 Claros, uma cidade que tem quase trezentas associações de comunidade rural, quase
1831 trezentas, é uma das maiores, é um dos maiores pólos que a gente tem em número de
1832 municípios naquela regional de Montes Claros, são noventa e duas cidades parece, se não me
1833 falha a memória. Então veja bem, como é que fica? O fato de não mais inscrever, porque não
1834 são de assistência, está correto? Pela normativa, ou não está correto? Ponto. Não é de
1835 assistência, então não tem que se inscrever. Mas até então elas se inscreviam para conseguir
1836 um convênio com o poder público e auferir recursos do tesouro municipal, para praticar
1837 algum tipo de programa, projeto, serviço, que agora não interessa mais se é de assistência ou
1838 não é. O fato é que se o programa para garantir isso for de assistência, vai se inscrever aquele
1839 programa, projeto ou serviço. Uma coisa é inscrever, está muito claro hoje com a resolução
1840 nova, é inscrever o programa, projeto ou serviço, e a outra é inscrever a entidade como de
1841 assistência, para chegar até o certificado de beneficência. Aí eu fico pensando, não deveria, de
1842 repente, ser na Casa Civil, não deveria ser no gabinete dos prefeitos, na chefia de gabinete, é
1843 porque um cunho político muito grande. E querendo ou não, nós temos quer reconhecer o que
1844 é a política neste país. E outra coisa, a própria LOAS traz também, a liberdade do entro
1845 federado ditar, o que ele quer para a política do município dele, ele é autônomo, ele é ligado,
1846 ele é federado, ele é autônomo. Então veja bem, eu penso que de repente a alternativa vai ser
1847 essa: criar um mecanismo de inscrição específico para conseguir conveniar com o poder
1848 público municipal, dentro de um modelo que o município vai ditar. Agora, Conselho de
1849 Educação, não inscreve, e até hoje não fez a discussão, pelo menos nos ciclos que eu fui, não
1850 fazem, e não querem fazer também. Viu Edir, não quiere fazer também. Conselho de Saúde,



1851 não tem inscrição, e não vão fazer, a discussão deles é outra, lá é tripartite a composição do
1852 conselho, e a sociedade civil é sempre maioria, com dois terços, mas eles tem uma caminhada
1853 histórica, de empoderamento do usuário muito maior que a nossa, muito maior que a nossa, o
1854 nosso não, o nosso é paritário. Agora nós precisamos levantar a bandeira, porque o que não
1855 pode é estas entidades serem relegadas agora ao segundo plano. E aí não é porque a entidades
1856 precisam manutenção financeira só não, é porque quem vai perder é o usuário, o beneficiário.
1857 Quem vai perder é o usuário e o beneficiário, que está ficando a mercê da própria sorte. E aí
1858 na contra-mão desse processo, vem um programa do governo federal de enfrentamento a
1859 pobreza. É uma discussão sim para a gente fazer. Nós já temos um pedido na Assembléia
1860 Legislativa, para uma audiência pública, fazer uma discussão do nosso seguimento, na ultima
1861 audiência publica que nós estivemos lá, André Quintão colocou inclusive que já tinha um
1862 pedido nosso lá. Oh. Já tem um pedido do Geraldo nós precisamos atender. De repente é a
1863 hora de cobrar, mas eu penso que primeiro nós precisamos fazer discussão entre nós
1864 Consolação, e aí mais uma vez eu quero manifestar, quando sair Consolação aqui, de forma
1865 escrita de forma... de pires na mão, para sentar com a OAB, e pedir, nós precisamos da OAB
1866 enquanto instituição, estar junto conosco, para fazer este tipo de discussão, há nós precisamos
1867 da promotoria pública, aqui dentro. Porque o que acontece, você chega num juiz hoje, eles
1868 determinam, eles fecham postos de trabalho, mas não dão emprego. Tem a força da caneta,
1869 mas não dão emprego. Os juizes também são assim, eles determinam, eles têm decisões
1870 judiciais, mas não tem sequer a compreensão, dessa legislação, que veio depois que eles já
1871 foram formados. Pega um juiz da vara da infância, não estudaram o Estatuto da Criança e do
1872 Adolescente, pega o juiz que estão voltados para a área social, não têm estudado a lei orgânica
1873 de assistência social e nem a normativa que vem. Talvez o mais próximo de nós aí, por estar
1874 na caminhada, é o Tomas de Aquino. De repente, podemos chamar o Tomas Aquino, quem
1875 sabe o Dr. Tomas vem e a gente faz um bate bola com ele. Eu acho que é legal a gente fazer
1876 isso. Mas precisamos apropriar deste discurso, chamar a promotoria pública, porque é muito
1877 fácil a promotoria se manifestar só quando a gente provoca. E quando provoca, eles querem
1878 vir de forma oficial. Agora que entendimento nós vamos ter da procuradoria pública, quando
1879 eles se sentem envaidecidos de uma decisão individual, em detrimento do coletivo, prevalecer
1880 sobre as outras. Porque na promotoria é assim, um promotor se ele entender que aquilo é
1881 correto, ele determina, ele tem a força da caneta, e nem os seus pares ainda que superior pode
1882 revogar a decisão dele, então que colegiado é esse. Então eu não quero aqui denegrir o
1883 sistema, mas eu quero mostrar que eles precisam aprender conosco, é, e aí agora sem
1884 nenhuma soberba, mas quando a chama para aprender conosco eles não querem participar.
1885 Então o que a gente quer, é compartilhar o que a gente aprende na caminhada, e eles embora
1886 não tenham estudado literalmente na escola, também não querem aprender. Então a gente fica
1887 numa situação difícil, pelas manifestações que houveram aqui, eu acho Consolação, que
1888 nós vamos precisar ver, minha vice-presidente, e ex-presidente. Que nós vamos precisar tirar
1889 um espaço para fazer esta discussão. Esta é uma discussão recorrente, não é só no Estado de
1890 Minas, é no Brasil inteiro. E é por isso que eu disse do nosso comprometimento, da nossa
1891 responsabilidade junto ao FUNASEAS, que é o Fórum Nacional. Eu já levei esse barulho para
1892 João Pessoa, no mês antepassado, eu fiz essa discussão. Então nós precisamos sair só para
1893 além de cumprir as diretrizes, nós precisamos fazer essa discussão, se não a gente não vai
1894 avançar. Eu devolvo a fala para o coordenador da Comissão, José Ismar. **Conselheiro José**
1895 **Ismar:** A proposta de encaminhamento, dado ao debate aqui, as quais ou qual
1896 encaminhamento a fazer, nós temos uma resposta a dar ao Conselho Municipal de Montes
1897 Claros, e nós temos um compromisso diante do debate, de uma posição, de uma proposta aí,
1898 que venha, provocar o governo, os órgãos, a Assembléia, muito bem lembrado pelo
1899 companheiro aqui, o Silvestre. E quais seriam ou qual seria o encaminhamento? Nós temos
1900 uma outra proposta da Cris aqui, que é de criar uma norma ou uma resolução, que deixa claro



1901 esta questão, da inscrição, ou da desvinculação da inscrição. Isso... ta, então nós ficaríamos
1902 com essas duas, a discussão com os órgãos e também a resposta ao Conselho Municipal de
1903 Montes Claros. Presidente: Eu... o que eu peso é o seguinte: nós podemos encaminhar, uma
1904 grandes discussão, trazer pessoas para esse debate que possam contribuir de forma efetiva,
1905 acho que a gente pode estender esse convite para o Tomaz de Aquino, nós já tivemos juntos
1906 em Uberaba, ele tem essa caminhada aí próxima. Mas chamar, convidar, vamos convidar a
1907 OAB, através da comissão própria, participar. E de repente, a gente chama André Quintão,
1908 conversa com ele, enquanto Presidente da Comissão Parlamentar da Frente Popular. E a gente
1909 vê se a gente consegue em um espaço de tempo mais curto agora, fazer uma audiência
1910 pública, porque não? Vamos fazer lá dentro da casa, a casa é nossa, a casa do legislativo, levar
1911 pessoas que tenham condições de discutir, e vamos fazer essa grande discussão lá, e depois
1912 então a gente vê o encaminhamento. Se não for possível uma audiência pública, no espaço,
1913 dentro do que é requerido, a urgência, da maneira que nós estamos com essa aflição. A gente
1914 tira, de repente, para uma outra entidade nossa aqui, de repente, no Colégio Loyola, de
1915 repente lá no Salesianos, de repente nos Maristas, e a gente pega um espaço desse e vamos
1916 promover fora dele. Pode ser assim? Quem tiver sugestão para dar, por favor manifeste com a
1917 Consolação, nós vamos centralizar na nossa secretária executiva e eu estarei fazendo alguns
1918 indicativos para que a gente possa correr atrás disso. Pode ser assim José Ismar? Atende? _
1919 Até em relação a OAB, eu me proponho a articular com a OAB. Presidente: OK. Então o José
1920 Ismar vai articular a OAB, e a gente articula a Promotoria Pública e a Assembléia. Vou deixar
1921 claro aqui de antemão, que obvio, que o nosso gestor, tem que estar conosco à mesa, aí você
1922 só, por favor, vejam que é o gestor, se é Roberta ou se é você. _OK. O segundo ponto, menos
1923 conflitante, eu acho que a gente vai vencer com maior agilidade. Se trata, da Associação de
1924 Proteção e Assistência aos Condenados, denominada APAC. A diretoria de políticas da
1925 APAC, e pró-gestão vinculada a Superintendência de Articulação Institucional e Gestão de
1926 vagas da Secretaria de Estado de Defesa Civil, encaminhou ao CEAS, consulta sobre o
1927 reconhecimento das associações de proteção e assistência aos condenados APAC, como
1928 entidade de assistência social, por meio do ofício tal, registrado aí. A Associação de Proteção
1929 e Assistência aos Condenados – APAC, ao entendimento, do histórico e da comissão de
1930 normas, é uma associação sem fins lucrativos, com declaração de utilidade pública, federal,
1931 estadual e municipal, com patrimônio e personalidade jurídica própria. A entidade APAC,
1932 destina-se a auxiliar as autoridades dos poderes judiciário e executivo, gerindo a execução
1933 penal, através da comunidade, da entidade prestando e assessorando aos presos condenados a
1934 pena privada de liberdade, que poderão ser transferidos, para o Centro de Reintegração Social,
1935 independente de qualquer discriminação quanto a cor, raça, religião, opção sexual, tempo de
1936 condenação e gravidade do crime, visando a recuperação e reintegração social e em uma
1937 perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade e a promoção da justiça. Esses são os
1938 objetivos que são comuns nos estatutos das APACs. Deve-se destacar ainda, que o método
1939 APAC apresenta uma proposta pioneira de cumprimento de pena, mediante a humanização
1940 das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, com o seu propósito de evitar a
1941 reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar. A partir da
1942 análise da documentação enviada pela APAC, pautado na legislação vigente da política
1943 nacional de assistência social, pôde-se perceber que os serviços prestados, visam à proteção
1944 social aos recuperados, e ainda buscam seguir os princípios descritos na LOAS, respeitando o
1945 cidadão sentenciado, no sentido de garantir o seu direito de convívio familiar, universalizando
1946 o seu direito de trabalho na comunidade, onde está cumprindo a sua pena, com isso o faz ter
1947 acesso ao mercado de trabalho, ou a política de trabalho, emprego e renda, e principalmente
1948 com participação da comunidade nas atividades da entidade. A) prepara a preparar para
1949 receber o sentenciado sem discriminação, preconceito, também protegendo o usuário de
1950 situações vexatórias, devido a sua condição de ex-presidiário. Ainda que a Associação de



1951 Proteção aos Condenados – APAC, cumpre os critérios para inscrição das entidades, quais
1952 sejam: executa ações de caráter continuado, permanente e planejado. Os serviços são
1953 ofertados na perspectiva de autonomia e garantia de direito dos usuários. Garante a gratuidade
1954 em todos os seus serviços e garante a existência de processos participativos dos usuários na
1955 busca do cumprimento da missão da entidade. Organização, bem como da efetividade na
1956 execução dos serviços. Diante do todo colocado, a APAC, por ser caracterizado como uma
1957 entidade de Assistência Social, e seguindo o artigo segundo da resolução do CNAS, a 16,
1958 sobre atendimento. Por executar ações de forma continuada, permanente e planejada, presta
1959 serviços, executa programas de proteção social básica, ou especial, dirigidos às famílias e
1960 indivíduos em situação, ou situações de vulnerabilidades e risco social e pessoal. Dentro dos
1961 estudos feitos, sobre toda a documentação, sobre o estatuto, sobre o plano de ação,
1962 encaminhado a este Conselho, a conclusão é que a APAC, ela sim executa de forma
1963 continuada, permanente e planejada, o seu serviço, executando um programa de proteção
1964 social, dirigindo também, à família desses condenados, trabalhando a questão também junto à
1965 comunidade e tentando resocializar esse presidiário, daquela situação de vulnerabilidade, e de
1966 risco social e pessoal que se encontra. Qual seria o encaminhamento? A sugestão de
1967 encaminhamento é que ao entendimento dessa plenária, seja alcançado que a APAC realmente
1968 é uma entidade de assistência social. Encaminhar o parecer a diretoria de política da mesma e
1969 co-gestão que solicitou a análise, e para os conselhos de assistência social, que possuem
1970 unidades da APAC, ou seja, não encaminharia somente a esta situação específica, mas que
1971 saísse uma orientação deste Conselho, aos outros municípios, que estão vivenciando a mesma
1972 problemática, a orientação, e o entendimento, que a implementação desse programa ou projeto
1973 aí da APAC, seja realmente reconhecido como de assistência social. Em discussão. Em
1974 discussão o encaminhamento da... onde hoje eu me inscrevo. Mais alguém? Adenor.
1975 **Conselheiro Adenor:** Bom eu preciso de alguns esclarecimentos. Por desconhecimento
1976 mesmo. O plano de trabalho desta entidade. A ações de atividades que são acertadas com a
1977 família e com os presidiários, acontece onde? Presidente: Eu vou pedir a nossa técnica, a Rosa
1978 Alice, que ela está de posse dos relatórios e também da documentação. _ A APAC ela é
1979 criada, essa associação. E a APAC que é a Associação ela cria um Centro de Reintegração
1980 Social, então todas as atividades são desenvolvidas dentro deste Centro de Integração Social.
1981 _ Na comunidade? Ou dentro de um presídio? _Na comunidade, é assim. Esse centro de
1982 reintegração ele funciona como local das oficinas, é onde esses presidiários moram. Eles
1983 cumprem a pena, dentro deste Centro de Reintegração Social, eles... _Regime fechado?
1984 _Regime fechado e semi-aberto. Pode ser os dois regimes no mesmo Centro de Reintegração
1985 da APAC. Se desconsidera o sistema penitenciário normal que a gente conhece, o tradicional
1986 onde tem as celas, essas coisas. Levam essas pessoas para um Centro de Reintegração Social,
1987 onde eles moram, recebem a família. Participa das atividades junto com o recuperando,
1988 porque eles não o termo condenados, eles usam recuperandos, então a família, a comunidade,
1989 todos participam de todas as atividades, tanto que as oficinas são dadas por próprios membros
1990 da comunidade, e eles também nessa ação de sair, eles tem as oficinas onde eles produzem,
1991 móveis, utensílios, para comercialização e eles também, quando eles chegam, quando eles são
1992 no sistema semi-aberto, eles podem trabalhar nos comércios da própria comunidade, e esse
1993 recuperando, ele tem que ser da comunidade, ou seja, ele tem que estar morando numa APAC
1994 onde a família dele reside. Pra que? para esse vínculo familiar seja mantido, porque tem
1995 reuniões semanais, com a família do recuperando, a comunidade também participa de
1996 orientações e capacitações semanais para que o recuperando não sofra nenhum tipo de
1997 exclusão social na comunidade, e para que tenham discussões, em relação a essas oficinas, e
1998 qual a melhor potencialidade. Eles avaliam também, esse recuperando independente do crime
1999 que ele cometeu, qual que é a potencialidade dele, em alguma atividade dentro da própria
2000 comunidade. _Esse Centro de Reintegração Social, ele está dentro da comunidade do



2001 município ou está dentro do espaço prisional? _É uma casa. _É uma casa, fora do ambiente
2002 prisional? _Fora da cadeia. Isso. Fora _Quem faz o trabalho social com estes recuperandos?
2003 _Olha, tem os voluntários, tem a equipe contratada, porque a APAC pode contratar uma
2004 equipe especializada. No início eu tive até uma certa dificuldade de entender. Quem são? Se
2005 todos os profissionais que estão lá, tanto que no próprio estatuto deles fala: que os únicos que
2006 podem ser remunerados, são a equipe administrativa, que é composta por assistentes sociais,
2007 psicólogos, ou advogados que dão assessoria a estes recuperandos, mas com recursos de
2008 doações, da própria comunidade que esses profissionais são contratados, e também por
2009 voluntários, e esses voluntários que são os associados, que são chamados os associados, que
2010 por meio de contribuições mensais, que mantém essa APAC. _E nas atividades do plano você
2011 identificou que tinha atividades de convivência comunitária e familiar? _Sim. _Satisfeita.
2012 Adenor. _Interessante, ó Juanita. Mas, traz esta historia das APAC, eu fico feliz com isso,
2013 porque lá no nosso município, nós estamos a oito anos ou mais, tentando criar uma APAC lá,
2014 tem o terreno, foi doado pelo poder público, a obra foi levantada em regime de mutirão. E
2015 quem normalmente está a frente disso? O juiz da vara de execuções, ou Juiz Diretor do
2016 Fórum, no caso era o Dr. Leopoldo Mameluque, que hoje está aqui em Belo Horizonte,
2017 naquela época, eu servidor, nós fazíamos o mutirão, todos os sábados, e às vezes no meio de
2018 semana, dependendo do dia, ia para lá fazer este mutirão. O Dr. Leopoldo veio para cá, entrou
2019 outro Juiz, e a coisa vai mudando. Mas eu quero falar ò Ismar, que isso é muito interessante, e
2020 a gente tem que observar com muito carinho sim, e no nosso município nós tivemos um
2021 embate com o nosso conselho municipal, do qual a técnica do conselho, a secretaria
2022 executiva, e mais os conselheiros que foram in-loco visitar, o escritório, porque a obra não
2023 estava ainda, e em primeiro momento, ela não queria reconhecer de espécie alguma a APAC
2024 como uma entidade da área de assistência social. E aí nós conversamos com ela, e colocamos
2025 estas perguntas, talvez tão simples, mas muito objetivas, que você fez aqui. Você viu o
2026 vínculo familiar? Você viu a execução entre... o que é cumprimento, o que é a recuperação
2027 dele, que eles chamam de recuperando, lá no setor, onde ele vai... a cama dele, onde ele vai
2028 dormir, onde ele vai cumprir as funções como preso. E cá na comunidade, ou do lado... do
2029 outro lado, vamos dizer do muro. Essa comunidade trabalhando, de fato, mostrando que o
2030 sujeito ele é importante para a comunidade, e que o homem, além do homem, está o delito
2031 dele, ou vice-versa. Eles colocam o delito da seguinte forma: não há delinqüente que não se
2032 recupere, há delitos que não se faz presente na vida do homem. É uma coisa assim bem
2033 interessante. Eu conheço bem, já visitei lá em Itaúna, que é a principal. Que quem não visitou
2034 ainda, e tiver a oportunidade de visitar, vai apaixonar, vai ver que funciona, e o método lá da
2035 nossa cidade, infelizmente uma cidade que tem 7000 presos, não tem uma APAC, é uma pena.
2036 Presidente: Encerro as inscrições e passo a fala para a Conselheira Fátima. Conselheira
2037 Fátima: Adenor. Eu tive a felicidade de conhecer Itaúna. Manhuaçu a gente tem APAC, eu
2038 uma das voluntária na APAC também, e eu acho o trabalho... todo homem é maior que o seu
2039 crime. É o lema que está escrito lá. Todo homem é maior que o seu crime. E assim... os que
2040 saem do presídio, são encaminhados para curso de capacitação, a gente conseguiu até, uma
2041 parceria com o SENAC, para eles serem capacitados. E a gente tem tido assim um sucesso
2042 grande, com a integração deles de volta no mercado de trabalho, outros voltam a estudar.
2043 Então assim, faz essa convivência familiar comunitária, é um trabalho muito bonito. E quem
2044 não conhece ainda uma APAC, Itaúna está aí pertinho e poderiam conhecer, porque lá eles
2045 mesmos que... eles cozinham, eles fazem um sapato, eles cuidam de uma horta, faz móvel, faz
2046 umas peças pequenas para a FIAT. A FIAT dá uma mão de obra lá para eles poderem
2047 executar pequenas... montarem pequenas peças para eles mandarem aqui para a fábrica da
2048 FIAT. Em todo mundo lá tem uma ocupação, e o mais interessante, não tem uma polícia lá
2049 dentro. E é um regime que tem uma disciplina muito boa, então é um trabalho maravilhoso
2050 que a APAC faz. _OK. Eu pergunto a técnica Rosa, se a APAC, em todo o Estado, tem a



2051 mesma diretriz de cumprimento de tarefa, de função? _Segundo ao Ministério Público, para
2052 conseguir a chegar a essa... só fazer um pequeno histórico: para eu conseguir chegar a esta
2053 análise, eu tive que fazer pesquisa junto ao Tribunal de Justiça, Ministério Público, a
2054 Coordenadoria das APACs. Busquei aí a APAC de Itaúna, e outras que fui ligando e pedindo
2055 informações, todos... não a co-gestão ela é vinculada a Secretaria de Defesa Civil. Bom e eles
2056 tem um manual de APAC. O ministério publico lançou o ano passado, eu tenho... eu estou
2057 com ele aqui, como que deve ser a APAC. Então elas têm que seguir as mesmas diretrizes, ter
2058 os mesmo serviços, para ser considerado uma APAC, e o ministério público, ele fiscaliza isso,
2059 porque tem que ter este vínculo com eles, tem que seguir o mesmo, para todas as atividades
2060 realizadas numa APAC, tem que ser nas outras 22 APACs, são 23 no Estado de Minas Gerais.
2061 _Nos temos nos nossos arquivos o estatuto delas? OK. Então fica aprovado por unanimidade,
2062 vamos expedir a norma técnica e socializar com todos os municípios onde tem APAC. Não é
2063 isto. Conselheiro José Ismar, terminou a apresentação da comissão. Retorne. _Vamos lá então.
2064 A próxima questão aí, o item terceiro, ele trata da questão da... nós até já discutimos isso aqui.
2065 Das associações rurais, como ficam as associações rurais? Haja visto que alguma delas tem
2066 conveniamento, e neste conveniamento, muitas vezes fica impossibilitadas de estar fazendo,
2067 ou recebendo o recurso. A identificação de associações rurais como entidades de assistência
2068 social, como requisito para o programa estadual de combate a pobreza rural. Conforme
2069 deliberado na última Plenária, foi agendada reunião com o Instituto de Desenvolvimento do
2070 Norte e Nordeste de Minas (IDENE), e com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural
2071 Sustentável, a qual reunir-se-á, esse... a ... a comissão de normas, no dia 26/05 às 14 horas
2072 aqui no CEAS. Fica também aberto aí o convite, para quem quiser participar, viu Cristiane,
2073 quem quiser... e os outros conselheiros, quem quiser e puder participar dessa reunião que vai
2074 nos clarear bem, essa questão aí das entidades rurais. Dia 26 às 14 horas aqui no CEAS. E
2075 quem que vai estar presente? Vai ser o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de
2076 Minas Gerais, que é o IDENE, e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.
2077 A gente apela um pouquinho a sensibilidade também, no sentido em que, essa discussão da
2078 pobreza, aí a gente volta sempre os olhares para o urbano e esquece do rural. Então seria
2079 importante a participação de um numero quantitativo, em que, venha colaborar para
2080 encaminhamentos referente a essa demanda. Terceiro ponto: o terceiro ponto é sobre a
2081 resolução 336/2010, que trata sobre denúncias e recursos. Conforme já foi deliberado na
2082 última Plenária, foram encaminhadas para todos os conselheiros, as minutas de resoluções,
2083 sobre procedimento de denúncias e recursos. E que, apenas os destaques seriam discutidos
2084 nesta Plenária. Os destaques estão aí... não consigo enxergar... deixa eu ver. _Só informando a
2085 esta Plenária, que foram encaminhadas duas minutas de resolução. Uma que fala sobre as
2086 análises de recurso e a outra sobre denúncias recebidas. As denúncias não teve nenhuma do
2087 Conselho, agora de recurso, teve apenas do Conselheiro Marcelo. Então o que... como foi na
2088 outra do Plenário, então só esta... só para entendimento. Só esta então que vai ser discutida.
2089 Bom a sugestão de alteração no caso, é no parágrafo segundo e terceiro, do artigo quarto.
2090 Ficaria da seguinte forma: precisa ler o que era anterior? Então ta. Artigo quarto: a secretaria
2091 executiva encaminhará o recurso recebido a mesa diretora, a mesa diretora mandará arquivar
2092 o recurso, caso não haja indícios suficientes que justifiquem a abertura de processo para
2093 apuração dos fatos. Parágrafo segundo: a mesa diretora determinará a abertura do processo e
2094 designará a comissão de normas, para apuração dos fatos, quando houver indícios. A sugestão
2095 é. Parágrafo segundo: a mesa diretora quando houver indícios determinará a abertura do
2096 processo. Ele só inverteu. Parágrafo terceiro: o recurso que versar sobre assunto desconexo
2097 será anexado ao processo, já em andamento. O recurso ficaria desta forma: Parágrafo terceiro
2098 - o recurso que versar sobre assuntos desconexos, será anexado ao processo já em andamento
2099 e decidido conjuntamente. _Acho que é plausível a contribuição. OK. Bom na não
2100 manifestação de outros conselheiros sobre as duas resoluções. Pode ficar então aprovada as



2101 duas resoluções conjuntamente. Eu estou entendendo assim. Tem alguém que quer manifestar
2102 a respeito? Pois não Conselheiro Volney. _É decidido conjuntamente com quem? _Não é com
2103 quem? São dois... no caso de uma denúncia chegar num período. E chegar outros aspectos
2104 referentes aquele mesmo assunto, denunciado, esses dois processos... vai juntar os dois
2105 documentos. Chega hoje um documento sobre uma denúncia sobre uma Usina... vamos dar
2106 um exemplo de usina, Usina Baguarí, aí durante a análise desta denúncia chega outro
2107 documento sobre o mesmo assunto, Baguarí. Invés de se abri dois processos separados, esses
2108 dois documentos vão ser analisados conjuntamente. _OK. Esclarecido. _OK? Volney. De
2109 repente é só rever as palavras ali para traduzir o que está, porque tem dúvida realmente. Tem
2110 alguém. Alguém se inscreveu? _Artigo 10. Na decisão final do CEAS, caberá recurso ao
2111 CNAS, no prazo de 15 dias após sua publicação no órgão oficial. Da decisão final, ele acha
2112 que esse final seria desnecessário, então seria: da decisão do CEAS, caberá recurso ao CNAS,
2113 no prazo de 15 dias, após sua publicação no órgão oficial. Deixando claro, que isso aqui, é
2114 recurso de inscrição de entidades, eu dei exemplo de usina mas... _Também achei louvável a
2115 retirada, porque nós podemos rever em função da própria decisão do CNAS. OK. Pode passar
2116 Rosa. _Artigo onze: Caberá recurso ao recurso ao CEAS, no prazo de 5 dias, quando a
2117 obscuridade, omissão, ou contradição na decisão que deferir ou indeferir, a inscrição da
2118 entidade. Parágrafo único: o recurso de que trata o caput, interrompe o prazo para interposição
2119 de recurso ao CNAS, da decisão do CEAS. A sugestão é: caberá recurso ao CEAS, no prazo
2120 de 5 dias quanto a obscuridade, omissão, ou contradição na... aí ele colocou: da... para ele
2121 seria: da decisão que deferir ou indeferir, a inscrição da entidade. Aí o cinco ele colocou só o
2122 cinco por extenso, e trocou o NA pelo DA. Parágrafo único: o recurso de que trata o caput,
2123 interrompe o prazo para interposição de recurso ao CNAS, e ele coloca aqui, da decisão do
2124 CEAS seria desnecessária, porque acabaria no recurso ao CNAS. _OK. E esse eu acrescentei
2125 cinco dias úteis ocorridos. Úteis. OK. Pronto. _Aprovado então? Seria só essas contribuições.
2126 OK. Aprovado. Então aprovado as duas, isso, tendo em vista que a outra não teve
2127 contribuições. Aprovado. OK. José Ismar. É José Ismar, que eu falei. _Outro ponto. Inclusive
2128 se trata de uma usina, de um PAS/BARRAGEM, da CGH Boa Vista, da qual, inclusive eu fui
2129 relator desse processo. É uma confusão que gerou, dado a uma situação de cumprimento, que
2130 na realidade não foi feito esse cumprimento. Então o PAS foi aprovado, tendo como diretriz
2131 que o empreendimento iria financiar o aluguel do CRAS municipal. O município de
2132 Carvalhos, não implantou o CRAS. Então ficou definido que ele iria implantar o CRAS, e
2133 para implantar o CRAS, o empreendedor pagaria o aluguel por determinado tempo. Só que, o
2134 município não implantou o CRAS, o que esse CEAS fez: o CEAS encaminhou
2135 correspondência a subsecretaria de assistência social e a subsecretaria, ele encaminhou para o
2136 município, dando um prazo, ao município até o dia trinta e um de maio para implantar o
2137 CRAS. Agora o que ficou aí no ar? Ele tem obrigação de cumprir, futura, quer dizer até 31 de
2138 maio. Então seria necessário... não sei se teria esta resposta agora. Se esse CRAS já foi
2139 implantado? Se não foi implantado, o empreendimento é... ele quer saber porque, porque é
2140 uma obrigação que foi imposta a ele, é uma condição, uma condicionante. Então a gente teria
2141 que saber da subsecretaria, se já foi implantado ou não o CRAS? E caso não tenha sido
2142 implantado, nós vamos ter que aguardar até o dia trinta e um, que foi o prazo concedido a ele.
2143 _Bom. Isto também é pauta da nossa comissão. Que foi encaminhado pelo nosso Presidente,
2144 pela mesa diretora para a nossa comissão. Vou responder ao José Ismar, presidente da
2145 comissão, mas para todos os conselheiros. No SUAS nós temos uma expansão que chama
2146 EXPANSÃO QUALIFICADA que é diretriz da CITI. Toda vez que o governo federal ou o
2147 governo estadual, habilita o município para receber um co-financiamento, ele começa a
2148 receber com antecedência, mas ele tem um prazo legal de três meses, para implantar o
2149 equipamento. O ofício que chegou da subsecretaria foi dando esta informação, que ela entrou
2150 na expansão em novembro de 2010, iniciou a receber o financiamento em janeiro, portanto,



2151 ele tem que abrir a porta dia trinta e um de maio. Então isso é regra na expansão qualificada
2152 do SUAS, então não foi um prazo que a SEDESE deu, é um prazo já nas normativas do
2153 SUAS, que segue... Porque três meses? É o processo que ele tem de planejar, inclusive de
2154 apresentar o projeto para o Conselho. O Conselho deliberar, abrir um processo de contratação,
2155 edital para contratar equipe de recursos humanos. Fazer a proposta de atendimento, os, os... as
2156 fichas, todas as fichas, todos os instrumentais que serão utilizado pela equipe técnica. Então
2157 inclusive o recurso financeiro que é repassado com antecedência, pode ser gasto neste
2158 processo de planejamento, divulgar o equipamento no território, que a gente sabe, se não for
2159 divulgado, o equipamento não fica como referência. Então não foi um prazo que a SEDESE
2160 deu, é um prazo instituído por uma resolução da comissão intergestora. O que... aí eu vou
2161 aproveitar, que já também é uma questão da nossa comissão, da comissão de apoio. No nosso
2162 caso, o encaminhamento foi: enviar correspondência... porque quando da expansão
2163 qualificada, o gestor dá o de acordo, e o conselho delibera. Ou seja, ele está de acordo com
2164 aquela determinação do executivo. Então o encaminhamento da comissão de apoio é:
2165 informar ao conselho que está vencendo o prazo do município de implantar o CRAS e para
2166 ele informar a este conselho, em que pé está? Quando é que vai ser a inauguração? Qual o
2167 nome da equipe de referencia que já está naquele CRAS? E se já foi apresentada a proposta de
2168 intervenção do CRAS para o conselho? Que na verdade, o município já esta... ele já está
2169 dentro do processo para implantar o CRAS. _Eu sugiro inclusive, se for o caso, dar esse
2170 encaminhamento, com a ressalva de: com cópia para o empreendedor, que a parte interessada
2171 aí, ele deve estar ciente da questão, porque é uma questão que o obriga, que o obriga a
2172 cumprir. Então poderia ser essa o encaminhamento? _Eu penso que o empreendedor, não tem
2173 haver com essa questão de implantação do equipamento. É uma questão pública. Aí com o
2174 gestor que fez um acordo, com o governo federal e o Conselho deliberou. Porque na verdade.
2175 Porque o empreendedor aceitou uma demanda que foi apresentada pelo Conselho. Então no
2176 meu entendimento, a usina hidrelétrica, não tem que ser comunicado sobre essa questão de
2177 prazo para implantação do CRAS. Cópia para o empreendedor. _OK Então, que seja feito
2178 então, porque o empreendedor, nós temos que estar respondendo. Que seja uma resposta
2179 independente disso aí. Mas que ele tem que ser respondido, ta. O empreendedor que provocou
2180 o CEAS, então já que fica prejudicado essa possibilidade, nós teríamos que tirar um outro
2181 encaminhamento aqui, para responder o empreendedor. _É, porque a demanda que foi para a
2182 comissão de apoio, foi oriunda desse Conselho, que solicitou a SEDESE, que veio um
2183 encaminhamento, e que a mesa diretora encaminhou para a gente. Então aí, a demanda que
2184 veio para esse Conselho foi diferente. _Então façamos aí o encaminhamento, de responder ao
2185 empreendedor de aguardar, dá um prazo de até o dia trinta e um. Pode ser feito esse
2186 encaminhamento? Que vocês acham? _OK. Conselheira Cristiane. Quer falar? _É mediação
2187 de conflito? Aqui. Conselheiros, foi até bom, foi uma pena não ter trazido esta discussão para
2188 a parte da manhã, porque eu acho isso aqui reflete exatamente aquela preocupação que eu tive
2189 na parte da manhã. Quando a gente repassa a responsabilidade para o poder público. E aqui
2190 passou a responsabilidade para o poder público, isentou o empreendedor da questão do...
2191 isentou em parte porque, se fosse em outra situação Juanita, esse empreendedor estaria em
2192 descumprimento, é essa que é a questão. A resolução é clara, trinta dias depois da aprovação,
2193 já tem que começar o atendimento, para poder minimizar os impactos. Hoje, eu não posso
2194 dizer: quais são os impactos que estão acontecendo no município em função da usina, seja ela
2195 pequena, seja ela grande. Se esses impactos estão sendo considerados, se está havendo alguma
2196 ação, quer dizer: se essa fosse uma grande usina, e aí... a gente poderia agora, estar
2197 vivenciando uma série de problemas lá, que não tem ninguém para responder, nem o poder
2198 público e nem o empreendedor. Então... esse é o exemplo assim... quando eu falei da
2199 preocupação. E aí eu volto a dizer: que é necessário... aí José Ismar, eu acho que a comissão
2200 de normas, discutir melhor estas sobre questões, como que a gente vai é... digamos assim,



2201 fechar, um pouco mais, essa possibilidade, quando a gente repassa a responsabilidade para o
2202 poder público, repassa para o CRAS, como é que a gente age? Porque digamos que não
2203 implante e aí... nós não vamos votar a LO deste empreendimento? Então é só lembrando essa
2204 questão. Conselheira Juanita: Igual eu falei de manhã, é um processo de aprendizado
2205 contínuo, porque? Eu penso que é caso e caso. Sabe Cris. Porque esse caso esse conselho não
2206 teve o cuidado, o zelo de olhar, se esse CRAS já estava implantado no município e atendeu o
2207 acordo da comunidade com o município, com o Conselho Municipal. Aí quando nós fomos
2208 verificar junto ao órgão gestor, ele estava num processo de implantação. Então, até esse
2209 cuidado e zelo, aí é mais uma orientação para os técnicos, quando for no município, já que ele
2210 está lá na comunidade fazendo as visitas in-loco, que ele faça a visita no equipamento físico e
2211 identifique essa situação. Presidente: OK. Então, encaminhou-se não é. A próxima questão é
2212 sobre uma matéria de jornal, que foi publicada no Jornal Hoje em Dia, sobre o projeto hidro-
2213 agrícola Jequitaiá. Conforme matéria do Jornal Hoje em Dia. Trazida a este Conselho pelo Sr.
2214 Presidente, senhor Geraldo Gonçalves. O projeto hidro-agrícola Jequitaiá, do norte de Minas,
2215 vai deslocar compulsoriamente 256 famílias, em doze municípios mineiros de: Engenheiro
2216 Navarro, Claro dos Porções, Francisco Dumont, Lagoa dos Patos, Várzea das Palmas,
2217 Pirapora, Buritizeiro, Coração de Jesus, Joaquim Felício, Bocaiúva e Montes Claros. A
2218 proposta consiste, na construção no Rio Jequitaiá, de duas barragens para geração de energia,
2219 para gerar 20 Mega watts, e irrigação a uma área de 30.000 hectares, a intenção é iniciar as no
2220 mês de agosto. Após ser condenado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, em
2221 1998, e pelo Conselho Estadual de Políticas Ambientais – COPAM. O projeto teve a licença
2222 prévia emitida pelo Instituto Estadual de Florestas. Conforme depoimento da
2223 Superintendência da SUPRAM, Norte de Minas, Laís Fonseca dos Santos, só será aprovada a
2224 licença de instalação, se estiver tudo em ordem, conforme exige a legislação. E acrescentou,
2225 que cabe ao Conselho Estadual de Assistência Social, emitir parecer a respeito do
2226 deslocamento de moradores da área a ser inundada. Porém não foi protocolado nenhum PAS
2227 neste Conselho. E vale ressaltar, conforme já informado que a previsão do início das obras
2228 será no próximo mês de agosto. Agora tem um encaminhamento aí, que seria consultar a
2229 SUPRAM, COPAM, SEMADE, sobre a implantação desse empreendimento. _Então a
2230 questão aí, é assim, complicada, porque infelizmente, os jornais de hoje, se torcer são sangue.
2231 E para nossa tristeza também, os jornalistas já não tem mais princípio de ética, salvo
2232 raríssimas exceções. Então, salvo raríssimas exceções, o que a gente vê aí, é eles tentarem
2233 formar a opinião pública, de forma falseada na maioria das vezes, então a gente não sabe ser é
2234 verdadeiro, aí precisamos clarear. _Por isso que o encaminhamento é consultar os órgãos
2235 aliados nosso do Estado. Nada a comentar Adenor, nada, nada a dizer. Aprovado? _Está OK.
2236 De acordo. _A última é UHE Itaocara. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas
2237 Gerais – CEAS, recebeu do Consórcio Itaocara, cópia eletrônica do RIMA, do projeto da
2238 usina hidroelétrica de Itaoca, localizada no trecho médio baixo do Rio Paraíba do Sul. Que
2239 atingirá oito municípios, destes oito: três estão localizados no Estado de Minas Gerais, e os
2240 demais localizados no Rio de Janeiro. Houve a informação que o Instituto Brasileiro do Meio
2241 Ambiente – IBAMA, concedeu o aceite, dos estudos ambientais, apresentados pelo referido
2242 empreendedor. _Aí tem duas situações: a primeira como envolve o município do Rio, e a
2243 gente sabe que o Rio de Janeiro não tem absolutamente nada. É um zero a esquerda, no que
2244 diz respeito a essa situação que nós enfrentamos aqui. Nós já tivemos várias solicitações de
2245 outros estados, pedindo socorro a nós, para tentar empreender alguma coisa nesse sentido, por
2246 que esse petís está conosco, e... não a legislação e a normativa que a gente tem, a respeito de
2247 barragem. _Não. A questão é que houve uma autorização do Governo Federal, do Instituto
2248 Brasileiro de Meio Ambiente. É um órgão federal. Deixa eu colocar o encaminhamento aqui,
2249 o encaminhamento.... _Só para entender. Quem?... _Pega o microfone, por favor, Conselheiro
2250 João Ademar. _Só para entender. Eu não estou conseguindo entender porque este assunto



2251 chegou no Conselho? O consórcio está... mandou o RIMA, cadê o RIMA? Acho que ao
2252 mandar o RIMA, ele mandou só para cutucar o Conselho, a secretária não tinha nada o que
2253 fazer? O que ele quer com isso? De tal maneira, que nós gastemos o nosso tempo com isso. O
2254 que ele quer? Entendeu. _OK! Então o Conselho recebeu esta informação aí, e mediante
2255 encaminhamento, o que a gente vai discutir aqui? É uma questão que vai... queira ou não, vai
2256 chegar a este Conselho. Seria o que? Uma discussão prévia... relatório de impacto... aqui não
2257 fala a época que vai ser implantado. _Nos tivemos aqui, um cidadão, que representa uma
2258 empresa de assessoria, e ele que nos trouxe, protocolou uma documentação e nos disse que o
2259 órgão federal não dar nenhum tipo de instrução. E como ele já conhecia, de que forma nós
2260 vamos manifestar a respeito. Bom, no nosso Estado, nós temos uma normativa para isso,
2261 temos uma lei para isso, nós vamos fazer cumprir, no nosso Estado estão claro. A minha
2262 preocupação maior é porque envolve um numero de municípios maior no Estado do Rio de
2263 Janeiro, e o Rio de Janeiro não tem expertise nenhuma nesta situação, até onde eu sei não tem.
2264 E quem estava lá como Subsecretário de Assistência Social, agora recente, era a Márcia
2265 Pinheiro, foi conselheira nossa aqui, inclusive presidente do CNAS, e agora retornou para cá,
2266 mas ela esteve lá agora. Então quer dizer, é uma situação que assim, por isso que acho que
2267 muitas vezes eu coloco para vocês uma situação de falacías. Nós precisamos socializar sim.
2268 Precisamos fazer um kitezinho, preferência levar agora, para socializar com os outros estados.
2269 Nós temos problemas de canavial, é... repetindo a mesma situação, embora em atividade
2270 diferente. OK Zé? Pois não então vão lá. Cristiane e Conselheiro Adenor em seguida.
2271 Conselheira Cristiane: Considerando que envolve outro Conselho, talvez valeria a pena
2272 também, enviar para o Conselho Estadual do Rio de Janeiro, mesmo ele não tenha essa... mas
2273 provoca-lo já para essa discussão. Quem sabe consegue fazer uma ação conjunta entre
2274 Conselho de Minas com o Conselho do Rio de Janeiro, nesta questão desse empreendimento.
2275 Conselheiro Adenor: Assino embaixo, e tenho mais um detalhe... o moço que aqui esteve,
2276 naquela discussão, o tal da assessoria dessa empresa, comentou comigo e o Márcio, o Márcio
2277 não está aqui presente, nós ficamos conversando com ele, naquele dia da discussão da
2278 Baguarí, e aí ele falou assim: Olha aqui conselheiros, vai haver uma audiência pública, e se
2279 vocês quiserem participar, eu aviso quando vai ser. Eu não sei se será em Minas, ou se no Rio
2280 de Janeiro, mas vai haver uma audiência pública, para falar sobre esse empreendimento, sobre
2281 isso aí. Esse que está discutindo aí... sobre essa aí... ele que falou que não sei se vai ser no Rio
2282 ou se é em Minas, mas vai haver e se vocês quiserem participar, convidou eu e o Márcio. Eu
2283 falei não. Isso você tem que levar para a presidência, tem que levar para a mesa diretora, para
2284 ver o que vai ser, se é interessante a gente participar. Mas ele me confessou isso. _Colocou,
2285 ele colocou isso para a gente. Volto ao Conselheiro José Ismar. _Nos temos aí o
2286 encaminhamento da Cristiane. Além do da Cristiane, também o encaminhamento a Advocacia
2287 Geral do Estado, pedindo para que se manifeste sobre a questão. Aí fica em discussão
2288 também. _OK. Conselheiro João Ademar. _Só para suprir a minha ignorância. Quando o
2289 IBAMA concede o aceite, isto é a mesma coisa de dar uma LI? Só para entender. Porque ele
2290 falou aceite ali, né. _Esse documento chegou aqui no Conselho, esse aceite. _Tem um
2291 documento com a Consolação que veio para análise. Eu não tive conhecimento do
2292 detalhamento. _Eu acho que esse assunto poderia voltar para a comissão. E a comissão fazer
2293 uma análise mais apurada disso. _Eu acho que é fazer um encaminhamento Zé, proposto, com
2294 o adendo da fala da Cristiane, OK. Pode ser assim? Vamos dar seqüência. _E depois voltar
2295 para a comissão. É isso. OK. É só complementando, retorno a comissão. OK. Da parte da
2296 comissão é isso o que tinha a relatar. _Ta. OK. Só fazendo um lembrete, que a nossa
2297 comunicação é direta, o nosso órgão gestor aqui é a SEDESE, e ela por sua vez, vai pedir a
2298 Advocacia Geral do Estado. OK. É questão de ordem burocrática, mas de cumprimento.
2299 Podemos passar para a próxima comissão. Por favor, Conselheira Juanita. Vai estar com o
2300 apoio. _A nossa está bastante enxuta. Bom, sim senhora conselheira. Esteve presente na



2301 reunião de ontem, na parte da tarde, eu, o Adenor e a Fátima. Os demais estavam ausentes por
2302 causa de trabalho. Tivemos o apoio da técnica Inês, da secretaria executiva. Bom. Itens para
2303 deliberar: veio um ofício da SEDESE, respondendo a este Conselho, já foi falado aqui, com
2304 relação às providências junto ao município de Carvalho. Aí eu já vou me adiantar, que eu já
2305 expliquei com relação a esta questão, que o município está dentro do prazo, então o
2306 encaminhamento da comissão de apoio foi: encaminhar um ofício para o Conselho Municipal
2307 de Carvalho, informando ele sobre esses procedimentos, que ele deu de acordo ao gestor, e
2308 que a data está vencendo, que é 31 de maio, e a gente solicita informações complementares,
2309 como: data de inauguração do CRAS, se a equipe técnica já foi contratada? E se já está
2310 trabalhando no processo de planejamento, em querer os instrumentais para efetivar o
2311 atendimento? E se isso já foi apresentado ao Conselho? nós estamos dando prazo ao Conselho
2312 para nos responder, de 30 dias, considerando que isso tem que ser passado na plenária do
2313 Conselho. Em discussão: _Só para pegar gancho no anterior, eu colocaria junto, perguntando?
2314 Quem paga o aluguel do imóvel onde o CRAS está funcionando? Porque aí você cerca o
2315 negócio da UHE. _Vamos perguntar se o imóvel é imóvel próprio ou alugado? _Se alugado,
2316 quem paga o aluguel? E ele já te responde a outra pergunta, não é? Nós temos um abacaxi.
2317 _Senhores conselheiros. Aprovado com a sugestão do João Ademar. OK. Bom a outra questão
2318 é: informe da reunião da SIBE, a última reunião da comissão aconteceu no dia seis de maio,
2319 onde 81 municípios que estavam com planos de providências pactuados junto a SEDESE,
2320 desses 47 não superaram as situações inadequadas, e tiveram novos prazos dilatados, para ele
2321 se enquadrar no sistema. Ou seja, a metade conseguiu superar e a metade não. O
2322 encaminhamento da comissão é: enviar correspondência aos 47 Conselhos Municipais, com
2323 cópia desses planos, porque nos informes da SIBE, vieram, de que forma que está a situação
2324 das ações, encaminhar junto com o ofício cópia dos planos, informando sobre os novos
2325 prazos, solicitando que acompanhem a sua execução e retornem a CEAS, os resultados destes
2326 acompanhamentos, após findar os prazos. Aqui eu gostaria só de ressaltar, que quando o
2327 município encaminha evidências comprobatórias, que ele executou o plano de providência,
2328 vem junto a cópia da resolução do Conselho que delibera sobre aquela situação. Porém, aqui
2329 nós estamos perguntando, a estes 47, se eles estão cientes que o prazo foi dilatado, e pedindo
2330 a eles para acompanhar. _Eu não se a gente teria condições, era de saber o seguinte: qual a
2331 razão de não ter cumprido dentro do prazo. Porque se esta dilatação do prazo implica: em que
2332 eles vão cumprir? Em função de que? Os problemas que eles tiveram nós podemos contribuir
2333 no processo? Ou não. Porque é mera dilatação? Aí eu gostaria de ouvir. _Dentro dos informes
2334 que veio da SIBE, o gestor além de ele encaminhar um relatório, como é que esta ação do
2335 plano. Ele justifica o motivo do não cumprimento, e o Conselho Municipal ele aceita esta
2336 justificativa do gestor. Só por isso que a SIBE dilata o prazo. Então na planilha que foi
2337 encaminhada, tem uma coluna lá de observação, onde refere-se, qual o ofício que é do gestor
2338 e qual que foi a situação que ele justificou, ou apresentou para solicitar a dilatação. OK. Não.
2339 OK. Item repassado pela comissão de financiamento do CEAS, a comissão de apoio para
2340 acompanhamento junto aos Conselhos Municipais de Assistência. A comissão de
2341 financiamento detectou no relatório da prestação de contas do quarto trimestre da SEDESE,
2342 que 13 municípios com pendência quanto a apresentação de documentos para formalização de
2343 convenio com o CASE... Pendências para formalização de convenio. Enviou correspondência
2344 aos conselhos municipais desses municípios informando sobre essa situação, e solicitando a
2345 fiscalização, monitoramento e avaliação, dessa situação. Até o momento, dos 13, 3 conselhos
2346 deram retorno. O de Valadares, informa que teve conhecimento da resposta do município.
2347 Que em 2010 não teria como implantar o CASE, e que a administração analisaria esta
2348 possibilidade, posteriormente. Que o Conselho Municipal, sugere que a oferta de convênio,
2349 fosse diretamente com as instituições do município. O Conselho Municipal de Nova Serrana,
2350 solicita informações sobre qual seria a documentação pendente. E três: respondido pela



2351 Secretaria Municipal de Assistência Social de Lagoa da Prata, não foi o Conselho que
2352 retornou a este CEAS. Que também é conselheira, e informou, que em junho de 2010 o
2353 prefeito assinou o convênio e que a partir desta data nenhum documento foi solicitado ao
2354 município. Que esteve na SEDESE, em novembro de 2010, para saber sobre o convênio, com
2355 Sergio Pires, e que este lhe disse: que a Secretaria estava em processo de mudança de
2356 Secretário, e teria que aguardar a nomeação do novo. E que no outro contato, ela foi
2357 informada, que o município não seria mais contemplado, por não ter entregue a documentação
2358 no prazo. Que o prefeito reafirma o interesse em receber o cofinanciamento, que o Conselho
2359 Municipal de Assistência teria reunião dia 05 de maio, para discutir essa proposta, e que
2360 contava com a compreensão do CEAS, para que o convenio possa ainda ser firmado. O
2361 encaminhamento da comissão. Com relação a Governador Valadares, esclarecer ao conselho
2362 municipal, que o município em gestão plena, considerando as diretrizes do SUAS, não pode
2363 recusar a oferta de um serviço para a criança e o adolescente, a não ser que tenha outro que o
2364 substitua. Assim o Conselho Municipal teria que fiscalizar esta situação no município. Quanto
2365 a relação de... a questão de Nova Serrana, a proposta apresentada pelo presidente do Conselho
2366 Municipal, para o Estado conveniar diretamente com as entidades. Orienta-lo que segundo as
2367 diretrizes do SUAS, o Estado só convenia com o município e este com as entidades. Quanto
2368 ao Conselho Municipal de Nova Serrana, enviar correspondência a SEDESE, com cópia para
2369 o Conselho, solicitando informações sobre esta documentação pendente, para que possa dar
2370 um retorno ao Conselho Municipal, anexar junto a correspondência do CEAS para a
2371 SEDESE. Quanto ao Conselho Municipal de Lagoa da Prata, enviar correspondência a
2372 SEDESE, com cópia para o referido Conselho, anexando a correspondência enviada pelo
2373 município, e solicitar esclarecimento sobre a situação apresentada. Após retorno da SEDESE,
2374 responder ao Conselho Municipal. Encaminhamentos. Em discussão, pode ser? OK. E o
2375 último para alegria de todos. Conselho Municipal de Assistência Social de Juatuba, o
2376 presidente do conselho, apresenta, solicitação de orientações quanto a procedimentos que
2377 deve adotar frente a dificuldade de realização das plenárias, devido as constantes ausências
2378 dos representantes governamentais e ainda, sobre a preocupação, por ser ano de conferência.
2379 De até o momento, o gestor não ter tomado nenhuma providencia quanto a sua realização.
2380 Que já houve manifestação do Conselho Municipal junto ao executivo, que afirmou na
2381 ocasião, que o problema seria solucionado, mas até a presente data, persiste. Não tendo sido
2382 realizada plenária ordinária, agendada para 08/05/2011, por falta de quorum.
2383 Encaminhamento: a comissão analisou a situação acima e ainda considerando as informações
2384 dadas por mim, de ter contribuído em reunião da URCMA na região metropolitana no
2385 município de Juatuba onde, eu ajudei ao Conselho a levantar estratégias para superar estas
2386 questões, que também, lá foram apresentadas, proponho o envio de correspondência a SIBE,
2387 com cópia para o presidente Conselho Municipal de Juatuba, solicitando providências
2388 cabíveis, tendo em vista, as dificuldades detectadas na gestão, que não tem garantido apoio
2389 necessário ao funcionamento do Conselho. Aqui eu gostaria só de fazer um relato: no mês
2390 passado, retrasado, eu estive representando este CEAS, na URCMA da região metropolitana,
2391 que foi em Juatuba. A escolha do município foi estratégia, considerando a dificuldade relatada
2392 pelo presidente. Inclusive nesta reunião estava presente, o gestor não foi, mandou
2393 representante, mas tinha representante governamental, da fazenda, do planejamento, e da
2394 saúde. Nem da educação e nem da assistência não estava. E tinha também uma vereadora, e
2395 inclusive a vereadora me apresentou e pediu meu parecer com relação a uma lei que existe no
2396 município, que quem autoriza o executivo a conveniar com as entidades é a Câmara, e não o
2397 Conselho Municipal de Assistência. Entendendo a autorização aí, não como inscrição, mas o
2398 ato autorizativo da Câmara Municipal. Então lá, foi feita uma discussão extremamente
2399 calorosa, com essa vereadora e inclusive, o presidente do conselho, na época o Túlio, eu acho
2400 que ainda persiste, ele colocou todas essas dificuldades, onde eu pessoalmente, além dos



2401 esclarecimentos com a vereadora, pedi o apoio do legislativo com aquele Conselho, que
2402 também representava a sociedade civil ali naquele espaço, e que o conselho precisava dos
2403 vereadores no sentido de apoiar, junto ao executivo, para o funcionamento do mesmo, e ainda
2404 orientei ao Túlio, a solicitar a participação do Ministério Público, do sistema de justiça, na
2405 realização das suas plenárias. Mas isso já tem dois meses e parece que não resolveu a
2406 situação. A situação lá realmente é bastante, gritante. _Eu penso, e não sei. Quero
2407 compartilhar com vocês, porque a gente podia mandar para a além da SIBA e pro
2408 COGEMAS, porque é a forma de pressionar a ação gestora, ele que tem que tomar esta
2409 posição. Quanto a legislação, é uma lei municipal, ainda que lei, é uma lei anti-democrática,
2410 ela fere o princípio da democracia. E quero só lembrar mais uma vez, que a minha entidade,
2411 eu entrei com uma representação na justiça contra o município de Uberlândia, por causa dessa
2412 mesma situação, é uma lei municipal, anti-democrática, fiz uma denúncia no Ministério
2413 Público, o Ministério Público teve o favor de arquivar o meu processo, mas não tem
2414 problema, eu não ganhei mas levei. Então embora ele tenha arquivado meu processo, hoje a
2415 legislação mudou, e mudou encima desse questionamento que nós levantamos. Então eu acho
2416 que a gente pode fazer a mesma coisa, junto ao município de Juatuba, e não pode é continuar
2417 do jeito que está, para ver como é que fica. Mas eu acho que o encaminhamento é legal. Mais
2418 inscrições a respeito? Acrescentar o COGEMAS é isso? Mais alguma sugestão? Não. OK.
2419 Está encerrado. Obrigado. Conselheira Juanita. É comissão de política pública, Conselheira
2420 Cris. _Como informado pela manhã, a comissão de políticas, ela não assuntos a deliberar, ela
2421 somente terá então a reunião marcada com a comissão de normas, para discutir as resoluções
2422 de benefícios eventuais, e a resolução de medidas sócio educativas em parceria com o
2423 CEDCA. _OK. Muito obrigado Cris. Dentro do que a gente tem levantado sempre, eu
2424 normalmente nas nossas andanças no Estado, eu tenho falado que galinha que bota tem que
2425 cantar. E, como normalmente, bota, são os ovos, rico em proteínas, e que alimenta o pobre...
2426 eu queria só lembra-los que, esse Conselho tem feito muito boas práticas de ações, e as vezes
2427 a gente não irradia essas boas práticas. E não só para além dos municípios, mas também para
2428 outros Estados. É dentro desta linha, nós temos hoje uma jornalista de muita competência em
2429 caminhada e trajetória, que está conosco na Secretaria Executiva, para desenvolver um plano
2430 de comunicação, já conversamos a respeito disso, ela tem idéias maravilhosas, já foram
2431 colocadas. Então eu passo a palavra para nossa querida Cesarina, para fazer a manifestação,
2432 para que esse colegiado tome conhecimento do nosso plano. Muito obrigado. Cesarina:
2433 Obrigada Geraldo. Muito bacana. Bom, meu nome é Maria Cesarina, eu sou servidora da
2434 SEDESE, estou no governo... entrei no governo na FEBEM, vim passando fui da Secretaria
2435 de Estado da Criança, da SETASCADE, da primeira SEDESE, da segunda SEDESE, já estive
2436 na Fundação João Pinheiro, no INCRA. A primeira ata do Conselho Estadual de Assistência,
2437 foi eu que fiz. Já estive também em alguns tempos atrás, fiz alguns jornais do conselho. Então
2438 é uma alegria muito grande eu estar aqui, eu espero que eu possa ajuda-los em alguma coisa, e
2439 vai ser assim, muito bom estar aqui a disposição de vocês. Eu sou jornalista e formada em
2440 marketing também. E, quando eu cheguei aqui a Consolação me pediu algumas coisas, de vez
2441 em quando ela tinha umas idéias: Quem sabe faça a logomarca da conferência? Não eu não
2442 sou desenhista. Depois ela falou assim... mas a gente já criou algumas vezes, de fato a gente já
2443 criou algumas marcas, algumas coisas, participou da criação de uma construção. E eu falei
2444 para ela que a assistência social... na verdade o jornalista, eu estou sempre me colocando no
2445 lado de lá, no lado leitor. Então assistência social, às vezes não é um conceito entendido por
2446 todos, e que... e por outro lado também, o CEAS tem uma ação muito interessante... eu que
2447 perpasso o governo do estado, eu percebo a grande produtividade, não só produção, mas
2448 produtividade do CEAS, e acho que a gente tem aí um bom motivo, um bom campo para fazer
2449 um trabalho de divulgação, de afirmação, e de implantação dos conceitos de assistência
2450 social, definitivamente... é... assim um grande entendimento da sociedade. Eu já vi Secretario



2451 de Estado dizer que: assistência social não é nada. E vocês também já devem ter visto, não é?
2452 Aí eu tenho aqui um esqueleto de um plano de marketing, dentro das primeiras percepções
2453 que eu tive, que eu queria compartilhar com vocês, para vê o que a gente pode acrescentar.
2454 Não, não está aí não, mas eu vou ler para vocês, é bom que a gente vê como ele soa. Plano de
2455 Marketing para o CEAS-MG, referente a maio, junho e julho de 2011. Objetivo: dar
2456 visibilidade a marca CEAS-MG. Objetivos específicos: divulgar a nona Conferência Estadual
2457 de Assistência Social; divulgar o ciclo de conferencias que antecedem a oitava Conferencia
2458 Nacional de Assistência Social, para sensibilizar a sociedade, em torno de sua realização;
2459 difundir o conceito de assistência social; identificar para a sociedade, os atores, os agentes, os
2460 destinatários e os programas de assistência social. Justificativa: a assistência não tem o seu
2461 conceito e entendimento universalizado. Embora emane da Constituição Brasileira e tenha
2462 percorrido um longo caminho de construção até chegar a Política Nacional de Assistência
2463 Social, e a estruturação do SUAS. Ao lado da seguridade social, da saúde, a assistência social
2464 acompanha o tripé de proteção e cidadania, e deve ser plenamente entendida, apoiada e
2465 respeitada. É... apurando aí, eu vi que última conferencia mobilizou mais de 80000 pessoas e
2466 as questões que a assistência social enfoca, são importantes pra... o público destinatário é
2467 muito grande, e muito grande na vida de cada um deles. Então... para a gente ver... tanto que a
2468 gente tem aí, que correr atrás da divulgação e do entendimento disto. É uma metodologia
2469 inicial, eu pensei em provocar por meio de *press releases*, a participação dos agentes do
2470 CEAS em programas e noticiários da mídia, para divulgar a Nona Conferência. Exemplo:
2471 Brasil das Gerais, quem sabe a gente não conseguiria um programa sobre Assistência Social, a
2472 TV Assembléia, o Programa José Lino. Quem sabe no dia da conferência, um Bom Dia
2473 Minas. Sensibilizar a Rádio Inconfidência, para ser a rádio oficial da Conferencia Estadual,
2474 garantindo a sua participação na cobertura jornalística do evento. A gente está cansado de
2475 fazer conferência lá no SESC e sabemos que, Conferência geralmente é quinta e sexta,
2476 dificilmente vai uma mídia cobrir lá. A menos que seja uma coisa muito assim... ninguém vai
2477 atravessar esta cidade, ir lá, tal, tal, tal... Bom é... produzir artigos para difundir ações que
2478 atestem a excelência da ação do CEAS Minas Gerais, e da atuação da assistência social em
2479 Minas Gerais, em comparação aos outros estados. Quantas vezes hoje vocês falaram: Minas
2480 tem isso, Minas faz isso. E, Minas, tem excelência nas políticas do trabalho, nas políticas da
2481 criança, nas políticas de assistência social, mas Minas muitas vezes é o avestruz, que bota o
2482 ovo grande e fica caladinho. Não aquela galinha garnisé que bota um ovinho deste tamanho, e
2483 faz um aué danado. É, tentar uma coluna no Jornal Minas Gerais, que é o Diário Oficial do
2484 Estado, sobre a marcha das conferências no Estado. Os prefeitos adoram, todos os dias o
2485 Minas Gerais está no gabinete de todos os prefeitos, está na secretaria, ta.ta.ta. Que tem uma
2486 capilaridade muito grande. Criar um boletim do CEAS e disparar em **comunicação**
2487 **viral**(virtual). Uma coisinha pequena, hoje em dia nada é grande. Está acontecendo assim
2488 assado, assim assado, tal, tal... e dispara por meio aqui do CEAS, por meio dos conselheiros,
2489 os conselheiros mandam para o meio deles, manda para *mailing* da Secretaria de Estado de
2490 Comunicação, e assim vai. Uma coisa que eu pensei... a gente reúne muito para problema,
2491 discussão, tal. Quem sabe a gente não faria um evento de lançamento do Ciclo de
2492 Conferências de Minas Gerais, um coquetel na Casa de Jornalista, ou no saguão da
2493 Assembléia, ou na Biblioteca Pública, ou num município mais avançado, e também Montes
2494 Claros, uma coisa assim. Eu acho uma coisa interessante também. E, os recursos humanos
2495 para isso, seria: a produção de *releases*, aqui no CEAS a gente produz e discute, eu pensei na
2496 produção de uma artigo agora, um do presidente do Conselho, um do Secretário de Estado,
2497 conversei com o Presidente Geraldo, eu tomando café, eu vi uma série de caixas, eu disse: que
2498 é esse CGH aí, que isso... gente, vocês tem uma ação imensa, é uma coisa tão importante, e
2499 ninguém sabe disso, eu nunca tinha visto isto, a primeira vez que eu vi foi no Jornal Hoje em
2500 Dia. Sabe a gente faz isso, isso a gente pode conseguir até no Jornal O Globo, o artigo ficando



2501 bom né. E quem sabe o Secretario de Estado contrabalançando também faria da... numero de
2502 CRAS, que o maior número do Brasil, enfim você sabe melhor o que pode ser feito. E aí, a
2503 gente faz uns contatos com a mídia, de discussão dos *releases*, por meio aqui do CEAS, ou o
2504 Marcelo motorista excelente, nos leva lá, e a Consolação me ajuda a produzir e coordenar e...
2505 essa questão. Vocês me permitem eu ler aqui um pequeno *release* que eu fiz, não tão pequeno,
2506 mas é para vocês pensarem comigo, se é nesse caminho que eu estou percebendo, está
2507 correto? Se estou traduzindo de vocês? O aperfeiçoamento do SUAS é debatido no ciclo de
2508 conferências de assistência social, conferências municipais, regionais, e a estadual – na
2509 verdade, regionais – regional eu sei que não tem, mas eu vou explicar isso no bigode, que é
2510 debaixo da matéria, fica um pouco difícil. Conferências municipais, regionais, e a estadual,
2511 reúnem milhares de pessoas e preparam propostas mineiras à Conferência Nacional, o
2512 aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a valorização de seus
2513 trabalhadores, são os temas da Nona Conferência Estadual de Assistência Social, que
2514 acontece de 20 a 22 de outubro na Capital, e de maio a setembro, no interior, com as
2515 Conferências Municipais e os Encontros Regionais. Este ciclo de conferências reúne milhares
2516 de pessoas entre usuários da assistência, prestadores de serviços, trabalhadores, conselheiros e
2517 gestores. Os quais deliberam sobre as composições e a delegação mineira para a Conferência
2518 Nacional, em dezembro, em Brasília. A Nona Conferência Estadual, realizada pelo Conselho
2519 Estadual da Assistência Social, em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento
2520 Social, inova este ano, ao trazer para seu escopo a eleição dos Conselheiros da Sociedade
2521 Civil, e os representantes dos Conselhos Municipais, para o próximo mandato. E tem um
2522 parágrafo que eu falo o que é o CEAS, o Conselho Estadual da Assistência, na instância de
2523 deliberação do Sistema Único de Assistência Social, de caráter e composição paritária, entre
2524 o governo estadual e a sociedade civil e vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento
2525 Social. É composto por 40 membros, nomeados pelo governador, para o mandato de 2 anos. É
2526 presidido por um de seus membros, para o mandato de um ano, permitido a recondução por
2527 igual período, com a alternância de poder, entre o governo e a sociedade civil. E depois eu
2528 conceituo, a assistência social, porque chegando o *release*, para a gente tentar que haja maior
2529 entendimento e maior aproveitamento do *release*, este conceito eu tirei do site do Ministério
2530 de Desenvolvimento Social, Consolação fez algumas observações interessantes, e termino
2531 com um mini currículo do Geraldo e do Secretario Wander Borges. Motivando ainda mais que
2532 eles sejam aceitos, que eles sejam entrevistados, que haja matéria e que o jornalista saiba a
2533 quem recorrer para poder contextualizar. Presidente: Alguém quer dar uma contribuição. Se
2534 não, está aberto. Pois não Juanita. Conselheira Juanita: Deculpa colega Cesarina, mas eu fui
2535 no banheiro, eu não se foi feita esta proposta, então assim... uma coisa que eu penso muito
2536 bacana, e que a gente nunca deu conta disso. É colocar as plenárias do CEAS em destaque na
2537 mídia. Por mais que vai para site, o nosso site, ele ainda não tem uma capilaridade, assim...
2538 ele não é acessado muito, pelos conselhos, não só pelos conselhos, mas pela sociedade como
2539 um todo. Então eu dou aqui uma sugestão, não sei veio na sua proposta. Que posterior a toda
2540 nossa assembléia, toda a nossa plenária, saia um boletim – O CEAS EM DEBATE – e que
2541 saia todas as deliberações, o que foi discutido, o que foi deliberado, o numero da resolução, de
2542 uma forma, bem cuidadosa, zelosa, igual a você fez esse *release* aí, e que a gente destaca isso
2543 por e-mail, para todo mundo, é mais uma forma de transparência de nossas ações. _Foto não
2544 é. _Conselheiro Volney. Pega a microfone por favor. Roda este microfone por favor, para lá.
2545 Conselheiro Volney: Claro eu não tenho o conhecimento jornalístico, mas é uma sugestão dos
2546 conselheiros aqui. Eu acho, tentar na mídia, tanto na mídia evangélica, como na mídia
2547 católica, por exemplo a Rede Super, outro dia eu dei uma entrevista lá, eu não sabia, eles
2548 atingem 209 municípios no Estado de Minas Gerais, ou a televisão aí da Igreja da Lagoinha, e
2549 eu acho que a Rádio América também, eu acho que ela tem um público através das
2550 comunidades eclesiais de base, que eu acho também, que pode vir a despertar muito também,



2551 esse interesse pelas conferências, pela assistência. Então é uma sugestão, não sei se é válido.
2552 _Claro. Esses meios estão no *mailing* de qualquer assessoria de comunicação, a Rádio
2553 América, sempre foi parceira de várias coisas. Eu me lembrei agora, de um lugar que eu
2554 também já trabalhei, que é a Associação Mineira de Rádio e Televisão, a qual todos os Rádios
2555 são filiadas, que é aqui do lado. E agora, o que a gente tem, é que, por exemplo, visitar os
2556 diretores, quer dizer... você sabe como é que é, tem sair a campo, tem que pegar, o mote agora
2557 é assistência, daqui a pouco é outra coisa. Vocês já pensaram que a gente está muito central,
2558 num lugar ótimo, bom para a imprensa vir aqui. Quem sabe a gente o Eduardo Costa. na
2559 próxima. Agora isso se consegue com conversa, não é mandando e-mail, não é disparando... é
2560 manda o e-mail, pega faz um *press ...*, senta lá do lado, toma um café, tal... _Eu só gostaria de
2561 colocar o seguinte: eu penso que a partir de então, cada conselheiro pode fazer o contato
2562 direto, sugestões de como, matéria, etc. com Cesarina, e a partir dela, vai estar discutindo isto
2563 com Consolação, e apurando aquilo que a gente vai estar levando. Mas eu acho que o mais
2564 importante, é a gente dar visibilidade, para a prática das boas ações nesse colegiado. Acho que
2565 o mais importante é gente estar socializando e compartilhando, o aprendizado que a gente tem
2566 tido ao longo da caminhada dentro deste Conselho. Então isso é de muita importância, para o
2567 próprio colegiado, não tem nenhuma sombra aqui de vaidade pessoal, e de quem quer que
2568 seja, do Secretário de Estado ou do Conselho. _É obrigação nossa. _Conselheiro José Ismar,
2569 quer manifestar? _Eu penso que, até pensando em capacitação de colocar o público, os
2570 usuários, os conselhos municipais, os movimentos sociais, os fóruns, e discussões e tudo, e
2571 quem sabe um dia possamos até transmitir as nossas plenárias, quem sabe uma dia? _Eu
2572 também tenho que falar que existiu a nossa vontade, o nosso desejo muito grande, mas eu
2573 tenho que alertá-lo, até pegando um pouco o gancho no que o Presidente havia falado, a
2574 mídia, ela é pautada basicamente, pelo gosto do leitor, por vender jornal. Então a assistência
2575 social, sem dúvida é um assunto árido, é um impedimento árido, e nós vamos contar muito
2576 com a mídia voluntária, nós não vamos estar comprando espaço, então a nossa vontade é
2577 muito grande, o nosso empenho é muito grande, e assim... eu tenho algum tempo de estrada,
2578 Juanita e Consola me conhecem a muito tempo. E talvez a gente não chegue onde a gente
2579 quer, mas eu tenho um amigo que fala que: comunicação é o infinito, que nós nem com a
2580 gente, conseguimos a chegar a comunicação plena. Conselheiro Silvestre:É só para completar,
2581 eu achei excelente a explanação que ela fez, acho que vai vir num momento certo. Agora você
2582 falou que é baírrista, eu talvez seja muito mais que você. E depois que você falou que Minas
2583 tem feito muito mais, e eu verifico isso aí também, sem falar em política, porque eu não sou
2584 político, eu sou apolítico. Mas eu tenho notado que Minas tem sobressaído aí, no Conselho de
2585 Turismo, porque eu faço parte também, e em outros conselhos, no próprio CONSEAS, o
2586 SETESANS do Dom Mauro, então são ações que Minas tem desenvolvido que está a frente
2587 de outras ações de diversos estados. Eu gostaria de pedir, que realmente este tipo de coisa,
2588 fosse enfatizado. O quanto Minas está a frente desses outros Estados. Para valorizar mais o
2589 trabalho que vem sendo feito. _Aí Juanita. O artigo do Secretário. _OK. Presidente:
2590 Conselheiro Adenor. Com a fala do Adenor encerra-se as inscrições. Conselheiro Adenor: É
2591 uma idéia presidente. Eu só pensei assim... que de repente, como já estamos entrando no
2592 período das conferências municipais, que também a gente tivesse talvez uma chamada em
2593 relação a: olha municipal tal está sediando sua conferência tal dia e tal hora. Talvez dar ênfase
2594 se tem uma participação do conselho, se não tem. Ou mesmo só focar, que naquele dia e hora
2595 tal município está realizando sua conferência, para fortalecer mais esse... tipo uma agenda,
2596 assim mesmo a nível de estado. Presidente: Cesarina parabéns, seja bem-vinda, tomara que a
2597 gente faça um trabalho bacana, esse colegiado merece, nosso Estado merece e o país merece a
2598 contribuição efetiva do nosso Estado. Pois não. Cesarina: Eu só queria dizer que o Conselho,
2599 refrisar que o Conselho é do meu coração. Presidente: Que bom. Senhores Conselheiros, eu
2600 quero dizer que, mais uma vez eu encerro esta plenária, dizendo que eu tenho uma grata



2601 satisfação e um orgulho muito grande de fazer parte deste colegiado. Com a Secretária
2602 Executiva que a gente tem, é muito fácil ser Presidente, e mais fácil ainda é ter uma
2603 Presidente, que me substitui a cada momento. Agora este colegiado está totalmente preparado
2604 para a qualquer momento, todos vocês estarem aqui assumindo a responsabilidade maior do
2605 Conselho. Tenham todos um bom regresso a seus lares, que Deus os acompanhe e muito
2606 obrigado. Nada mais havendo, encerrou-se a presente ata degravada que após lida e aprovada
2607 será assinada pelos presentes.

